

# **IDEOLOGIA E TÉCNICA DA NOTÍCIA**

---

*Nilson Lage*  
(lage@floripa.com.br)

1ª ed. - Vozes, Petrópolis, 1979/ 2ª ed. - Vozes, Petrópolis, 1981/ 3ª ed. - Ufsc-Insular, 2001

# Sumário

PREFÁCIO DA 3ª. EDIÇÃO

O OBJETO JORNAL

1. **A tecnologia da imprensa**
2. **Dos moinhos de papel aos periódicos**
3. **A quebra de um monopólio**
4. **A mística da liberdade**
5. **A censura sob o liberalismo**
6. **A revolução do jornal-empresa**
7. **As técnicas como produto da História**
8. **A estrutura da redação**
9. **O jornalismo no Brasil**

A NOTÍCIA: PROPOSTA, LINGUAGEM E IDEOLOGIA

1. **O produto industrial**
  - 1.1. O conceito de notícia
  - 1.2. Limites e métodos do estudo
2. **A natureza da proposição nas notícias**
  - 2.1. Axioma, poder, estilística
3. **A linguagem das notícias**
  - 3.1. Sistema de verbos
  - 3.2. Escolhas léxicas e gramaticais
  - 3.3. Arbitrio e repressão nas escolhas
4. **Ordem narrativa e ordem expositiva**
  - 4.1. Texto de forma narrativa
  - 4.2. Texto de forma expositiva
5. **O texto de alta comunicabilidade**
  - 5.1. A organização do *Gênesis*
  - 5.2. A organização dos primeiros parágrafos do *Manifesto*
6. **Seleção e ordenação de informações**
  - 6.1. Proximidade
  - 6.2. Atualidade
  - 6.3. Identificação social
  - 6.4. Intensidade
  - 6.5. Ineditismo
  - 6.6. Identificação humana
7. **A forma da notícia clássica**

- 7.1 Formalização das estruturas
- 7.2 Observação sobre as estruturas propostas
- 7.3 A realização dos leads
- 7.4 Leads com verbos *dicendi*
- 7.5 A forma de ordenação

## 8. **O gênero reportagem**

- 8.1 O estilo magazine

## INVESTIGAÇÃO SOBRE A VERDADE NAS NOTÍCIAS

- 1. **A verdade histórica é prevalecente**
- 2. **Verdade, poder, conhecimento**
- 3. **Tensão entre novas verdades e formas antigas**
- 4. **A verdade da práxis e seus compromissos**
  - 4.1. Notícia e aparências
  - 4.2. A máscaras dos estereótipos
  - 4.3. A luta na prática
- 5. **Ainda assim, muitas verdades consistentes**

## BIBLIOGRAFIA

## ***Prefácio da 3ª. edição***

Ler textos nossos, antigos, é como tirar da gaveta um retratos nossos, antigos: temos a nítida impressão de que estamos ali, mas a certeza de que já não estamos mais ali. Ainda assim, a ocasião me permite lembrar o passado deste texto, que agora apresento, 20 anos depois, à terceira edição.

Ele foi lançado discretamente, em 1979, e, por um ano ou dois, tive a impressão de que ninguém o lera. Só mais tarde, saída e quase esgotada a segunda edição, notei que, afinal, tivera leitores, fazia algum sucesso. Por que? Porque gerou críticas, algumas veementes, e não se critica o irrelevante.

Depois, veio a fase da copiagem eletrostática. Não estando mais o livro à venda, nem sendo novidade que valia a pena retaliar, continuou aparecendo na bibliografia de concursos públicos e cursos variados, com o que cada exemplar multiplicou-se em muitos mais nas máquinas xerox. Lembro-me de um colega que, na Universidade de Brasília, mostrou-me um armário cheio de cópias da *Ideologia e Técnica da Notícia*. “Por que você não o reedita?”, perguntou-me.

Basicamente, porque estava ocupado com outras coisas. Mais com semântica do que com sintaxe. Mais com o acompanhamento dos avanços tecnológicos da imprensa do que com questões gerais de semiologia. Mais em difundir conhecimento do que em aprofundá-lo.

Em 1987, surgiu um livro importante, *O segredo da pirâmide*, de Adelmo Genro Filho<sup>1</sup>, que, para formular sua análise a partir de modelos da dialética de Hegel, cita constantemente a *Ideologia* e contesta algumas de suas colocações, propondo, particularmente, a autonomia do discurso jornalístico como aquele que, a partir da singularidade, pretende alcançar a universalidade, sem a intermediação do conhecimento particular, especializado, tão relevante em nossa cultura. Adelmo morreu cedo - era jovem - e não teve oportunidade nem de trocar idéias com ele.

---

<sup>1</sup> GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide, para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Tchê, 1987.

Agora, meu colega Eduardo Meditsch propõe-me a reedição. Fiz uma revisão cuidadosa do texto:

1. No primeiro capítulo, procurei atualizar as informações sobre a indústria gráfica, sem suprimir o que constava como atual (a impressão a quente, a composição ótica ou em linotipos) e que hoje é arqueológico. Acrescentei breves comentários sobre os fatos que transcorreram após a década de 70: ainda aí, a sensação de que tudo mudou, mas tudo continua a mesma coisa.

Em termos críticos, nota-se nesse capítulo, e mais adiante, no livro, influência grande - e boa - de Roland Barthes, que me parece o autor mais consistente do estruturalismo francês -, se é que Barthes pode ser reduzido à condição de estruturalista. Percebe-se a presunção de iniciante: querer dizer tudo de uma vez só. É um vício de jornalista: nomes, dados, fatos, documentação para tudo.

2. O segundo capítulo colocou-me questão metodológica séria. Os modelos utilizados para a descrição da sentença-*lead* foram os da Gramática Gerativa da época. Estes se modificaram aceleradamente nessas duas décadas, particularmente após a proposição, por Chomsky, da Teoria dos Princípios e Parâmetros, na década de 80, e da Hipótese Minimalista, na década de 90.

No entanto, o que vale numa teoria, quando aplicada a fim específico (no caso, descrever a sentença-*lead* com o fim de destacá-la como modelo), não é, tanto quanto se pensa, a sua atualidade. Hughes, em seu estudo sobre a explanação teórica<sup>2</sup>, demonstra que, embora a teoria ondulo-corporcular da luz - e a Teoria dos Quanta, que a substitui - seja o que há de mais adequado para explicar o fenômeno dos arco-íris, a nenhum autor de livro didático ocorre fazê-lo senão recorrendo a modelo anterior, o de Newton, cujo fundamento é a propagação da luz em linha reta e, portanto, sua refração nas superfícies da gota de orvalho.

Trata-se aí de uma questão de poder explicativo, o que é, também, o nosso caso. Não é preciso mais do que a estrutura linear da sentença (não é preciso, por exemplo, recorrer à teoria do papel temático, à teoria do caso ou à teoria X barra) para estabelecer as relações simples que interessam no caso da estruturação proposta do *lead*.

As mudanças, então, foram mínimas, atingindo principalmente a atualização dos exemplos (que foram preservados) e alterações que objetivaram tornar mais claras certas formulações para o leitor de agora.

3. O terceiro capítulo foi praticamente mantido. Não o defendo: se fosse escrevê-lo, hoje, utilizaria outras fontes, chegando, talvez, a conclusões distintas. O estilo, particularmente, parece-me hoje barroco, de modo que a frase *viaja*, às vezes, fascinada pela própria metáfora - o que é terrível, num estudo que cuida de filosofia.

---

<sup>2</sup> HUGHES, R. I. G. "Theoretical Explanation". *Midwest studies em Philosophy*, XVIII, 1993.

O texto do livro é, basicamente, o da dissertação de mestrado apresentada à Comissão de Pós-graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1976. Foram feitos, na época, alguns acréscimos, o principal dos quais refere-se às revistas-magazines: trata-se de comunicação ao Congresso de Semiótica que se realizou em 1978 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Do prefácio da primeira edição, transcrevo o último parágrafo, ainda e sempre pertinente:

O agradecimento estaria incompleto se não dedicasse a palavra final a quem de justiça: à categoria dos jornalistas, a que nos orgulhamos de pertencer, e aos alunos, que ouviram e procuraram compreender, com infinita indulgência, as idéias que aqui reunimos. Se o que escrevemos não lhe parecer inteiramente confuso, saiba o leitor que isso se deve a nossos companheiros de redação e salas de aula.

## O objeto jornal

Na banca da esquina, compramos o jornal diário: um maço de folhas de papel, dispostas em um ou mais - atualmente, muitos mais - *cadernos*. Em cada página, envolvida por moldura branca de um e meio a três centímetros, a *mancha gráfica*, onde se arrumam títulos em letras maiores, fotografias, desenhos e, caracteristicamente, longas tiras verticais de *composição*, em cinco, seis, oito, nove ou dez *colunas*. Podemos reconhecer essa imagem visual ainda quando não entendemos o idioma em que o jornal está escrito e presumir que ali se contêm notícias, comentários e informações julgadas de algum interesse para o provável leitor.

A forma do jornal é a primeira pista para o entendimento de seu lugar na cultura contemporânea, a compreensão de sua linguagem e a investigação de sua história. A disposição das *manchetes*, o desenho das letras, sua uniformidade ou variedade, a existência ou não de *claros* e o equilíbrio estético entre eles, o tamanho e a natureza das *ilustrações* poderão nos informar se o jornal se destina a público mais ou menos amplo, de menor ou maior escolaridade. Cada detalhe nos remete a uma categorização: o modo como se distribuem os elementos gráficos (a *paginação* ou *projeto gráfico*) relaciona-se com escolas e correntes de arte, de modo que alguns jornais se enquadram no *design* industrial despojado e outros lembram a organicidade flamejante do *art nouveau*.

Certos elementos constantes têm valor particular, porque significam o compromisso com o passado comum à indústria dos jornais: a forma retangular e o tamanho incômodo dos veículos *standard*, que nos obriga a abrir os braços para virar as páginas, asseguram às novidades do dia-a-dia a confiabilidade da tradição. Essa confirmação do estável e conhecido é a tal ponto predominante que as máquinas de composição mecânica (*linotipos*) e ótica (*fotocomponedores*) adquiriram notável complexidade apenas para serem capazes de *justificar* as linhas, isto é, distribuir o espacejamento entre as palavras de modo a assegurar o alinhamento tanto pela esquerda quanto pela direita. A raiz dessa exigência, que superava as conveniências econômicas de produção (teria sido mais simples e mais barato construir dispositivos que espacejassem de modo regular, como as máquinas de escrever convencionais), se origina de um hábito que a primitiva arte tipográfica herdou dos copistas medievais. Hábito que não se alterou quando se passou a adotar a atual composição eletrônica, em programas de edição de texto e editoração equipados com dispositivos para hifenizar e justificar as linhas.

## 1. A tecnologia da Imprensa

Os processos de produção industrial de periódicos, quaisquer que sejam, compreendem, pelo menos, etapas de *composição*, *paginação* e *impressão*. Para que o produto chegue ao leitor, é necessário contar ainda com a *distribuição*. Esta, no caso dos jornais e das revistas de atualidades (que compõem a primeira linha dos produtos impressos chamados hoje de *veículos de comunicação de massa*, junto com os meios eletrônicos, tais como o rádio e a televisão), enfrenta alguns problemas específicos.

Os jornais, principalmente, são mercadoria altamente perecível. Uma distribuição capilar, como a que se exige quando é necessário servir a grande número de localidades pequenas, aumenta o risco do transporte e dificulta a fixação em níveis razoáveis do *encalhe*, ou porcentagem de devolução de exemplares não vendidos. A distribuição e o controle da circulação representam ônus importantes, em países extensos como o Brasil, quando se pensa em cobertura de vendas nacional ou regional.

Coexistiam na imprensa brasileira, quando da primeira edição deste livro, as formas mais avançadas e as mais primitivas, ou artesanais, de fabricar periódicos. A *composição* podia ser feita manualmente, com tipos móveis dispostos em gavetas compartimentadas por tabiques de madeira - as chamadas *caixas*; mecanicamente, nas máquinas *linotipo*, que fundiam linhas em alto relevo de chumbo-antimônio, permitindo a recuperação da liga metálica após a utilização; opticamente, em aparelhos ( *fotocomponedores* ou *composers* ) que reproduziam o texto em papel ou filme, usando, para justificar as linhas, processos manuais ou eletrônicos. A *paginação* era feita com os próprios *paquês* de metal ou chumbo-antimônio sobre mesas planas, em áreas delimitadas por quadros metálicos ajustáveis chamados de *ramas*; ou através de *montagem* das reproduções em papel (coladas sobre uma base de cartão) ou filme. Neste último caso, usavam-se mesas luminosas.

Nos 18 anos que se passaram desde então, a indústria gráfica sofreu uma revolução, devida principalmente à generalização do uso do computador. Hoje, quase em toda parte, composição e paginação fazem-se com *softwares* especializados: desapareceram as máquinas de escrever, os fotocomponedores, as mesas de paginação para tipos em liga metálica e as pranchetas para montagem em papel dos *pest-ups* ou artes-finais. Matrizes de jornais e revistas são produzidas em computador e registradas em arquivos eletrônicos; assim se efetuam a separação de cores nos *cromos* e tudo o mais necessário à reprodução gráfica.

Esta - a *impressão* - também mudou, talvez menos radicalmente. Feita por máquinas grandes, com tinta, sobre estoques pesados de papel, manteve o caráter *hard*, que composição e paginação perderam; apesar dos comandos eletrônicos e ao contrário das demais etapas

da produção dos veículos gráficos, unidades impressoras são ainda espaços de (hoje poucos) trabalhadores *blue collars*.

São raras, se é que ainda existem, as máquinas planas, mais ou menos automatizadas, que sucessivamente *entintavam* a matriz e sobre ela prensavam o papel (no uso mais comum, para pequenas tiragens, foram substituídas pelas copiadoras eletrostáticas); restam algumas *rotativas* convencionais (para telhas de chumbo), existe a *rotogravura*, , mas o domínio absoluto é de máquinas de *offset* de pequena ou de alta capacidade (que antes não existiam).

Na impressão em rotativa, era necessária a intermediação de outra etapa industrial, a *esteriotipia*. A rotativa exigia a transposição da página plana montada em chumbo-antimônio para a matriz de forma semicilíndrica, chamada de *telha*; para isso, a página era inicialmente prensada contra um cartão especial, o *flã*, por uma prensa cilíndrica, ou *calandra*. Sobre essa *flã* encurvado se derramava a liga de chumbo fundida, na seção denominada *fundição*.

Máquinas de *offset* ou rotogravura geralmente exigem a intermediação de um processo de transporte do filme montado (*fotolito*, *rotofilme*, ou, genericamente, *positivo*) para uma chapa metálica (no *offset*) ou cilindro-matriz (na rotogravura). Mas já existem sistemas que dispensam o filme, efetuando a gravação a partir do registro eletrônico.

Para a impressão em máquinas planas ou em rotativas, a fotografia era previamente transposta para *clichês*, em chapas metálicas no tamanho em que a foto deveria ser impressa. Para *offset* ou rotogravura, a foto pode ser reproduzida no fotolito ou rotofilme. Efeito peculiar de meio-tom (semelhante ao cinzento, se formos imprimir em preto) é obtido através de *retículas*, cuja densidade é expressa em porcentagem de cor total.

A impressão em *offset* deriva da *litografia*, ou gravação com matriz em pedra; chapas de zinco ou alumínio pré-sensibilizadas com compostos diazólicos ou polímeros fotossensíveis substituem a pedra que se empregava outrora no processo artesanal. O fotolito não deixa passar luz nos pontos que constituem a imagem a ser impressa; nos demais, o efeito da *luz actínica* sobre a emulsão fotossensível (efeito que é específico de certos comprimentos de onda, de acordo com a emulsão) provoca a decomposição da superfície da chapa. Permanecem em relevo as zonas não afetadas. A chapa é então instalada num dos cilindros da máquina impressora mas, ao invés de imprimir diretamente sobre o papel, como acontecia na litografia, transfere a imagem para outro cilindro revestido de borracha, ou *blanqueta*. Quanto à impressão propriamente dita, seu princípio básico é o da incompatibilidade entre a água e o óleo da tinta: a área de não-impressão aceita a umidade, deixando entintadas apenas as partes que devem ser reproduzidas em papel.

Já a *rotogravura* utiliza como matriz um cilindro metálico em cuja superfície de cobre são gravadas em retículas as imagens destinadas à impressão. O princípio é o contrário dos carimbos ou matrizes tipográficas: a chapa reticulada é composta de pequenos pontos entalha-

dos de diâmetro regular, mas com profundidade que varia de acordo com a densidade do original. O cilindro é entintado com tinta muito fluida e enxugado por *faca* metálica, à semelhança de um rodo de cozinha se o passássemos sobre superfície áspera: o que sai impresso corresponde aos pontos em baixo-relevo da chapa, onde a tinta se deposita. A retícula não é visível na superfície impressa e o processo viabiliza-se economicamente para grandes tiragens, de vez que permite reprodução de excelente qualidade em milhões de exemplares com uma única matriz.

De qualquer forma, o efeito colorido é obtido através da passagem sucessiva do papel por dois, três (*trícromia*), quatro ou mais (*policromia*) cilindros ou prensas, que contêm matrizes correspondentes à participação de cada uma das cores no conjunto a ser reproduzido. Para a seleção de cores, o original era submetido a filtros com as cores complementares de três cores básicas (o vermelho *magenta*, o azul *cian* e o amarelo), de modo que os filmes registrassem apenas o componente de cada uma dessas cores básicas em cada micro-área do material a ser reproduzido; o computador, atualmente afere a quantidade de pigmento e atribui-lhe valor digital, isto é, numérico-binário. Em teoria, e também nos filmes coloridos de fotografia ou cinema, a combinação das três cores reproduz o efeito policrômico que o olho registra na observação da natureza; na impressão pelos processos industriais correntes, é necessário em geral acrescentar um quarto componente, o preto, que fixa o contraste e a definição do colorido. O *offset* e a rotogravura oferecem grande exatidão do *registro*, isto é, asseguram que o papel passará exatamente na mesma posição pelos diferentes cilindros. Se isso não acontecer, surgirão *fantasmas* ou *muarês*, perdendo-se a nitidez da reprodução.

A parte industrial de um jornal convencional, impresso em rotativa - portanto, antes da introdução das novas tecnologias (que começaram a ingressar na indústria na década de 70) - correspondia a: 1) composição, com linotipos, *ludlows* (máquinas que fundiam linhas de chumbo-antimônio sobre matrizes metálicas em baixo-relevo apanhadas, uma a uma, nas caixas, e que se utilizavam, em geral, para a composição de títulos) e, eventualmente, tipos manuais, em relevo; 2) clichêria; 3) revisão; 4) paginação, em que se fazia a montagem dos paquês e clichês, todos numerados por um código chamado de *retranca*; 5) calandra; 6) fundição; 7) impressão. As rotativas - em que o papel fornecido em *bobinas* rodava pelos cilindros, recurvava-se e dobrava em alta velocidade, numa imagem-símbolo da hegemonia mecânica - costumavam encartar diferentes cadernos do jornal entregando o produto já contado e até enfardado, na esteira que desembocava no depósito ou diretamente nos carros de distribuição.

A série correspondente para o *offset* compreende : 1) composição; 2) revisão; 3) montagem; 4) fotolito; 5) transporte; 6) impressão. A composição é hoje feita na redação, a partir do texto digitado pelo repórter ou pelo redator e que deve sofrer alguma revisão, principalmente

voltada para a coerência da informação em si e para a sintaxe (a ortografia é corrigida automaticamente pelos programas de edição de texto); a montagem também se faz em computador, com programas de editoração eletrônica geralmente associados a programas de arte gráfica (que montam ilustrações e vinhetas) e de separação de cores. Existindo ou não fotolito, a etapa seguinte é a impressão.

Salvo para a clichéria, que usava medições em centímetros e milímetros, as demais etapas empregam tradicionalmente sistema de unidades próprio. As bases desse *Sistema de Unidades Gráficas* são o cícero ou pica<sup>1</sup>, cujo valores pouco diferem, numa ordem de grandeza de 0,4 cm. É questão de o país de procedência do equipamento industrial usar uma ou outra (ambas são subunidades do *pé-do-rei*; presumivelmente, o tamanho do pé do rei inglês era diferente do tamanho do pé do rei francês...). O cícero (ou pica) divide-se em 12 *pontos*. A largura das colunas, por exemplo, é expressa em cícero ou picas (em um jornal grande, de oito colunas, perto de dez) e a altura dos tipos (ou *corpo*) expressa em pontos. Os tipos mais comumente à disposição da indústria gráfica são os de corpo 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 18, 30, 36, 48, 60, 72 e 90.

Quanto ao *design* das letras, há várias classificações, baseadas na existência ou não de *cerifas*<sup>2</sup> (acabamento em traço, triângulo ou quadrilátero na extremidade das hastes das letras), na forma das cerifas ou na natureza mesma do desenho. As formas disponíveis mais comumente (há centenas delas) têm os nomes comerciais de *Bodoni*, *Times*, *Garamond*, *Grotesca*, *Helvética* e *Futura*. Além da forma e do tamanho, as letras se distinguem como de *caixa baixa* (minúscula), *caixa alta* ou *versal* (maiúsculas) e *versaletes* (letra com formato de maiúscula e altura das minúsculas do mesmo corpo); *claras* ou *redondas*, em *grifo* ou *itálico* e em *negrito*. O desenho dos alfabetos latinos impressos deriva de um projeto original de Nicolas Jansen que, no início da Era Moderna, tomou como referência, para as maiúsculas, as inscrições romanas e, para as minúsculas, as letras usadas pelos escribas carolíngios (do tempo de Carlos Magno).

## 2. Dos moinhos de papel aos periódicos.

A maneira convencional de iniciar o relato da história da imprensa consiste em relacionar as grandes invenções que marcaram o

---

<sup>10</sup> O cícero é a unidade do sistema desenvolvido por Didot a partir da proposta inicial de Fournier, em 1737. No sistema Didot, tem 4,512 mm (0,4512 cm) e se divide em 12 pontos, com 0,356 mm. O sistema anglo-americano utiliza, em lugar do cícero, o pica (às vezes grafado paica, por uma curiosa mistura de rigor fonético e pudor linguístico), que corresponde a 4,218 mm (0,418 cm) e se divide também em 12 pontos, com 0,351 mm. Com o domínio industrial dos Estados Unidos no Ocidente, o *pica* é hoje o mais difundido. Outra unidade, tornada usual na tradição da tipografia do Brasil, é o *furo*, que corresponde a quatro cicerros.

<sup>2</sup> Grafa-se também *serifa*. Preferimos a forma com c por supormos relação com o grego *κερας, ατος*, no sentido de *ponta*, ou *chifre, corno*.

seu surgimento. É, porém, embaraçoso constatar que essas notáveis criações do Renascimento europeu foram, no todo ou em grande parte, apropriações e desenvolvimentos de recursos técnicos criados por outras culturas. A imprensa já existia como possibilidade material muito antes da exigência social que a fez brotar.

Quando os primeiros moinhos de farrapos se instalaram junto aos rios de curso rápido e águas claras (alguns na Espanha do Século XII, muitos na Itália, a partir do Século XIV), o papel era conhecido e consumido regularmente nos países orientais. O *know-how* de sua fabricação chegou ao Mediterrâneo através das rotas islâmicas. Da mesma forma, entre 1040 e 1050, Pi Cheng inventou os caracteres tipográficos móveis de cerâmica e essa técnica espalhou-se até o Turquestão ainda na dinastia Song (de 960 a 1280). Caracteres de metal surgem na Coreia em 1390, meio século antes de sua utilização, pela primeira vez na Europa, por vários artesãos, entre os quais Gutenberg de Mainz (Mogúncia) ganharia celebridade. A originalidade dos inventos atribuídos a Gutenberg é discutível; uma das razões para que esse debate tenha sido posto de lado é a grande difusão do trabalho excelente de sua oficina na famosa edição da Bíblia, de 1450. Se não foi o primeiro, terá sido o melhor dentre os primeiros.

Razões mais profundas relacionam-se com a ideologia da narrativa histórica. Para o historiador do período de ascensão burguesa, tratava-se realmente de privilegiar o progresso material e de situá-lo em perspectiva individualista, da qual faz parte o próprio realce dado aos recordes e às primazias; ao mesmo tempo, de nutrir com o perfil de heróis o orgulho nacional ou o orgulho de algo mais amplo, que se chamou de princípio de Cristandade, depois de cultura européia e, finalmente, de cultura ocidental. Que tal orgulho tenha assumido o aspecto de discriminação racista é um exemplo do sistema de manipulação que transforma em natural e, portanto, impossível de mudar, aquilo que é histórico e, portanto, passível de mudanças. Gutenberg ofereceu a muitas gerações de europeus e colonizados o modelo do herói criativo e empreendedor, cuja criatura é o próprio futuro do Homem; o ponto de articulação entre o artesão-mestre do ofício, ancestral assumido pelo empresário, e as artes e ciências, que este cuidaria de incentivar, moldando-as nos rumos da experimentação e do consumo, e das quais tiraria o melhor proveito.

De qualquer forma, a invenção e difusão da Imprensa está na pré-história dos periódicos. Um enfoque contemporâneo dessa época, apoiado em modelos lingüísticos e matemáticos, encara esses estágios como degraus de uma série cumulativa que a cultura ocidental iniciou e vem sustentando há vários séculos, graças a soluções que engendrou em face de contratos com outras culturas (como as do Islã, da China ou da América pré-colombiana), às quais terminou por destruir ou afetar profundamente, com sua vocação hegemônica. Em séries assim, tal como num jogo de probabilidades, a ampliação das trocas culturais aumenta as chances de êxito nas etapas de avanço.

### 3. A quebra de um monopólio

Por detrás da evolução da Imprensa, do surgimento dos periódicos, de suas formas, conteúdos e técnicas de produção, encontra-se o processo de surgimento e afirmação da burguesia. O mais antigo predecessor do jornalista moderno surgiu na Itália do século de Petrarca, quando os burgos da Costa Ocidental, enriquecidos pelo comércio com os navegadores árabes, desenvolveram uma forma nova de vida, baseada na concentração urbana, na troca intensa de mercadorias e em lutas que anteciparam de alguns séculos conflitos de classes que toda a Europa iria provar.

Os *Avisi* eram folhas manuscritas, copiadas várias vezes e frequentemente redigidas em proveito de ricos comerciantes ou banqueiros por pessoas que disso faziam profissão. Algo semelhante acontecia, por esse tempo, com as *Zeitungem* da Alemanha. Tratava-se de trabalho de natureza intelectual, assalariado ou contratado, no qual se exigia dado grau de alienação do autor em relação ao conteúdo e à finalidade do escrito - algo subjetivamente bem diverso da idéia que se faz da arte dos poetas e narradores literários, ou da tarefa de quem escreve uma carta pessoal. Outra característica que antecipa os meios de comunicação social é o fato de os *Avisi* e as *Zeitungem* dos séculos XIII e XIV dirigirem-se a público relativamente aberto e não a alguém ou a alguns; e de conterem, ao contrário dos *Acta Diurna* romanos do século I aC. - ancestrais dos jornais murais contemporâneos -, materiais não governamentais (do Senado ou do César), mas informações de interesse privado de um financiador. Quebrava-se o monopólio do Estado e da Igreja sobre os meios de comunicação.

O mercantilismo tornou necessário o conhecimento da escrita e da leitura, para o registro e comunicação de dados comerciais; o recurso ao saber antigo e a construção de novo saber, mobilizado para a expansão do comércio das primeiras indústrias; concentrou populações nas cidades; compôs o quadro em que se formariam os poderes nacionais e o próprio sentimento da nacionalidade, que adquiriu forma na fixação dos idiomas e na identificação de comunidades maiores do que as de uma vila ou um condado. Criou, assim, condições para que a imprensa se desenvolvesse e descobriu, afinal, a imensa potencialidade do texto escrito como instrumento de propaganda e informação.

O passo seguinte foi o aperfeiçoamento das comunicações. A era do cavalo favoreceu a multiplicação das estafetas (eram 200 mil no Império Mongol, segundo Marco Polo), que, na Europa do século XVI, deixaram de ser apenas mensageiros privados ou oficiais para formarem os primeiros serviços postais públicos. Levaram mensagens e novidades; logo transportariam, de um centro a outro, notícias, idéias, jornais.

Os exemplares mais antigos de jornal que se conhecem foram publicados na Alemanha em 1609 e, embora não contenham indicações

sobre a cidade ou o impressor, provavelmente saíram de uma oficina de Bremen. Outra publicação primitiva era editada em Estrasburgo (também em 1609) e uma terceira em Colônia (1610). Em 1620, havia jornais em Frankfurt, Berlim, Basileia, Hamburgo, Amsterdã e Antuérpia. Da Holanda saíram exemplares em inglês e francês nesse mesmo ano. Em 1621, circulava o primeiro jornal londrino, a *Current of General News*. Dez anos depois, a 30 de maio de 1631, era lançada em Paris *La Gazette*, de Theophraste Renaudot<sup>3</sup>.

Basta reparar o breve intervalo entre essas datas para concluir que a imprensa periódica vinha atender a necessidade social difusa. Os jornais primitivos continham notícias do estrangeiro (aponta-se como exceção o destaque das notícias locais, dado por um jornal vienense em 1629), tratando de assuntos comerciais e de problemas políticos que afetavam o comércio. Mas já o incomum e o sensacional apareciam no texto.

#### **4. A mística da liberdade**

A burguesia ascendente utilizou seu novo produto para a difusão dos ideais de livre comércio e de livre produção que lhe convinhavam. Logo também viriam as respostas do poder político autocrático a essa pregação subversiva, sob a forma de regulamentos de censura ou da edição de jornais oficiais e oficiosos, vinculados aos interesses da aristocracia. A liberdade de expressão do pensamento somou-se, na luta contra a censura, às outras liberdades pretendidas no ideário burguês, e o jornal tornou-se instrumento de luta ideológica, como jamais deixaria de ser.

Na introdução de sua *História da Imprensa nos Estados Unidos*, Edwin Emery, da Universidade de Minnessota, considera significativo que o jornal tenha florescido em áreas onde era fraca a autoridade, como na Alemanha<sup>4</sup>. Onde quer que o Estado aristocrático estivesse fortemente implantado, a censura foi exercida, de maneira preventiva e arbitrária. Na França dos Luíses, era necessário ao editor obter um privilégio mais ou menos acompanhado de monopólios para a edição; mas isso não o livrava da prévia aprovação do conteúdo pelas autoridades. Regime similar existiu em outros países.

#### **5. A censura sob o liberalismo**

“Deixemos que a verdade e a falsidade se batam. Quem jamais viu a verdade levar a pior num combate franco e livre?” A pergunta sintetiza os argumentos do poeta inglês John Milton, em seu famoso discurso ao Parlamento *Aeropagítica*, publicado em 24 de novembro de

---

<sup>3</sup> TERROU, Fernand. *A Informação*. São Paulo, Difel, 1963, p. 19.

<sup>4</sup> EMERY, Edwin. *História da Imprensa nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Lidador, 1965, p. 18.

1644, em pleno curso da revolução burguesa na Inglaterra. Sete anos mais tarde, o mesmo Milton ocuparia o cargo de censor.

A liberdade de expressão, ao lado das outras liberdades, estava incorporada ao programa mínimo de classe em ascensão. No entanto, os novos estados burgueses, quer exercessem o poder através de estruturas preservadas da época anterior, mediante compromissos pragmáticos (como aconteceu na Inglaterra), quer resultantes de revolução onde o conflito real se tornaria mais evidente (como na França, um século depois), enfrentaram de imediato problemas tais que os levaram a restaurar a censura. As leis repressivas iriam ser adotadas e abandonadas ao sabor dos acontecimentos. Uma cronologia incompleta revela isso, por exemplo, no caso inglês: 1641, abolição do tribunal Star Chamber, executor de política de monopólio e censura; 1649, restabelecimento da censura, com a execução de Carlos I e o aparecimento da Commonwealth, sob o governo de Cromwell; 1660, estabelecimento de um sistema de patente exclusiva, ou monopólio, com a restauração de Carlos II; 1622, decreto de censura; 1679, prescrição do decreto de censura que, ressuscitado de vez em quando, expiraria em 1694; 1712, criação do imposto do selo, estabelecido pelos *tories* e que vigoraria até 1855, numa fase em que se alternaram períodos de restrições mais ou menos amplas.

A evolução das idéias sobre a liberdade de Imprensa na França é também elucidativa. Antes da tomada do poder pela Revolução, escreveu Jaucourt: “Os inconvenientes dessa liberdade de imprensa são tão pouco consideráveis quando comparados às suas vantagens que esse deveria ser o direito comum do universo”. Diderot enfrentava, com as armas da utopia, os problemas que sua sagacidade antevia para o futuro: “Não é suficiente que um jornalista tenha conhecimentos, é preciso também que seja eqüitativo, que tenha julgamento sólido e profundo de gosto, de sagacidade; que nada altere”. No entanto, em 1793, derrocada a Bastilha e derrubado o Império, construiria Saint-Just a frase célebre: “Não pode haver liberdade para os inimigos da liberdade”.<sup>5</sup>

No terreno da crítica das idéias, esses pensamentos não figuram entre as criações humanas de maior consistência. Tomemos o de Milton, que parte da linguagem maniqueísta de uma “verdade” e uma “falsidade” em luta; a experiência tem mostrado que a “falsidade” pode vencer quando se apoia em boa retórica, adequada estratégia emocional e *media* (volume de oferta, socialmente distribuído, da mensagem) esmagadores. Por outro lado, muitas proposições, como as promessas políticas, não podem de antemão ser ditas verdadeiras ou falsas. O mesmo ocorre com afirmações sobre as quais não há outro conhecimento (como “os povos de Alfa Centauro são pacíficos”). Finalmente, a convicção de “verdade” e “falsidade” não existe fora de um contexto do qual participam interesses e motivações.

---

<sup>5</sup> TERROU, Fernand. Op. cit, p. 28.

A tirada de Saint-Just, freqüentemente repetida, flutua com o conceito que se tenha de “liberdade”. Se entendermos “liberdade” como o “direito que todos os homens têm de expressar o pensamento”, por exemplo, veremos que “não podem ter o direito que todos os homens têm de expressar o pensamento os homens que são contra o direito que todos os homens têm de expressar o pensamento”. Logo, nem todos os homens têm o direito de expressar o pensamento, o que contradiz a definição. Não é preciso ser mestre de ironia para concluir que a frase será historicamente consagrada de outra forma: “Não pode haver liberdade para quem é contra o que *eu entendo por liberdade*”, ou “não pode haver liberdade para quem é contra *mim*”.

Nos Estados Unidos, circunstâncias peculiares favorecem a persistência do princípio da livre imprensa, inscrito na primeira emenda à Constituição, de 1791, quinze anos após a independência nacional; tais fatores foram, basicamente, a inexistência de qualquer movimento sério de restauração de um *sistema* anterior, de vez que a autonomia atendeu ao consenso do grupo dominante na colônia; a ausência, nos primeiros tempos, de qualquer coisa parecida com o proletariado em formação na Europa; e a circunstância de, até a década de 1830, os jornais atuarem discretamente: “subvencionados por partidos políticos, homens de negócio ou plantadores, eram dirigidos por elementos ricos e tinham fraca tiragem”, escreveu Fernand Terrou.<sup>6</sup>

Ainda assim, e em que pese a pouca repercussão eleitoral dos jornais, as idéias de Thomas Jefferson (cujo compromisso com a liberdade de Imprensa passaria à condição de mito da História dos Estados Unidos) evoluíram sintomaticamente ao longo dos anos. Em 1787, escrevia ele a um amigo:

O meio de evitar essas intervenções irregulares (erros de julgamento) do povo é dar-lhe plena informação dos negócios através dos jornais públicos e tudo fazer para esses jornais terem a maior penetração possível na massa do povo. Sendo o nosso governo fundado na opinião pública, o primeiro e real objetivo seria mantê-la certa.

Jefferson assumiu o governo em 1800. Em 1802, enfrentando jornais federalistas hostis, seus pontos de vista eram um tanto diferentes:

Estamos passando, sem dúvida, pela experiência de saber se a liberdade de expressão é ou não suficiente, sem o auxílio de coerção, para a propagação e proteção da verdade, assim como para manutenção de um governo puro e íntegro em suas ações e opiniões.

E, em 1813:

---

<sup>6</sup> Ibidem, p. 37.

Os jornais de nosso país, pelo seu desenfreado espírito de falsidade, têm destruído mais efetivamente a utilidade da Imprensa do que todas as medidas restritivas inventadas por Bonaparte.<sup>7</sup>

## 6. A revolução do jornal-empresa

Na segunda metade do século XIX, a concepção liberal conseguiu impor-se na Inglaterra, com a abolição dos impostos especiais (sobre a publicidade, em 1853; do imposto do selo, em 1855; e sobre o papel, em 1863); na França, em 1881, com a legislação que tornou livres as publicações; na Alemanha, em 1874, após a unificação, com a lei que, abolindo a censura, estabeleceu a competência do júri para os delitos da imprensa.

Dois acontecimentos tornaram possível essa liberação, após mais de um século de restrições e constrangimento: (a) a Revolução Industrial e (b) o papel particular que a publicidade assumiria na vida dos jornais.

A Revolução Industrial representou etapa mais avançada do processo do capitalismo. Coincidiu com o esvaziamento dos campos da Europa e a liquidação do setor feudal remanescente; promoveu rápido crescimento e mudou o aspecto humano das cidades, fazendo surgir, por sobre a multidão proletária miserável, camadas intermediárias de administradores e trabalhadores qualificados ou técnicos necessariamente voltados para a leitura, interessados em notícias e capazes de se identificarem com a classe no poder. Mesmo para empregos sem maior qualificação, a alfabetização tornou-se conveniente, necessária e, por fim, obrigatória.

Conseqüência particular da Revolução Industrial foi a mecanização dos processos de produção dos jornais. Isto lhes permitiu multiplicar as tiragens, estabelecendo patamares de circulação bem acima dos da fase anterior. Por outro lado, passou a exigir do empresário jornalístico investimento inicial apreciável, que precisava ser remunerado. Na linguagem dos estudos de Economia, que datam desse tempo, tal situação corresponde ao “aumento da capacidade produtiva” e à “exigência de maior responsabilidade na produção”.

A impressora mecânica, inventada pelo alemão Koenig, foi utilizada pela primeira vez em 28 de novembro de 1814, na impressão do *Times*, de Londres; onze anos antes, entrava em operação a primeira máquina contínua para a fabricação de papel. Em 1867, Hippolyte Marinoni construiu a prensa de quatro cilindros, a *rotativa*, cujo primeiro modelo era 25 vezes mais rápido do que qualquer outra máquina então existente. Mergenthaler inventou em Baltimore a linotipo que, a partir de 1880, aceleraria vitalmente a composição. A fotografia, inventada por

---

<sup>7</sup> EMERY, Edwin. Op. Cit., p.183.

Daguerre em 1839, abriu caminho para a fotogravura e a imprensa ilustrada. Data de 4 de março de 1880 a primeira reprodução de uma fotografia em jornal, no *Daily Graphic*, de Nova York.

A publicidade teve também dupla ação. Por um lado, permitiu a rebaixa do preço do exemplar, colocando os jornais mais facilmente ao alcance da população recém-alfabetizada. Por outro lado, integrou profundamente a empresa jornalística com o setor econômico que lhe passou a garantir a sobrevivência. A disputa por maior número de leitores tornou-se não apenas luta pela influência, mas também duro combate por maior volume de anúncios a preço mais gratificante.

Em 1846, havia em Paris 26 diários com 180.000 assinantes. O inovador *La Presse*, fundado em 1836 por Emile de Gerardin, contava com 63.000 assinantes em 1848. Nada disso se compara ao gigantismo de *Le Petit Parisien*, que, em 1913, ultrapassaria o milhão e meio de exemplares diários; ou de *Le Matin*, fundado em 1884 e que, em 1913, vendia um milhão de exemplares; ou do *Petit Journal*, que ultrapassou o milhão de compradores em 1892.

Na Inglaterra, em 1829, os 17 diários de Londres tinham tiragem de 44.000 exemplares. Em 1856, só o Times vendia 60.000. A baixa dos preços favorecida pelo mercado publicitário elevou o *Daily Telegraph* da tiragem de 30.000 exemplares em 1858 para 142.000 em 1861, e 300.000 em 1880. O *Daily Mail*, já em 1900, vendia 800.000 exemplares.

Nos Estados Unidos, havia oito diários, em 1790; um século depois, 1.662 diários, com a tiragem de 8.387.188 exemplares; em 1910, 2.433 diários, com tiragem de 24.211.997 exemplares.

Por detrás dos números, estabeleceu-se relação triangular em que o produtor de informação busca atrair o interesse de um público, que retribui consumindo produtos (industriais, de serviços ou ideológicos) do sistema econômico-ideológico. Este gratifica o produtor de informação com verbas publicitárias, financiamentos e apoio social.<sup>8</sup>

Essa triangulação funciona regularmente, desde que o produtor de mensagens seja capaz de obter número considerável de leitores-consumidores de produtos e não se oponha aos princípios fundamentais para a sobrevivência do sistema. A primeira condição resultou em disputa acirrada, com a acentuada tendência, tão logo suprimido o mercado potencial, à redução dos títulos e aumento das tiragens - em outras palavras, à concentração empresarial. Segundo uma publicação da Universidade de Chicago, o número de jornais não cessou de diminuir desde 1910, embora a população aumentasse: de perto de 2.600, baixou para 1.750, em todo os Estados Unidos. Quarenta por cento dos diários não enfrentavam, em 1945, qualquer concorrência; esta se registrava em apenas uma de cada 12 cidades que tinham jornais.

Os jornais de opinião (eventualmente contestatória) continuaram a existir, porém com horizontes limitados pela incapacidade de

---

<sup>8</sup> Essa relação é melhor explicitada no segundo capítulo, item 3.2.

concorrer em volume e qualidade de informações, serviços e entretenimento; e pela necessidade de sustentar preço alto de venda ao público, salvo quando algum grupo de pressão, partido, igreja ou sindicato os sustenta, arcando com despesas crescentes. Ainda assim, esses jornais serão responsáveis por alguns episódios em que o sistema deixou de operar a contento, exigindo a intervenção do Estado ou de pressão social manipulada. Momentos de disfunção decorrem ainda de contradições graves no âmbito do próprio sistema ou nas relações deste com o poder formal do Estado; tais são situações de crise, em que, como observou Lenine, o meio social adquire grande condutibilidade para as idéias revolucionárias.

Mas até mesmo a contestação declarada mostrou-se comumente útil ao sistema, evidenciando ângulos críticos que de outra forma passariam despercebidos, antecipando reformas ou soluções de compromisso e gerando modelos culturais que, desvinculados de sua significação primitiva, puderam ser transformados em artigos de consumo de grande apelo.

## **7. As técnicas como produto da História**

A técnica de fazer jornal - que não deve ser confundida com a tecnologia da fabricação dos jornais - respondeu muito nitidamente às necessidades criadas pelas mudanças sociais. Trata-se de uma realização de cultura altamente sensível às concretizações da História.

Nos primeiros séculos de existência dos periódicos, houve o privilégio dos textos opinativos e interpretativos, em que cada episódio ou acontecimento era expressamente relacionado a uma linha de pensamento determinada e sempre reiterada. Ao redator de um jornal burguês, na França do século XVIII, parecia perfeitamente cabível noticiar a falta de gêneros numa região, um motim camponês em outra, a prisão de um manifestante, a derrota em uma batalha ou qualquer outro fato remetendo inevitavelmente aos impostos do governo aristocrático, à falta de liberdade de circulação de mercadorias e idéias, à perda de liderança da aristocracia dominante.

Consolidada a posse do poder, iria tornar-se difícil aplicar o mesmo raciocínio, com idêntica amplitude, se faltam gêneros, ocorrem motins e prisões ou derrotas militares: opinião emitida de cima para baixo perde rapidamente o grau de novidade (ou improbabilidade) mínimo necessário para que desperte algum interesse. A própria atitude do público mudaria: insatisfações novas que não era conveniente deixar prosperar, o desejo de acumular conhecimento e, através dele, dominar uma realidade que se modificava sem coerência visível. A reiteração ideológica teria que ser feita por outros meios, e estes foram supridos por novas formas de produção de informação.

O sensacionalismo é uma dessas formas. Ele permite manter elevado índice de interesse popular (o que é conveniente para o veículo, na época de competição por leitores e de maximização publicitária), re-

fletindo, na divulgação de crimes e grandes passionaisismos, realidade violenta muito próxima de imprecisos sentimentos do leitor; oferecendo-lhe, em lugar da consciência, uma representação de consciência. As campanhas e os apelos à unidade nacional prestigiam a liderança. Quanto aos problemas, eles se esvaziam no sentimentalismo ou se disfarçam na manipulação *da simplificação e do inimigo único*<sup>9</sup>: a “culpa” será invariavelmente atribuída a políticos corruptos, a potência estrangeira, a elementos de uma cultura (“raça”) diferente. No entanto, essa imprensa tem o mérito de se comprometer com o lado emocional do homem e de evidenciar de alguma forma suas agruras reais.

A outra forma, que se identificaria com a imprensa prestigiada, gerou o entendimento fundado na *imparcialidade*, na *objetividade* e na *veracidade* da informação. Tal imparcialidade, objetividade e veracidade cumprem freqüentemente a função reiteradora que a opinião manifesta já não consegue suprir, apresentando como equilibradas e, portanto, naturais, as perspectivas dadas como boas, eliminando como subjetivas ou mentalistas as disposições inconvenientes de análise crítica e estabelecendo, necessariamente a *priori*, critérios de aferição da verdade.

Um jornalismo que fosse a um só tempo objetivo, imparcial e verdadeiro excluiria toda outra forma de conhecimento, criando o objeto mitológico da sabedoria absoluta. Não é por acaso que o jornalista do século XX mantém, às vezes, a ilusão de dominar o fluxo dos acontecimentos apenas porque os contempla, sob a forma de notícias, na batida mecânica e constante dos teletipos (ou, mais recentemente, o cidadão que os vigia na tela do *browns*er ligado à Internet).

O conceito de objetividade posto em voga consiste basicamente em descrever os fatos tal como aparecem; é, na realidade, abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia. A competência profissional passa a medir-se pelo primor da observação exata e minuciosa dos acontecimentos do dia-a-dia. No entanto, ao privilegiar aparência e reordená-las num texto, incluindo algumas e suprimindo outras, colocando estas primeiro, aquelas depois, o jornalista deixa inevitavelmente interferir fatores subjetivos. A interferência da subjetividade nas escolhas e nas ordenações será tanto maior quanto mais *objetivo*, ou preso às aparências, o texto pretenda ser. Assim, pode-se narrar uma procissão do ângulo da contrição dos fiéis, ou com destaque aos problemas de trânsito que causa, ou ainda à contradição entre suas propostas e a realidade contemporânea. No primeiro caso, estaremos, possivelmente, redigindo um texto de fundo religioso; no segundo, de intenções agnóstico-mecanicistas; no terceiro, de intenções críticas e materialistas.

---

<sup>9</sup> DOMENACH, Jean- Marie. *A Propaganda Política*, São Paulo, Difel, 1963, p. 54. O autor propõe, como leis da propaganda política, além da *Lei da Simplificação e do Inimigo Único*, as leis da *Ampliação e Desfiguração*, da *Orquestração*, da *Transfusão* e da *Unidade e do Contágio*.

Essas reflexões não excluem, porém, as vantagens práticas da técnica que correspondem à proposição de um improvável ponto de equilíbrio diante do qual um fato ocorrido pudesse ser contado de uma só maneira justa. O procedimento resultante dessa forma de entender o texto informativo ofereceu certas vantagens; entre estas, o compromisso com a realidade material, a aceleração do processo de produção e troca de informações e a denúncia das fórmulas arcaicas de manipulação.

A proposta de uma linguagem absolutamente transparente, por trás da qual se apresentasse o fato íntegro, para que o leitor produzisse seu julgamento, conduziu os jornalistas a atitude de indagação e lhes deu, em certas circunstâncias, o poder de buscar o seu próprio ponto de equilíbrio, desenvolvendo um conceito de verdade extraído dos fatos com o extraordinário poder de convencimento dos próprios fatos. Foi com esses métodos que o repórter John Reed contou, com eloquência militante, a revolução mexicana e a revolução russa<sup>10</sup>; assim se construíram, para além das aparências montadas, a imagem real do nazismo e o sentido verdadeiro da guerra do Vietnã; chegou-se ao fundo de muitos escândalos e iniquidades.

## 8. A estrutura da redação

A atividade da redação de um periódico se compõe de apuração e redação dos dados (a cargo da *reportagem*, com o apoio da *fotografia*, do *arquivo* ou *setor de pesquisa* e do *arquivo fotográfico*) e de sua edição, a cargo do *editor* (ou do *secretário*), dos *redatores* (que, quando revisores e compiladores de originais, podem formar o que, no Brasil, é chamado de *copydesk*) e dos *diagramadores*. Estes calculam tamanho dos textos e títulos e projetam as páginas, em *diagramas* ou *layouts*. Pelo menos, era exatamente assim, até há alguns anos.

A divisão em funções na redação decorreu de uma imposição da transformação do jornal em empresa; tratava-se de adaptar uma estrutura industrial taylorista - ou fordista, em linha de montagem - à produção de informação e matérias de entretenimento, principalmente. Uma das conseqüências é que se estabelecia a impessoalidade do maior volume de textos, à exceção de espaços fixos chamados de *colunas* (que podem ser assinadas pelos *colunistas*), artigos (também geralmente assinados) e editoriais (estes de responsabilidade da empresa ou do *redator chefe*). Da mesma forma que as matérias informativas assinadas são freqüentemente sujeitas ao modo industrial da produção, isto é, não correspondem ao que o autor escreveu ou escreveria caso não houvesse a interveniência da empresa, é também comum que as *colunas* ( não

---

<sup>10</sup> REED, John. *Dez Dias que Abalaram o Mundo*. São Paulo, Global, 1977.

REED, John. *México Rebelde*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

confundir com o conceito gráfico do termo, como divisão da página ) sejam produzidas por pequenas redações reunidas em torno do titular, ou que o nome do suposto autor seja fictício.

Nos jornais pequenos, como nos primitivos, predomina a divisão entre a reportagem (com ou sem o seu *chefe*) e a secretaria (o *secretário*), com o *redator-chefe* ou *chefe da redação* comandando tudo isso, em nome das direção, que conta com um *diretor-responsável*. Nos grandes jornais, e naqueles que buscam adotar a estrutura americana, a função do editor é fracionada (há o editor de economia, o de esportes, o de assuntos urbanos, o editor político, o editor nacional etc.) e cada editoria assemelha-se à redação-base de um jornal pequeno, contando com seus próprios repórteres e redatores. O secretário, nesse caso, pode ter funções administrativas e de relacionamento funcional com a *oficina* e a *publicidade* (uma espécie de *publisher*); ou pode supervisionar tarefas da edição. O *chefe de redação* normalmente passa a chamar-se de *editor-geral*.

Da organização industrial decorre o esvaziamento da responsabilidade pessoal de cada jornalista diante do público, em favor da coletivização da responsabilidade. Na contingência de propriedade privada, ou centralização burocrática, tal responsabilidade é transferida, em última análise, aos editores e chefes e, através deles, à empresa. Num sistema socializado, ou naquele em que se procura coibir o controle econômico da edição, o colegiado da redação pode ter algum ou muito poder (é o caso de Portugal), que será eventualmente manipulado pela linha estrita de um partido ou grupo. De qualquer forma, o mesmo texto é elaborado várias vezes, condensado, acrescido: a criatividade se especializa, restando a poucos a possibilidade de comunicação “pessoal” com o leitor - ainda assim sob determinados limites e controles.

Os parágrafos acima não se aplicam inteiramente à imprensa atual, do fim de século. A estrutura das redações está em transição. Da mesma forma que a rígida divisão de funções correspondia ao antigo modelo industrial americano - “cada qual fazendo apenas uma pequena coisa, fará melhor essa coisa” -, a tendência que se observa presentemente reflete a influência do modelo toiotista, da indústria japonesa: trata-se, em tese, de fazer com que cada trabalhador se integre no processo coletivo de produção, atento a todas as suas etapas, mantendo a individualidade e atuando inteligentemente em prol da qualidade do produto.

O toiotismo é, no entanto, - pelo menos neste caso, em que se trata de bens ideológicos - mais uma atitude que encontra sentido na cultura japonesa do que mera técnica de produção. Exaltar a figura do repórter, como se faz atualmente, atende “ao bom e velho espírito da imprensa”, para o qual o melhor jornalismo é o investigativo e a reportagem “a alma do jornal”; as figuras do *apurador* pouco dado à gramática, relaxado com seu texto, e do redator *intelectual*, o legítimo *idiota da*

*objetividade*<sup>11</sup>, impermeável a qualquer emoção, compõem o quadro anedótico do jornalismo-indústria.

No entanto, empresas têm interesses objetivos, inserem-se em articulações, dependem de financiamento, publicidade, tecnologia e aceitação social. Não é fácil sustentar organizações desse tipo sobre a individualidade de jornalistas apaixonados pela própria missão e pelas próprias carreiras, fuçando escândalos financeiros e incongruências políticas numa sociedade real (considere-se, por exemplo, que as ações judiciais por crime de calúnia, injúria ou difamação são essencialmente cíveis, buscando indenização - *a ser paga pelas empresas*). Por outro lado, a independência do jornalista é impossível, no sentido lato, se a relação de emprego não pressupõe algum tipo de estabilidade. O repórter *paladino da sociedade, defensor daqueles que não têm quem os defenda*, pode ser a essência do bom jornalismo, mas é, do ponto de vista empresarial, um tremendo criador de casos.

No fundo, um problema filosófico: a verdade, em jornalismo, como na Lógica clássica, é ou não é, excluída qualquer outra hipótese; já no terreno jurídico - na ordem social, no julgamento da História - a verdade é arbitral, depende de provas, sujeita-se à discussão, pode ser e não ser ao mesmo tempo.

As inovações tecnológicas alteraram profundamente - e poderão alterar ainda mais, em futuro próximo - as técnicas de trabalho dos jornalistas, em particular dos repórteres, permitindo, principalmente, textos mais exatos. O acesso a dados oficiais é hoje facilitado pelas redes de computadores, e será mais facilitado ainda na medida em que se desenvolverem sistemas de gerenciamento de redes e bancos de dados adaptados à universalidade dos assuntos e à rotina de trabalho dos veículos. As telecomunicações (dos cabos óticos aos telefones celulares) tornaram o mundo muito menor nos últimos anos, embora o que acontece com ele seja cada vez menos interessante.

No entanto, a base da reportagem continua sendo a entrevista, de preferência face a face, captando o que a fonte quer dizer e também, se possível, o que ela gostaria de não dizer. Fontes que são cada vez mais profissionalizadas e desenvolvem estratégias de convencimento sutis, buscando envolver, antes de mais nada, os próprios repórteres.

## 9. O jornalismo no Brasil

Os jornais de circulação nacional e venda popular alcançam, no Japão e na Inglaterra, tiragens superiores a seis milhões de exemplares. Na França, *Le Monde*, jornal interpretativo destinado a público de nível universitário (a sua feição gráfica é conservadora, os textos longos e sem fotografias), conseguiu, em 1979, superar meio milhão de

---

<sup>11</sup> . O apelido foi inventado na década de 60 pelo colunista e teatrólogo brasileiro Nelson Rodrigues, que o aplicava aos redatores do *copydesk* do *Jornal do Brasil* (Nelson escrevia no jornal concorrente do Rio de Janeiro, *O Globo*)

exemplares. Na União Soviética e na China, os órgãos partidários centrais passavam, naquela época, de dez milhões de exemplares diários. O *New York Times* de domingo, com suas centenas de páginas, transformava hectares de florestas em papel impresso.

Diante desses números, a tiragem dos jornais brasileiros era e é pequena (um jornal metropolitano pode atingir meio milhão de exemplares, mas isso é raro, embora o país tenha seus dois milhões de estudantes universitários e pelo menos 60 milhões de leitores em potencial). Notavelmente, o acréscimo de tiragem não tem correspondido à concentração empresarial que reduziu drasticamente o número de títulos, nas décadas de 60 e 70 (no Rio de Janeiro, de 1960 a 1976, fecharam o *Diário Carioca*, *A Noite*, *O Jornal*, *Diário da Noite*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, entre os principais, e vários outros jornais deixaram de ter presença considerável no mercado).

Apontam-se comumente, como razões para as baixas tiragens, o contingente de analfabetos e o baixo poder aquisitivo da população. No entanto, ainda que contássemos o índice máximo o analfabetismo (“o que é afinal, um analfabeto?”, perguntaríamos aos estatísticos), teríamos seguramente mais leitores em potencial do que a França, por exemplo, e estes se concentrariam predominantemente nas cidades; por outro lado, a má distribuição da renda não impede que o Brasil seja um mercado apetitoso para refrigerantes ou cigarros. Outra ordem de motivos pode ser sugerida: o processo de industrialização, aqui, coincidiu com o surto dos veículos eletrônicos (o rádio e, depois, a televisão) que, como acontece em outras nações do Terceiro Mundo, ocuparam o lugar dos jornais como elemento de sociabilização, ou adaptação dos contingentes proletarizados à contingência urbano-industrial; faltaria tradição de leitura. Podemos também considerar que, no último meio século, a censura policial interferiu por perto da metade desse tempo na feitura dos jornais e, nos intervalos de liberação, os sistemas de dependência econômica operaram intensamente sobre a indústria jornalística. Em suma: embora às vezes graficamente primorosos, os grandes jornais brasileiros seriam bastante deficientes do ponto de vista editorial, distantes do leitor, preocupados demais em servir à complexa ordem do poder.

O fato é que a grande imprensa brasileira é uma imprensa de elite. Os jornais populares que existiam no começo do século praticamente desapareceram a partir da extinção dos subsídios ao papel, no começo da década de 60. Ler jornais é, no Brasil, diferencial de classe, ocupação própria dos formadores de opinião. O mercado publicitário ajustou-se a isso; o público de massa concentra-se no rádio e na televisão, que absorve a parte do leão no investimento em propaganda.

Expansão de títulos e tiragens ocorreu, no entanto, no setor das publicações especializadas, de lazer ou trabalho (em que se destacam os jornais e boletins econômicos), e nas edições para públicos específicos: donas de casa, amantes da informática, crianças, adolescentes, praticantes do surfe ou do *sexo seguro* ... A imprensa política de

conteúdo contestatório, que sobrevivia na década de 70 apesar (e por causa) das restrições de censura, deixou como herança número impressionante de jornais de empresas, sindicatos e associações - favorecidos todos pela banalização do computador e dos *softwares* de edição gráfica.

A análise dos êxitos editoriais recentes indica a preferência por publicações de interesse para uma classe, essencialmente consumidora, voltada para a problemática familiar, questões psicológicas relacionadas à sexualidade, lazer e ecologia; os periódicos dependentes da primazia do veículo hegemônico de comunicação social, a televisão; as revistas em quadrinhos e fotonovelas. Os grandes idealismos políticos, a crítica e o humor, que estavam em alta há 20 anos, praticamente desapareceram como focos de leitura inteligente.

A verdadeira política é hoje a economia, e o público percebeu isso com grande rapidez. As guerras atuais, sempre descritas como étnicas (sérvios, croatas e bósnios; hutus e tutsis; palestinos e israelenses), parecem sem sentido ao leitor brasileiro, em que pese a farta produção de cadáveres; a política interna, devassada, é uma interminável novela de corrupção e frustração de expectativas; cessada a História - e isto aconteceu, para fins de propaganda - o que nos é dado saber sobre o futuro deve estar na ciência.

A história do jornalismo brasileiro pode ser dividida em quatro períodos distintos: o de atividade sobretudo panfletária e polêmica, que corresponde ao Primeiro Reinado e às regências; o de atividade predominantemente literária e mundana, que corresponde ao Segundo Reinado; o de formação empresarial, na República Velha; e a fase mais recente, marcada por oposições aparentes do tipo nacionalismo/dependência, populismo/autoritarismo, tanto quanto pelo uso intensivo na comunicação no controle social.

Tal divisão, é claro, deve ser entendida em termos muito gerais, já que o jornalismo de uma época se apresenta com muitas faces. Basta lembrar que a campanha abolicionista e o surgimento da caricatura militante se deram justamente sob D. Pedro II; da mesma forma, a imprensa doutrinária surgiria no início do século XX, com as primeiras propostas socialistas atingindo as camadas de trabalhadores.

A Imprensa chega ao Brasil com a corte de D. João VI. Antes disso, era proibida na colônia qualquer atividade gráfica, tanto quanto o ensino superior. Alguns historiadores atribuem essa limitação à falta de uma cultura nativa que pudesse fazer face à do colonizador (na América Espanhola, onde havia as culturas maia, inca e asteca, cuidou-se logo de fundar universidades e editar publicações) ou, contraditoriamente, aos temores de que, sob inspiração jesuítica, uma cultura autóctone se firmasse aqui, como parecia provável em meados do século XVIII. Costuma-se apontar como primeiro periódico brasileiro o *Correio Brasiliense*, que circulou a 1.º de junho de 1808, editado na Inglaterra por Hipólito José da Costa. Três meses depois, foi lançada no Rio a *Gazeta*, ór-

gão oficial do Governo, dirigido por Frei Tibúrcio José da Rocha e censurado pelo Conde de Linhares.

Na primeira fase da imprensa brasileira, que culminou com a franca atividade política do período da regência (após a abdicação, em 1822, de D Pedro I - D. Pedro IV de Portugal -, a fase de 12 anos de menoridade legal do príncipe herdeiro), predominou panfletarismo surpreendentemente virulento, cuja medida pode ser tirada de uma frase de um jornal governista *O Espelho*. Em 10 de janeiro de 1823, criticando o jornalista de *A Malagueta*, Luís Augusto May, um articulista, possivelmente o próprio imperador, começava: “esturdíssimo, esturradíssimo, politiquíssimo, cachorríssimo senhor autor de um periódico cujo nome é o de uma pimenta que se chama aqui malagueta ou, por outra, puta que o pariu ( a ele)”<sup>12</sup>. São dessa fase artesanal da imprensa os Andrada (José Bonifácio, o mais conhecido, é considerado pai da independência brasileira), o persistente e conservador José da Silva Lisboa, o combativo Cypriano José Barata de Almeida ( com sua série de *Sentinelas da Liberdade*, editadas de várias prisões imperiais), o português João Soares Lisboa, Líbero Badaró, Gonçalves Ledo, Frei Caneca, Evaristo da Veiga, Antônio Borges da Fonseca, Justiniano José da Rocha e o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama.

A segunda fase da Imprensa brasileira, na corte do segundo Império, trouxe a fundação de alguns jornais duráveis. Dentre os mais antigos figuram o *Jornal do Comércio* (1827) - este ainda no reinado de D Pedro I; a *Gazeta de Notícias* (1874) do Rio de Janeiro; o *Estado de São Paulo* ( 1875); e o *Jornal do Brasil*, surgido em 1891, já no início da República. A tônica foi dada pela presença de redatores como Machado de Assis, José de Alencar, Raul Pompéia, José Veríssimo e, entre os correspondentes estrangeiros, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. Foram jornalistas da época de Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, Raul Pompéia, Artur Azevedo e Rui Barbosa.

*O jornalismo da terceira fase - da república velha* (1899-1920) ao *estado novo* (a ditadura Vargas, de 1937 a 1945) - descobriu a publicidade e a perspectiva empresarial. Vieram da época anterior alguns nomes como os de Olavo Bilac e Aluísio Azevedo. Notabilizaram-se outros: Euclides da Cunha, Lima Barreto, João do Rio ( João Paulo Alberto Coelho *Barreto*). A Euclides deve-se uma cobertura antológica - da Campanha de Canudos; a Lima Barreto uma participação crítica que refletiu, com certa angulação política, o fechamento autocrático da sociedade brasileira do seu tempo; a João do Rio, o desenvolvimento de um estilo de reportagem urbana baseada na observação da realidade, coleta de informações e tratamento literário do texto - rebuscado, ao gosto da época. Poetas foram criadores publicitários (Emílio de Menezes, Bastos Tigre).

---

<sup>12</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 72.

Logo o jornalista começaria a se distanciar-se dos literatos para constituir categoria própria; foi o tempo de Alcindo Guanabara, Irineu Marinho e de Gustavo de Lacerda, repórter que idealizou a Associação Brasileira de Imprensa. A polêmica marcou a vida de Monteiro Lobato (que começou fazendeiro, escrevendo carta a *O Estado de São Paulo* sobre o Jeca Tatu, caipira sem esperança do interior de São Paulo); a perseguição sublinhou a grandeza de Graciliano Ramos, revisor de textos do *Correio da Manhã*, jornal que se ligaria ao nome de Edmundo Bittencourt, como o *Diário de Notícias* ao de Orlando Dantas e o conglomerado dos Diários Associados a Assis Chateaubriand. Empresas da família: os Mesquitas, que perderam durante cinco anos, no Estado Novo, o comando do *Estadão* (*O Estado de São Paulo*) e o receberam de volta; os Pessoa de Queirós no Norte, Caldas Junior no Sul. Repórteres jovens, como Samuel Wainer, David Nasser, Joel Silveira, Rubem Braga e Carlos Lacerda. Sedes próprias monumentais no centro: no Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil*, na Avenida Rio Branco, fez seguidores - o *Diário de Notícias*, na Rua do Riachuelo; *O Globo* (fundado por Irineu Marinho), perto da Rua de Santana; *O Cruzeiro*, na Rua do Livramento. Mas o movimento histórico aí já era outro.

Os oito anos da ditadura de Vargas trouxeram, além da liquidação do jornalismo político e da perda de qualidade da caricatura, intensa corrupção de jornais e jornalistas, com a imprensa submetida ao controle do DIP (Departamento da Imprensa e Propaganda)<sup>13</sup>. Após 1945, iniciou-se transformação marcada pela crescente influência norte-americana sobre a sociedade em geral e a imprensa em particular. Com maior ou menor disfarce, capitais do exterior passaram a influir na vida dos jornais.

O idealismo nacionalista marcaria os períodos mais interessantes da vida de *Última Hora*, jornal que Samuel Wainer fundou no início da década de 50, com financiamento bancário oficial. Já se começara a introduzir a diagramação e certo padrão era comum nos jornais quando o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa*, ambos no Rio, adotaram estilo de redação que buscava adaptar às contingências da língua portuguesa a técnica de produção de notícias corrente nos países industrializados e que aqui já chegava através das agências estrangeiras. Luís Paulistano, Pompeu de Souza e Carlos Castelo Branco trabalhavam por este tempo no *Diário*, dirigido por J. E. de Macedo Soares e Danton Jobim; Carlos Lacerda era o proprietário da *Tribuna*, de onde se lançou à vida política como expressão dos descontentamentos de uma classe média moralista e essencialmente conservadora.

O próximo passo no processo de modernização foi dado com a reforma do *Jornal do Brasil*, iniciada com o convite de Odilo Costa, filho, para dirigir a redação. Já não era jornal pequeno, como o *Diário* ou a *Tribuna*; os recursos também não se limitavam tanto. Recrutando pessoal dessa concorrência mais pobre, o *Jornal do Brasil* adotou e aperfei-

---

<sup>13</sup> Idem, p. 439.

çoou o processo de produção de notícias; somou a ele apresentação gráfica de extrema padronização, segundo o *design* do escultor construtivista Amílcar de Castro.

Transformações urbanas criavam uma nova classe ascendente de leitores “avançados”, “modernos”, que se propunham liberais e da qual a nova forma do *Jornal do Brasil* tornou-se uma espécie de símbolo, com certos hábitos, certo cinema (o *cinema novo*) e certa música (a *bossa nova*). Por todo o país, as inovações foram sendo imitadas, como signo do desejável, do hegemônico; longe de serem postas de lado, as reformas gráficas e editoriais se amiudaram a partir de 1964, quando a repressão do conteúdo estimulou a busca de apresentação atraente, moderna; e o regime autoritário ergueu a bandeira da eficiência, da tecnocracia, do cosmopolitismo.

No Brasil, projetou-se então a distinção de classes de uma sociedade industrial antes mais ou menos ocultada pela presença populista: os jornais já não eram feitos para todos, mas para camadas do público. A coluna social ganhou seriedade empresarial, as colunas sindicais desapareceram dos jornais de classe média<sup>14</sup>, as páginas de economia abriram espaço para os *press releases* das multinacionais, dos *lobbies* e do Governo. Apesar de as tiragens não serem muito significativas, a publicidade, sobretudo institucional, tornou-se farta nos jornais sobreviventes à forte concentração empresarial, os quais compraram novas máquinas, construíram grandes prédios (agora suburbanos, industriais), agigantaram-se e armaram o pano de fundo sob o qual todos os conceitos - de verdade, liberdade - deveriam ser repensados.

Foram, de fato, repensados, embora de maneira que não se podia imaginar, em 1979, quando foi escrita a primeira edição deste livro. O modelo de desenvolvimento brasileiro, fundado em grandes corporações estatais para os serviços públicos e setores estratégicos da economia - telecomunicações, indústria nuclear, petróleo e siderurgia - havia-se construído, a partir do fim da Segunda Guerra, principalmente com recursos próprios, mas, desde 1970, com o aporte de financiamentos externos cada vez maiores. Isso vulnerabilizou o país a tal ponto que, na década de 80, coincidindo com o processo de redemocratização, viveu-se um período de estagnação, com índices inflacionários altos e crescente pressão externa.

A Constituição de 1988 buscou consolidar o estado de bem estar social e amplas liberdades públicas, no quadro de um capitalismo com forte presença do Estado. Na interpretação assumida pela imprensa brasileira, a queda do império soviético, no entanto, teria sido condenação expressa a esse projeto. E, nos anos 90, o País viu-se compelido a rever seus objetivos nacionais em face da nova ordem política

---

<sup>14</sup> O noticiário sindical se voltaria a amiudar-se em 1978, mas já aí, nos jornais de classe média, usualmente colocados sob a rubrica *Economia*, o que aponta para uma nova consideração do trabalhador como insumo da sociedade industrial; sua desumanização e desidentificação com o leitor, em síntese. Isto ainda quando o trabalhador, por sua escolaridade, figura no universo dos prováveis leitores

mundial: reduzir conquistas sociais, internacionalizar a propriedade e os lucros de sua economia, submeter a gestão política aos interesses dos credores.

Ao longo desse processo, os principais grupos de comunicação do Brasil, beneficiários do processo democrático, logo se articularam com capitais externos para disputar os despojos da privatização; do ponto de vista editorial, essa lógica preside sua orientação há muitos anos. Para o bem ou para o mal, nunca se denunciou tanto, e nunca foram tão inúteis as denúncias; também nunca se exaltou tanto a *modernidade* cosmopolita contra o *conservadorismo* nacional e popular; ou se mostrou tão unânime o discurso da mídia - submissa a uma espécie de onda que varre o mundo, define como simpáticos os Estados e os políticos que se deixam levar, e silencia ou condena aqueles que tentam resistir.

A liberdade, hoje sabemos, é do capital. E a verdade impressa também lhe pertence.

# ***A notícia: proposta, linguagem e ideologia***

## **1. O produto industrial**

Se considerarmos que a notícia, no sentido mais amplo e desde o tempo mais antigo, tem sido o modo corrente de transmissão da experiência - isto é, a articulação simbólica que transporta a consciência do fato a quem não o presenciou - parecerá estranho que dela não se tenha construído uma teoria.

As notícias eram, até à Revolução Industrial e suas consequências para a indústria jornalística, relatos de acontecimentos importantes - para o comércio, os meios políticos, as manufaturas. Muito rapidamente, com a conquista do grande público, passaram a ser artigos de consumo, sujeitos a acabamento padronizado, embalados conforme as técnicas de *marketing*.

Artesanal, a notícia incorporava, de início (e incorpora ainda, nos testemunhos), crenças e perspectivas individuais. Impessoal, tende, nos meios de comunicação social de agora, a produzir-se de modo a eliminar aparentemente crenças e perspectivas. No entanto, a melhor técnica apenas oculta preconceitos e pontos de vista do grupo social dominante. O maior prestígio recai sobre as notícias desprovidas de emoção, o que corresponde à preocupação de abarcar intelectualmente o mundo (conhecê-lo, dominá-lo) sem envolver-se afetivamente - proposta que está, sem dúvida, na raiz, tronco e ramos da neurose burguesa.

Mudou, de fato, o modo de produção da notícia: crenças e perspectivas nela incluídas não são mais as do indivíduo que a produzia, mas a da coletividade hoje produtora, cujas tensões refletem condições de classe ou de cultura.

Provavelmente uma boa razão para o descrédito contemporâneo de uma teoria da notícia se encontre no caráter coletivo, industrial, da produção desse bem simbólico. O liberalismo coloca no indivíduo (professor, artista, cientista político) a quintessência do *bom* racionalismo e da criatividade, atribuindo às coletividades a racionalidade *má*, o rotineirismo. Por não poder pensar o coletivo mais do que como soma de individuais - o que ele é fisicamente, mas que não o define ontologicamente - os liberais terão perante a produção de coletividades organizadas atitude de exclusão, desprezo, condescendência ou pânico.

A vitória de um exército, o progresso de uma Nação, a inovação no âmbito de uma indústria serão desconsiderados ou atribuídos ora à natureza das pessoas (talento inato, com a *obstinação dos orientais* ou o *espírito guerreiro dos alemães*), ora a líderes providenciais, de gênio evidente. A produção da cultura popular será considerada banal ou *folclórica* (de beleza sempre inexplicável) . Não é por acaso que Bertrand Russel, falando do papel do professor na antigüidade, o põe livremente exercendo suas funções, “exceto quando se verificam intervenções espasmódicas e inefetivas por parte de tiranos ou multidões”. Estão estas, assim, igualadas à tirania, condenadas à ineficácia e à violência contra o cidadão esclarecido que “possui um impulso genuíno” de “sobreviver em seus livros mais do que na própria carne”<sup>15</sup> .

Dessa perspectiva, a notícia é depreciada ao máximo quando, além de ser produto industrial, inclui-se na comunicação de *massa*, em que *massa* é “um público desconhecido e indiferenciado”, do qual se pretendem “condutas desejáveis” que abrem caminho “para uma possibilidade de manipulação e controle social”<sup>16</sup> Por outro lado, a notícia aponta para o imediato concreto, e o projeto a que se procura condenar o pensamento especulativo é o mais abstrato e distante da práxis, no limite a que se amesquinhou, sem realmente contestar, a questão dos fins últimos e causas primeiras.

No entanto, a notícia ocupa lugar importante no rádio, na televisão, nos jornais; nas conversas, nos relatórios de pesquisa; penetra em todos os saberes, obriga a permanente reestruturação de cada campo de conhecimento. Antes de existirem, na experiência dos homens, as coisas foram descobertas: o pássaro e seu vôo; o teorema e sua explicação; o céu e sua imensidade; a tirania e seu tirano; a libertação e a liberdade. Descobrir torna-se ato conseqüente quando se dá notícia do descobrimento.

### 1.1. O conceito de notícia

Procuramos partir da notícia *como se faz ainda presente no jornalismo impresso e como é considerado de boa técnica* fazê-la. Desse núcleo mais conhecido estaremos em condições de partir para incursões eventuais em outras áreas.

Entre os gêneros de texto correntes nos jornais, a notícia distingue-se com certo grau de sutileza da reportagem, que trata de assuntos, não necessariamente de fatos novos; nesta, importam mais as relações que reatualizam os fatos, instaurando dado *conhecimento* do mundo. A reportagem é planejada e obedece a uma linha editorial, um enfoque; a notícia, não.

---

<sup>15</sup> RUSSEL, Bertrand. “As funções do professor”. In: *Ensaio Impopulares*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1954, p. 140.

<sup>16</sup> MIRANDA, Orlando. *Tio Patinas e os Mitos da Comunicação*. São Paulo, Summus, 1976, p.16s.

Há duas razões básicas para a confusão entre a reportagem e notícia. Uma refere-se à polissemia da palavra *reportagem* que, além de designar certo gênero de texto, é nome da seção das redações que produz indistintamente notícias e reportagens. A segunda resulta da importância peculiar que a estrutura da notícia assumiu na indústria da informação: freqüentemente, a reportagem da imprensa diária é escrita com critérios de nomeação, ordenação e seleção similares aos da notícia e apresentada com diagramação idêntica.

Os veículos eletrônicos são, atualmente, os principais transmissores de notícias para as grandes coletividades humanas. A redação inicial delas é progressivamente açambarcada pelas fontes, que para isso organizam assessorias, serviços ou agências de imprensa. Em geral, trata-se não tanto de falsear a informação, mas de revesti-la com a versão conveniente.

O jornal diário é cada vez mais instado a compilar fatos já divulgados, investigar causas e antecedentes mais ou menos remotos, interpretar e produzir versões da realidade - a fazer reportagem, em suma. As notícias impressas refugiam-se nos periódicos e seções especializadas (em economia, espetáculos, cultura, etc.), sempre que o interesse específico se sobrepõe aos critérios mais gerais de avaliação.

Resta ainda à notícia impressa o campo aberto para a relativa liberdade dos jornais, quando o rádio e a TV estão, em quase toda a parte, sob maior controle. Pode-se argüir que é a reportagem o instrumento mais facilmente disponível - investigação e interpretação - quando se trata de elidir os esforços do controle da informação desenvolvidos em várias instâncias do sistema de notícias. Mas é preciso que haja interesse e recursos para tanto.

O texto noticioso ocupa ainda bom espaço na grande imprensa - das manchetes aos pés de página; recua lentamente da condição de produto acabado à contingência de matéria-prima do trabalho das redações.

Podem-se alinhar dezenas de definições clássicas de notícias em jornalismo - na maioria ingênuas, algumas genéricas, nenhuma capaz de “determinar de maneira única seu objeto”.<sup>17</sup> Eis algumas definições tradicionais:

- a) “Se um cachorro morde um homem, não é notícia; mas se um homem morde um cachorro, aí, então, e notícia é sensacional” (Amus Cummings);
- b) “É algo que não se sabia ontem” (Turner Catledge);
- c) “É um pedaço do social que volta ao social” (Bernard Vovenne);
- d) “É uma compilação de fatos e eventos de interesse ou importância para os leitores do jornal que a publica” (Neil MacNeil);

---

<sup>17</sup> TARSKY, Alfred. “La construction d’une sémantique scientifique”. In: *Lógica, sémantique, mathématique*. Paris, Armand Colin 1974, vol. II, p. 133

- e) “É tudo o que o público necessita saber; tudo aquilo que o público deseja falar; quanto mais comentário suscite, maior é seu valor; é a inteligência exata e oportuna dos acontecimentos, descobrimentos, opiniões e assuntos de todas as categorias que interessam aos leitores; são os fatos essenciais de tudo o que aconteceu, acontecimento ou idéia que tem interesse humano” (*Colliers Weekly*)
- f) “Informação atual, verdadeira, carregada de interesse humano e capaz de despertar a atenção e a curiosidade de grande número de pessoas” (Luís Amaral).<sup>18</sup>

Para Hohenberg, "os fatos que são ou não notícias variam de um dia para o outro, de país para país, de cidade a cidade e, sem dúvida, de jornal para jornal".<sup>19</sup> Os autores marxistas destacam em geral o tratamento dado à notícia como objeto de consumo e relacionam sua crescente centralização às tendências da sociedade. "A força motriz do processo de monopolização da comunicação de massa no mundo imperialista deve ser buscada tanto nos fatos políticos quanto econômicos", escreve exemplarmente Ivã Tomasov<sup>20</sup>

Por mais judiciosas que possam ser observações como as de Hohenberg ou Tomasov, elas não permitem responder a uma pergunta simples: *o que é notícia?* Ou, para usar uma expressão coloquial norte-americana, "não garantem a ninguém que reconhecerá uma notícia quando a encontrar". A resposta depende de uma definição que dê conta da aparência, aspecto ou forma de notícia no jornalismo contemporâneo, abrindo o caminho para um enfoque mais rigoroso de seu conteúdo.

Com tal objetivo, poderemos definir notícia como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante. Assim, reduzimos a área de discussão ao que venha ser *importante*, palavra na qual se resumem conceitos abstratos como o de *verdade* ou *interesse humano*. Permitimo-nos encarar a notícia como algo que se constitui de dois componentes básicos:

- a) uma organização relativamente estável, ou *componente lógico* e
- b) elementos escolhidos segundo critérios de valor essencialmente cambiáveis, que se organizam na notícia - o *componente ideológico*.

## 1.2. Limites e métodos do estudo

O texto noticioso pode ser hoje apreciado como bem simbólico de consumo universal. Sua técnica de produção, desenvolvida nos

<sup>18</sup> AMARAL, Luís. *Técnica de Jornal e Periódico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969, p. 60.

<sup>19</sup> HOHENBERG, John. *Manual de Jornalismo*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, s.d., p.47.

<sup>20</sup> TOMASOV, Ivan. "K vývoju monopolizacie masovych komunikacii v imperialistickom svete". In: RUTTIKAY, Franco *et alii*. *Zurnalistika*. Bratislava, Slovesnké Pedagogické Nakladateľstvo, 1974, p. 214.

centros mais avançados da sociedade industrial, foi exportada junto com o produto - a notícia - para todas as partes do mundo. As agências noticiosas, que são centros de difusão ideológica organizados segundo a estrutura de poder, a contingência histórica e os interesses imperiais de seus países de origem, contribuíram enormemente para essa divulgação. A imprensa dos países não-industrializados adaptou-se à técnica para relatar os eventos em seu âmbito de cobertura, cuidando de assumi-la como símbolo de modernidade. Os jornalistas, de sua parte, conformaram o modelo importado aos diferentes idiomas e às grades referenciais de cada cultura ou mercado.

No caso deste trabalho, interessamo-nos pela questão da organização da notícia na sociedade industrial, sua estrutura, sua linguagem, e o meio brasileiro contemporâneo é o campo de observação. Ao utilizar os instrumentos da gramática lógico-formal disponíveis na década de 70 para evidenciar alguns aspectos dessa organização, não estaremos negando a historicidade das técnicas.

De fato, a técnica da notícia vincula-se às relações contingentes das sociedades humanas; na comunicação social, o objeto é a sociedade e a comunicação um aspecto de sua existência. Relações contingentes levam à escolha de determinadas opções discursivas, com o abandono de outras; de qualquer modo, a estrutura da notícia representa algo de relativa constância, se comparada com o universo móvel em que se funda a avaliação dos conteúdos noticiados. Quanto a estes, cabe uma discussão crítica, de natureza filosófica.

## **2. A natureza da proposição nas notícias**

Aristóteles pressupõe a imutabilidade do ser para constatar a variedade de seus estados, qualidades ou situações. Exemplifica com Sócrates: na ágora ou meditando, o filósofo é sempre idêntico a si mesmo.

A validade da conceituação aristotélica tem sido contestada com frequência por várias ciências. Raramente, porém, a contestação volta-se para a dimensão lingüística, segundo a qual a oração (em grego, ou em português) afirma atributo ou predicado de um ser. Embora a imutabilidade do ser já não seja necessária à filosofia, permanece como dogma da estruturação dos discursos.

"Aristóteles converte, inconscientemente, as particularidades de sua língua em condições necessárias e universais do pensamento", comente Brunschvicg.<sup>21</sup> Perpetuada pela gramática normativa, a divisão da sentença em *sujeito* e *atributo* ou *predicado* transformou-se, dos textos alexandrinos do século II à Gramaire de Port Royal, no século XVII, em articulação central, *evidente*, das orações nas línguas naturais.

---

<sup>21</sup> Huisman, Denis et Verges, André. *La Connaissance*, Paris, Fernand, Nathan, 1962, p. 65.

A Lógica Simbólica não inovou, neste aspecto. A proposição existencial ( $\exists$ ) - do tipo “existe (ou não existe) um x tal que x ...” - é expressamente afirmativa da existência do ser, ao qual se atribuirá qualidade contingente ou necessária, imanente ou transcendente; o quantificador universal ( $\forall$ ), no entendimento contemporâneo, pressupõe um mundo possível, subjuntivo, em que a coisa quantificada possa ou deva existir. Em ambos os casos, isso parece legítimo do ponto de vista das proposições metalingüísticas (*designação, definição*), das quantitativas (*é maior que, é menor que, equivale a*) e das em que se pode escrever a Teoria dos Conjuntos (*pertence, contém, está contido*). Sem dúvida, um espectro muito grande.

Admitamos que as sentenças se articulem em sujeito e predicado. Implicará, isto, porém, *sempre*, correspondência direta com as proposições? Será que estas se articulam inevitavelmente assim: seres que correspondem ao sujeito das sentenças, e estados, qualidades e situações que correspondem ao predicado? Quando falamos que *a morte vitimou alguém*, estaremos afirmando a existência concreta ou em algum mundo possível, dessa entidade, a morte? Haverá tais implicações idealistas na língua (no conhecimento)? Ou será este artifício resultante das possibilidades lingüísticas de nominalizar ações verbais, estados, qualidades, circunstâncias?

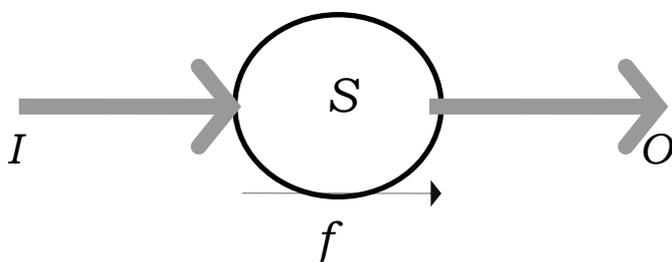
*A morte vitimou alguém*. Se adotarmos a primeira opção, poderemos ser levados a deificar a morte, como fazem as lendas que a representam como dama de longa camisola, armada com uma foice, ou um anjo do Senhor. Tal caminho não tem levado a maiores conclusões e se encerra em si mesmo. Ou então deveremos reificá-la, e poderemos estudar a morte como coisa. No entanto, a morte está no morrer e só temos diante de nós se alguém (ou algo) morre; não há como libertá-la de tal dependência. A morte não é um minério, nem criatura, nem artefato, nem substância, sequer radiação. Parece-nos, então, evidente que *a morte vitimou alguém* é uma sentença correspondente à proposição *alguém morreu*.

Mas ainda este modo de determinar a proposição não satisfaz por si só à estrutura da notícia. Quando escrevo que um avião caiu, não estou afirmando, senão secundariamente, a existência do avião, que seria previsível e insignificante; importa-me a queda que, fazendo o avião em escombros, o transporta, instantaneamente e embora por pouco tempo, para a categoria dos seres notáveis em certa escala de avaliação (a que predomina na Imprensa contemporânea, em todo caso). Mas devemos pôr às claras que não estou atribuindo à queda uma substância mística nem imutabilizando-a como ser, categoria do conhecimento ou qualquer outra coisa.

“O avião caiu” é, embrionariamente, uma notícia. A notícia é o relato de uma transformação ou transporte ou mudança. Para ela, os seres do mundo se alteram dinamicamente, e este dinamismo é o único fator que os torna digno de atenção. Em outras palavras, a notícia rela-

ciona-se com a civilização do *homo faber*, não com a do apenas *homo sapiens*. Obviamente, este mundo mutável e instantâneo, fragmentado e dialético, não se expressa na lógica aristotélica nem cabe em proposições existenciais. O caso da notícia é que a metalingüística, nela, não faz submergir a referencialidade, mas esta, pelo contrário, domina e relega a meras afirmações episódicas todas as proposições metalingüísticas.

Tudo nos leva a buscar outro caminho para o entendimento do gênero de proposição declarativa que fundamenta a notícia. Talvez possamos encontrar melhor representação no âmbito da Teoria Geral dos Sistemas. Trata-se, aqui, de um sistema  $S$ , que desempenha uma função  $f$ : uma entrada  $i$  produz uma saída  $o$ .



Se, por exemplo, o príncipe herdeiro de um país árabe dá um pote de ouro a uma atriz inglesa por quem se apaixonou, teremos o príncipe ( $S$ ) transportando de modo peculiar (a peculiaridade de toda doação e desta, em particular) um objeto de um local ( $I$ ) para outro ( $O$ ), de um âmbito de propriedade (dele, o príncipe, ou do povo árabe) para outro (o da encantadora atriz).

Trata-se de representação cujo mérito é destacar a função  $f$ , que é uma ação, o verbo. Os sistemas a que se reporta a maioria das sentenças encontráveis são plurifuncionais e, se não fossem, não haveria por que nomeá-los (o *refrigerador refrigera* é pura redundância). Sua denominação  $S$ , expressa dentro de um código categórico ou administrativo-legal (no primeiro caso, por exemplo, o fabricante e modelo de um avião que cai; no segundo, um prefixo e matrícula), tem sentido indicativo. A função mesma não é necessariamente entendida como algo pertencente ao elenco *normal* de funções do sistema (no caso do avião-atmosfera, *decolar, voar, pousar* etc.) mas até mesmo como *disfunção* do ponto de vista da utilidade previsível (segundo o mesmo exemplo, *cair*). Entradas e saídas nem sempre estão definidas: no caso da queda, a saída está de certa forma implícita (o desastre, os escombros, mortes). A operação  $f$  aponta para causas que deverão ser investigadas dentre rol de possibilidades relativamente vasto.

Se desejássemos construir uma semântica a partir de tal linha de raciocínio, aplicável às proposições declarativas do gênero das que se encontram na notícia, deveríamos:

1. localizar a proposição para além do que aparentemente a sentença diz;
2. em cada caso, nomear o sistema, o gênero da função, *input* e *output*, definidos ou não;
3. para esse trabalho, partir da sentença integral e situada em seu contexto de enunciação;
4. relacionar uma proposição qualquer com o conjunto pertinente das possibilidades referenciais.

Classificaríamos as proposições não a partir dos conceitos nominais mas dos gêneros de ação, atividade ou movimento passíveis de serem verbalmente expressos.

Por ora, estabelecemos que:

- a) a proposição existencial não dá conta daquilo que a notícia é;
- b) há uma relação necessária entre a proposição e a verificabilidade empírica. Objetos abstratos como vetor devem ser entendidos no quadro referencial que os institui (o caso e a instância) mas não cabe à proposição do gênero que consideramos instituir objetos pela simples nominalização de ações, atributos ou circunstâncias;
- c) é lingüística, e, portanto, pertinente à sentença, tal tipo de instituição por nominalização;
- d) a notícia parte da natureza da ação da proposição (que geralmente é informada pelo verbo da sentença) para articular-se como discurso;
- e) a metalinguagem é acessória, aposta, no discurso da notícia;
- f) a notícia refere-se a um sistema em operação, pelo ângulo particular dessa operação.

## 2.1 Axioma, poder, estilística

Na notícia, a proposição existencial é implicada, oblíqua, *passa* sub-repticiamente. Deslocada do primeiro plano, que é a ação, ela se torna conseqüente. Se o avião caiu, e claro que existia o avião e que o avião pertence à categoria das coisas capazes de cair.

Essa condição oblíqua, indireta, não é por isso menos impositiva. Pensemos, por exemplo, em *líderes subversivos comandaram a greve*: o julgamento ideológico articula-se com a informação. E aí está uma observação importante: tanto no que se refere à proposição declarativa, que informa sobre a operação do sistema, quanto nas proposições existenciais implicadas, a notícia é axiomática. Dispensa argumentações e,

usualmente, as provas; quando as apresenta, é ainda em forma de outros enunciados axiomáticos. Não raciocina; mostra, impõe como *dado* - e assim furta-se à análise crítica.

Há um contexto do fato, sua historicidade, sua geografia. Há um contexto da notícia, seu lugar, seu espaço, seu tempo. Mas uma terceira conceituação de contexto não pode ser ignorada, a esta altura: a situação relativa do emissor e do público. Emissor e comunidade receptora, na comunidade social, guardam relação de poder; de modo geral, quem dispõe da palavra respalda-se de alguma credibilidade. Tal relação é quantificável, atingindo o grau máximo na fé.

Chamaremos de *prestígio* à confiabilidade de um emissor aparente (um político, um comentarista) ou do veículo de comunicação (que, no caso da notícia sem menção de fonte, assume a responsabilidade integral do testemunho). Admitamos a hipótese de uma preposição empiricamente falsa, tal como "a juta é colhida em agosto" (isto não ocorre na Amazônia Brasileira). Salvo em casos extremados de fanatismo, a contradição entre o que é afirmativo e a realidade contingente se fará em benefício da segunda, para os receptores que constataram o contrário em sua experiência (os que trabalham com juta). O emissor - manual, cartilha, jornal programa de rádio - perderá em sua credibilidade diante do erro flagrante. Alguns erros constatados *pela mesma coletividade receptora* colocarão em dúvida a validade de tudo o mais que o mesmo emissor afirmar.

Admitamos, agora, a hipótese de uma série de preposições verificáveis por alguém, mas não pelo receptor da mensagem; por exemplo, "incendiou-se o Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro", notícia de um boletim radiofônico rural, no Norte do País. Neste caso, nas condições usuais, o receptor estará consumindo um conjunto variável de informações. No mínimo, que o museu pegou fogo; mas também, eventualmente, que existe um *Museu de Arte Moderna*, que o *Museu de Arte Moderna* fica no Rio de Janeiro, que *Museu de Arte Moderna* é algo combustível e por aí em diante. Admitamos ser este seu único saber (lastimável) sobre o Museu de Arte Moderna; a desconfiança quanto à existência de tal coisa, sobre o fato dela ter se incendiado, só será admissível na hipótese de prévio desgaste de prestígio do veículo.

Como o prestígio se vincula à tradição e ao hábito, temos por certo que o exercício continuado da tarefa de informar e o uso de formas socialmente prestigiadas de veiculação (o aspecto físico, ou *discurso gráfico*, consagrado nos jornais) acentua a autoridade do emissor. Na construção de uma relação de poder desse tipo, uma conclusão tática é de que as proposições menos verificáveis pela comunidade de receptores deverão seguir-se àquelas mais provavelmente verificáveis, cuidando-se que a verdade empírica destas contagie de credibilidade as outras. É mais fácil manipular informações remotas ou abstratas.

A língua natural é rica de possibilidades estilísticas. O falante, em sua experiência, bem sabe disto. Após estabelecida uma relação de prestígio, tenderá a considerar como verdadeira mesmo a proposição à

primeira vista falsa, desde que possa fazê-lo de alguma maneira. Não havendo confirmação imediata, colocará os termos do enunciado sob tensão e pretenderá considerá-los de maneira que façam sentido e enunciem uma verdade.

"Camões é imortal ". O receptor bem sabe que Camões foi homem, que os homens são mortais. Mas a frase está no livro, ou no jornal, é texto prestigiado. Julgá-la mentirosa envolve responsabilidade, contestação, implica arriscar a própria segurança, o próprio prestígio. Neste caso, o receptor usará uma face peculiar da competência lingüística - a inferência lógica. Seu raciocínio poderá representar-se por:

- a) existe um Camões<sup>1</sup> e um Camões<sup>2</sup>; Camões<sup>2</sup> tem o mesmo nome que Camões<sup>1</sup>; Camões<sup>2</sup> é imortal (entendimento homonímico);
- b) existe um  $x$  tal que pertence a Camões e  $x$  é imortal (entendimento metonímico);
- c) existe um  $x$  tal que é semelhante a Camões e  $x$  é imortal (entendimento metafórico).

Deus, santo, obra, poema, montanha, planeta, espírito ou aura, Camões precisará ser imortal. O importante é compreendermos que, diante de uma proposição dada como verdadeira, no contexto de um sistema de relações de poder socialmente instituído, o receptor fará qualquer operação possível no universo de seu sistema de apreensão lingüística para que a proposição não seja desmentida. Transformará a proposição numa equação com  $n$  variáveis (a função verbal, os argumentos nominais) e um valor de verdade (*verdadeiro*), de modo que percorrerá uma por uma as possibilidades de sentido da função e das variáveis, até encontrar alguma (ou algumas) possibilidade de ajuste. Isto não significa que tenha percebido o real sentido da proposição, ou o sentido que se quis atribuir a ela.

Na realidade, estamos diante de proposições polissêmicas, a polissemia poderá ser eliminada através de redundância da mensagem (ao explicitar, por exemplo, que nos referimos à obra de Camões) ou por um simples raciocínio de probabilidades (é improvável que exista um deus ou santo chamado Camões, bem como é improvável que no texto *científico* de um manual se esteja considerando a existência de "espírito" ou "aura"). Em outras palavras, a criação de instâncias de linguagem pode ser compreendida dentro de uma estrutura em que se relacionam emissor e receptor, no nível de poder, e abarcar a explicação da gênese - e possibilidade comunicativa - das figuras de retórica.

Raciocínio similar seria pertinente para explicar a linguagem eufemística a partir de contradições no modo de produção da mensagem na sociedade industrial.

### 3. A linguagem das notícias

Dentre as funções da linguagem propostas por Jakobson<sup>22</sup>, a função referencial é aquela que se privilegia na linguagem das notícias. Busca-se eliminar tanto a função emotiva (relacionada ao emissor) quanto a função conativa (dirigida ao receptor). O contexto - objeto da função referencial - confunde-se com o tema de qualquer mensagem noticiosa.

Nisto, a ideologia se articula em dois pólos: por um lado, a ocultação do emissor por detrás do complexo aparelho de produção das mensagens (nomeado também como coisa do mundo - *a mídia* - , quando objeto eventual de notícias); por outro lado, a evidência de uma neutralidade tal que a informação se legitima por aparentemente não pretender respostas. Uma indústria produtora, na qual as decisões afloram de vago mecanismo, dirige-se a público vasto, de cujo repertório tem apenas idéias estatísticas; e se inocenta do que diz, como se falasse *naturalmente* dos fenômenos, sem nada ocultar, exagerar ou distorcer.

Das demais funções de linguagem de Jakobson, a função fática - estabelecimento da comunicação e verificação da efetividade do canal - atribui-se geralmente à diagramação, à formulação das manchetes e, em parte, a pesquisas de leitura, venda e audiência.

A função poética - relacionada aos aspectos formais da língua - não pode ser descartada em nenhum texto, uma vez que o entendimento se vincula ao ritmo sugerido na ordenação das palavras e dos acentos. A principal contribuição da fonologia ao discurso das notícias refere-se à distribuição da leitura em segmentos ou *grupos de força* pelos quais as sentenças se enunciam. As questões de harmonia vocabular adquirem peculiar importância não só no caso das notícias que serão obrigatoriamente lidas (no rádio, na televisão), mas em todas elas, porque a representação gráfica - as letras e suas combinações - não é significativa por si mesma, na escrita fonética; implica alguma forma de representação sonora. Isto é fácil de demonstrar a partir da persistência dos cacófatos no texto escrito e de sua percepção, mesmo pelo leitor silencioso. Assim:

- a) *boca dela* ([bo] [cadela]) jamais seria percebido ambigualmente no nível da representação gráfica, de vez que um espaço, ou mesmo, a distribuição em linhas diferentes, afasta as sílabas “ca” e “dela”;
- b) em *levando a mão à boca, dela extraiu a dentadura*, o cacófato desaparece à leitura corrente e a explicação repousa exatamente na distribuição dos segmentos ou grupos de força ( *levando a mão à boca/dela extraiu/a dentadura*) e

---

<sup>22</sup> JAKOBSON, Roman. "Linguística e poética". In: *Linguística e Comunicação*. São Paulo, Cultrix, p. 129s.

conseqüente reforço da regra fonética que reduz a vogal da sílaba seguinte à tônica (*ca*, de *boca*).

Questões de harmonia fonética são ainda levantadas como fator capaz de alterar imposições da gramática normativa, a partir de valores estéticos particulares de grupos de falantes:

O emprego da forma pronominal *lhe* com valor de objeto direto (“já lhes vi antes”, “eu lhe chamei duas vezes”) talvez tenha sua grande aceitação motivada pela eufonia. Com efeito, nada tão sonoramente desagradável quanto “eu o vi”, “eu o amei”, “ele as aceitava”. A excessiva aproximação de vogais cria uma desarmonia vocabular (...).<sup>23</sup>

Redatores experientes *resmungam* o texto das notícias, à medida que escrevem. Embora lhes seja absolutamente estranho que seu trabalho tenha algo que ver com a “poética” - domínio da forma literária - é evidente que existe uma estética aplicada aos longos períodos, cheios de intercalações, com o que se noticiam fêretros pomposos ou paradas cívicas, tanto quanto à estrutura entrecortada, telegráfica, que acentua a urgência, o nervosismo ou o impacto de um fato inesperado. O “resmungo” é uma investigação da harmonia, do ritmo, dos acentos.

A função metalingüística - acessória, aposta - opera, nas notícias, através da relação de igualdade, pertinência ou similaridade, quando se trata de introduzir conceitos supostamente não dominados pelo receptor. Isto significa, na prática, que as proposições deste gênero no texto noticioso são do tipo *A é igual a B*, *A pertence a B* ou *A é semelhante a B*. Isto porque as definições são parciais quanto à totalidade do que é definido; sua função não é dar idéia exata das coisas, identificá-las de maneira única - mas permitir enfoque fracionado, bastante para que a leitura possa prosseguir. Uma cidade poderá ser caracterizada pelo número de seus habitantes, por sua condição política de capital, pela pertinência a uma categoria (*metrópole*), pela localização geográfica ou por sua semelhança com qualquer outra cidade conhecida - dependendo do interesse do texto; serão impertinentes as demais qualificações que, somadas, identificariam a cidade dentre todas.

### 3.1 Sistema de Verbos

O verbo é, como vimos, o ponto de articulação da sentença de uma notícia - variáveis predicadas de uma função cujos argumentos são os actantes: sujeitos e complementos verbais. Uma primeira particularidade verbal decorre da referencialidade: o uso do modo Indicativo. Outra particularidade provém ainda da impessoalidade do discurso: o emprego da terceira pessoa.

---

<sup>23</sup> FERRARI, Maria Helena, SODRÉ, Muniz. *Técnica de Redação*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, p. 46

Júlio César, no relato da campanha da Gália, usou a terceira pessoa para narrar os feitos militares do exército que comandava. Num instante histórico conturbado da vida de Roma, quando a rebelião popular parecia impossível de conter, César percebeu a vantagem de forjar um narrador oculto, que o protegeu do ônus de auto-elogiar-se. Fez-se presente ao povo como herói e fez-se lembrado à elite como última esperança. Deu certo.

Noticiam-se, de modo geral, fatos de um passado recente. O passado é o tempo da notícia, quando relato do sucedido. Quando anúncio, ela virá no futuro simples (ou no presente usado pelo futuro); o presente da ação concomitante ou freqüentativa quase nunca aparece nas notícias. Para evitá-lo, nos relatos, a ação será fracionada. Um repórter de campo, em transmissão direta, narrará assim uma assembléia sindical:

- A) Fulano de Tal, torneiro mecânico de 45 anos que representa dois mil empregados da fábrica x, *acaba de propor* a rejeição do acordo com os empregados para a volta imediata ao trabalho. Sua intervenção *foi recebida* com aplausos e manifestações de entusiasmo no auditório do sindicato da categoria, onde se aglomeravam alguns milhares de metalúrgicos. O Presidente do sindicato *falará* em seguida, dando conta dos últimos entendimentos que manteve com as autoridades da Delegacia Regional do Trabalho.

Mesmo num caso como este, da narrativa concomitante, a ação presente, se aparecer, virá com descrição ambiental, narrativa climática, abrindo caminho ou dando conseqüência aos fatos noticiados - isto é, como circunstância ou como interpretação. Assim:

- B) Cinco mil metalúrgicos estão reunidos há alguns minutos no auditório de 500 poltronas de seu sindicato para decidir se aceitam ou não a proposta dos empregadores para a volta imediata ao trabalho... Circunstância
- Fulano de tal, torneiro mecânico de 45 anos que representa dois mil empregados, (...) as autoridades notícia da Delegacia Regional do Trabalho. Notícia
- O aparente empenho dos metalúrgicos em prosseguir com a greve representa um desafio aberto à liderança do Presidente, que se comprometera a fazer cessar o movimento. Interpretação

O caráter *climático* ou *interpretativo* da proposição no presente aparece com clareza se situarmos a narrativa no texto com a sintaxe própria do jornalismo impresso. A reunião adquirirá o caráter circuns-

tancial, expressa em locução adverbial ou adjetiva; a interpretação se apresentará como tal com maior evidência:

- C) Cinco mil metalúrgicos, *reunidos* em seu sindicato ( ou: *durante a reunião* em seu sindicato), numa assembléia tensa e agitada, decidiram manter-se em greve, rejeitando a proposta patronal para retorno imediato ao trabalho.

A decisão *é* (ou *foi*) *considerada* uma derrota para o Presidente do sindicato, Fulano de Tal, que se comprometera na Delegacia Regional do Trabalho a fazer cessar o movimento, que afeta mais de 300 pequenas e médias empresas.

O sistema dos verbos que articulam a notícia e são centrais em sua formulação indica a principal característica deste gênero de proposições: o *aspecto perfectivo*.

Não se dá grande ênfase, nas gramáticas portuguesas, à questão do aspecto que, no entanto, terá maior destaque no estudo de outras línguas indo-europeias, como o grego ou o russo contemporâneo. O *perfectivo* é o aspecto da ação acabada; o *imperfectivo*, o aspecto da ação cujo fim não se determina.

O conceito de *perfectividade* tem várias implicações gramaticais e semânticas. Para bom número de verbos, a distinção corresponde aproximadamente à discriminação de sentido dos pretéritos perfeitos (*perfectivo*) e imperfeitos (*imperfectivo*). O presente (ação concomitante ou freqüentativa) é sempre *imperfectivo*: *eu como* (estou comendo - concomitante) *carne* ou *eu como* (todo os dias, algumas vezes - freqüentativo) *carne* não pode, evidentemente, informar sobre se a ação de comer carne terminou. Os dois aspectos se confundem no futuro simples português, fazendo-se a distinção *perfectivo/imperfectivo*, com o recurso a tempos compostos, quando necessário ao entendimento (*comerei carne* tanto pode significar que *estarei comendo* quanto que *terei comido carne*).

Do ponto de vista semântico, há verbos essencialmente *imperfectivos*. Os de ligação (*ser, estar, permanecer, manter-se, ficar, parecer* etc.); os que estabelecem certas relações duráveis (*conter, pertencer*); os que expressam continuidade (*continuar, prosseguir, manter*); os que indicam posse (*possuir, ter*) etc. São verbos que usualmente não aparecem como articuladores de notícias, salvo em locuções ou como auxiliares. A argumentação empírica traduz esta questão como frases assim:

“ Se continua não é notícia”

“ A qualidade de alguma coisa só é notícia quando se trata de uma revelação” ( logo, a notícia é que se *revelou* a qualidade).

O motivo da escolha do aspecto *perfectivo* para a articulação das notícias relaciona-se com o modo peculiar de conhecimento que elas propõem. No sistema de notícias, a guerra não aparecerá como narrativa contínua, tal qual nos relatórios históricos, nem como episódio

visto da perspectiva de suas *essências* estratégica, política, geográfica ou histórica, como ocorre nos ensaios especializados. A guerra será uma sucessão descontínua de batalhas, deslocamentos de tropas, conferências de *paz*, feitura e ruptura de alianças.

Um jornal de notícias tradicionalmente redigidas, ou um boletim de rádio, é o exemplo mais flagrante daquilo que Abraham Moles chamou de cultura em mosaico<sup>24</sup> : instantes de material diverso fixados na sua emergência, dispostos ao acaso ou paginados segundo critérios de contigüidade espacial, semelhança de assunto ou personagem. Tais critérios editoriais são, de qualquer modo, aleatórios e tendem a forjar falsas categorias de conhecimento: dois episódios ocorridos no mesmo país, na mesma cidade, na mesma rua, na mesma casa ou no mesmo continente não têm necessariamente relação entre si; a violência da opressão política, a violência de um acesso de loucura individual e a violência de um desastre não se relacionam senão pela aplicação a todos os casos da palavra *violência*.

Se isto acontece na visão sincrônica de uma página, ou de um boletim de notícias, algo similar ocorrerá se considerarmos notícias sucessivas (portanto, fizermos o acompanhamento diacrônico) de um evento continuado. Batalha, negociação, avanço, recuo, atrocidade, discurso, intervenção, ofensiva - a guerra de nosso exemplo terá tanta coerência quando picos de uma serra brotando entre nuvens, para quem os vê de um avião em vôo. Boa parte dos acontecimentos está fora do alcance das notícias, como as encostas das montanhas e os vales entre elas, protegidos da vista do piloto. É por isso que notícias não bastam como conhecimento e que se impõe outro gênero de perquirição para desvendar relações entre os fatos - os *sentidos* da guerra, sua *essencialidade*.

Notícias são fragmentos de aparências. Excluem, portanto, os verbos que se referem ao invisível e ao não-verificável, como *pensar*, *acreditar*, *confiar*. O que alguém pensa, ou aquilo em que o povo confia, não é notícia, salvo quando manifestado (tornado aparente) num discurso, numa eleição.

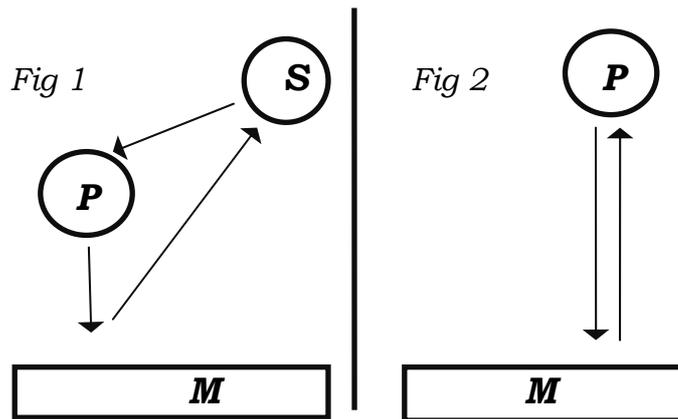
Por exclusão, resta-nos concluir que os verbos centrais, articulatórios das notícias, pertencem a três campos semânticos básicos: *fazer* ( transformar), *ir* ( mover) e *dizer* (comunicar). *Notícias são fragmentos de aparências que se manifestam por transformações, movimentos ou enunciações.*

### 3.2. Escolhas léxicas e gramaticais.

A relação que o produtor de informações mantém com a sociedade e o público pode ser precariamente representada por um triângulo em que o fluxo (positivo ou negativo) de estímulos viaja no sentido contrário ao dos ponteiros de um relógio (fig 1).

---

<sup>24</sup> MOLES, Abraham. *Socio-dynamique de la culture*. Haia, Mouton, 1972.



O produtor de informações (*P*) fornece ao público (*M*) certa representação de realidade (*PM*); o público (*M*) reage sobre um sistema (*S*), que remunera o produtor de informações (*P*) através de verbas publicitárias, facilidades financeiras e fiscais e/ou recursos diretos; o prestígio social funciona como moeda secundária nessa transação. Na sociedade industrial, a probabilidade de existir uma imprensa desligada de *S*, operando numa relação simples com o público (*M*) (tal como aparece na figura 2), é muito pequena e sua influência virtualmente nula.

Algumas observações podem ser feitas, a esta altura:

- a) na imprensa partidária, religiosa, de clubes, sindicatos ou associações, *S* pode aparecer, da perspectivas do produtor de informações, como um grupo dirigente, uma entidade eclesiástica, um conselho deliberativo ou uma diretoria - na realidade, será o grupo, o dignitário, o conselho, a diretoria expressando seus interesses, sua inserção na ordem social;
- b) na empresa jornalística comercial, *S* surge como elemento da dialética interna da empresa, ora representando interesses imediatos - publicitários, financeiros, políticos - ora posições de classe, propostas como algo benéfico para a *sociedade, o país, o povo*;
- c) no caso b, os valores mais gerais e a longo prazo de *S* pretendem a conservação do regime econômico e de suas representações culturais, mas os interesses particulares e imediatos de *S*, na ordem capitalista, correspondem a manipulação das aspirações de *M* no sentido do consumo de bens simbólicos e materiais. Neste sentido, a crítica feita às mensagens da comunicação social aplica-se com maior objetividade ao sistema social, ou ao pacto de dominação existente;
- d) *S* não é uma representação abstrata, nem um mecanismo. Fisicamente, é composto por um subconjunto da sociedade. Sendo grupo dominante, ocupa lugar social que eventualmente herdou de grupos anteriormente dominantes: o espa-

ço físico dos castelos e palácios (a Igreja, o Estado), tanto quanto a dignidade dos barões e insígnias (a burguesia), a tradição da luta de classes (associações e sindicatos) etc.;

- e) no nível da linguagem, este subconjunto influente busca conservar certo elenco de palavras, formas gramaticais e significações apoiadas na tradição literária da modalidade escrita do idioma - particularmente aquelas de sentido vago que melhor expressam a ideologia (*democracia, liberdade, justiça, modernidade, social, removador* etc.).

Se há um subconjunto social (não necessariamente de leitores, ouvintes, espectadores; no caso dos veículos populares, de não-leitores, não-ouvintes, não-espectadores) influente, com liderança econômica, política, intelectual e presença nos aparelhos ideológicos do Estado; se tal subconjunto se empenha em preservar o que chama de vernáculo, o produtor de informações caminha para conformar-se a isso<sup>25</sup>. Ele o faz na medida do que lhe permite outro compromisso, contraditório, com a eficácia do processo de comunicação. Deste ângulo, quanto mais coloquial for a linguagem, mais eficiente será a comunicação. Como o produtor de informações depende do público até mesmo para atender às funções que lhe destina o sistema econômico-ideológico, buscará ser tão coloquial quanto possível.

Do que vimos, passamos a considerar a existência de dois conjuntos distintos de itens léxicos e formas gramaticais: o do *registro formal da linguagem*, construído pelas palavras e usos gramaticais consagrados, que aponta para a modalidade escrita, âmbito nacional, a postura solene e o passado recente da língua; e o *registro coloquial de linguagem*, próximo do enunciado oral, da comunicação expressiva, regional ou dialetal, e, muitas vezes, do futuro imediato do idioma. A distinção implica duplicidade de denominação e formas gramaticais *sinônimas* (dentro de uma língua nacional, de definição política), como se vê pelas duas conjugações do presente do Indicativo de uma verbo (fala padrão brasileira):

---

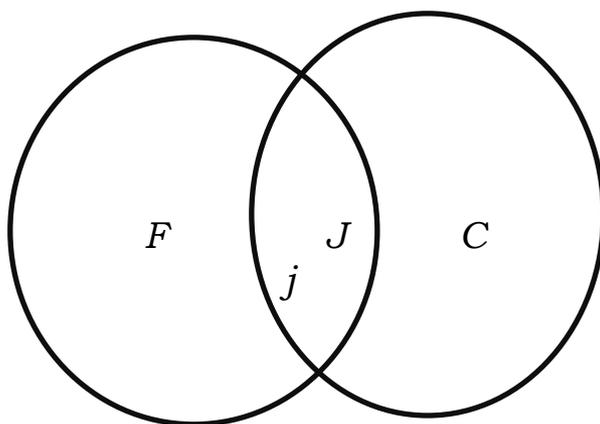
<sup>25</sup> A questão tem outros aspectos relevantes. A adoção do coloquialismo como critério implicaria rápidas mudanças e regionalização dos idiomas nacionais. Isso afeta o próprio conceito de nação (a difusão de leis, regulamentos, expressão de direitos), mas também o aprendizado de ciências e artes e a durabilidade dos documentos. Se, do ponto de vista lingüístico, a língua real, primeira, é oral e a instância de sua realização a comunidade - ficando o texto escrito como mero registro secundário - , do ponto de vista sóciopolítico, as sociedades modernas, com seu aparato tecnológico e cultural, fundam-se justamente na relativa durabilidade e amplitude geográfica dos idiomas - na preservação, enfim, de certo nível de formalidade.

<b>Registro formal:</b>	<b>Registro coloquial:</b>
eu canto tu cantas  ele canta nós cantamos  vós cantais eles cantam	eu canto você canta ou tu cantas ele canta gente canta <i>ou</i> nós cantamos vocês cantam eles cantam

A conciliação é atingida toda vez que a comunicação utiliza como linguagem básica aquela composta dos itens léxicos e formas gramaticais possíveis tanto no registro coloquial quanto no registro formal da língua, já que esses conjuntos são secantes. Queremos com isso dizer que o lugar da linguagem básica no jornalismo de notícias situa-se, atendidas as restrições da circunstância histórica e da função, na interseção dos conjuntos  $C$  (coloquial) e  $F$  (formal) de itens léxicos e formas gramaticais. Sendo  $J$  o conjunto resultante da interseção e  $j$  um seu elemento (lexema ou regra), teremos:

$$j \in J \mid J = F \cap C$$

Ou, no diagrama de Vein:



Com base em tal raciocínio, poderíamos organizar tabelas indicando itens léxicos e formas gramaticais preferíveis, que são os de  $J = F \cap C$ . Por exemplo, ainda pela fala brasileira:

<b>F</b>	<b>J = F ∩ C</b>	<b>C</b>
<i>perfunctório</i> ou <i>superficial</i>	<i>superficial</i>	<i>superficial</i>
<i>próximo a</i> ou <i>perto de</i>	<i>perto de</i>	<i>perto de</i>
<i>cônjuge, esposo</i> ou <i>marido</i> (mulher)	<i>marido</i>	<i>marido</i> ou <i>homem</i>
<i>cônjuge, esposa</i> ou <i>mulher</i> (homem)	<i>esposa</i> ou <i>mulher</i>	<i>mulher</i>
<i>dá-me-lo-iam,</i> <i>mo dariam</i>	<i>iriam dá-lo a mim</i>	<i>me dariam ele</i>

Sobre a base comum instituída por este princípio, a linguagem jornalística incorpora, eventualmente grifadas, expressões coloquiais de criação recente, que nela se marcam pelo exotismo (*frescões*, ônibus com ar refrigerado; *fusca*, sedã Volkswagen). Da mesma forma, surgem denominações transpostas de jargões científicos ou siglas para designar novos objetos (*radar, leiser*), com intenção crítica (senadores *biônicos*, *marajás* do serviço público), atualizações necessárias (*castelista, petistas*). Expressam-se, nessas criações, realidades do poder; é o caso da incorporação de termos surgidos na televisão que é veículo hegemônico, ou da introdução recente de expressões técnicas dos economistas (*insumo, estagflação*) no vocabulário dos meios de comunicação social.

Nada disso altera o que é fundamental: a linguagem do jornalismo é aquela possível no ambiente solene e também na situação coloquial.

### 3.3. Arbitrio e repressão nas escolhas

O texto relativo a uma realidade é diferente da realidade mesma, abrindo-se campos definidos ao arbitrio do falante. A escolha de nomes, nomeação, é um desses campos.

A busca de nomeação neutra é problema dos lógicos e da ciência em geral. Mesmo na matemática, os *x* e os *y*, estão condenados a ser incógnitas, e apontam para certo mistério, tanto quanto *a* e *b* estão no lugar de coisas que deverão ser sabidas. A linearidade horizontal do tempo nos diagramas cartesianos é algo que contraria não apenas a relativização do tempo na Física contemporânea como a visão cultural cíclica de um eterno findar e recomeçar (dos dias, noites; plantios, colheitas; nascimentos, mortes; os ponteiros do relógio).

Os cientistas buscam fugir dos critérios do senso comum, com o risco, embora, de recair em outros, igualmente preconceituosos: a genética moderna, por exemplo, buscará distinguir raças humanas com

base na incidência de tipos sangüíneos - ou ainda da freqüência relativa de grande número de características - unicamente para fugir dos preconceitos implícitos na divisão cromática das raças (branca, negra, amarela) feita pelo etnocentrismo europeu, porque lhe convinha, a partir da cor, apenas.

Para os jornalistas, a nomeação neutra é mais difícil de conceber, de vez que terão que operar com palavras de uso comum, moeda corrente no sistema de trocas ideológicas, com carga inevitável de implicações e conotações. Basta que uma dessas palavras seja usada frequentemente em dado contexto (como *júri* nos tribunais) para que se contamine de uma sugestão (no caso, a responsabilidade da instituição judicial) que a acompanha quando transposta para outros contextos (o da escolha de *Miss Busto*, por exemplo).

*Povo, público e população; ditador, líder e governante; capangas* (de um *gangster*), *guarda-costas* (de um político) e *responsáveis pela segurança* (de uma autoridade); *burocrata, servidor público* - são séries que indicam a responsabilidade implícita na escolha. Um soldado irregular será *mercenário, guerrilheiro, terrorista* ou *combatente*. No plural, perderá o nome (a individualidade) para se tornar vaga concretização de nacionalistas, comunistas, republicanos, muçulmanos, católicos ou qualquer apelido mais que recebam as coletividades motivadas de nosso tempo. As distinções podem ser sutis, mas são afetivamente importantes; estar neutro, aí, é utópico, até mesmo porque a neutralidade confunde-se com a perspectiva do consenso. O consumidor habitual de despachos telegráficos acharia normal, há alguns anos, ler que “um submarino comunista navega nas costas do Canadá”, embora outra locução - como em “um tanque capitalista ronda as fronteiras húngaras” - fosse capaz de lhe despertar a atenção para o fato óbvio de que submarinos e tanques são impermeáveis à ideologia.

A simples aproximação de duas notações que não se relacionam sugere o instituto de causa e efeito, fenômeno conhecido da antiga retórica (*post hoc ergo propter hoc*). Temos que, supostamente, “a economia da África do Sul ia bem” e, também como verdade, que “a África do Sul adotava o *apartheid*”. Se construimos a frase “na África do Sul, país que adotava o *apartheid*, a economia ia bem”, estaremos sugerindo que a economia progredia porque o país adotava o *apartheid* e este, portanto, era fator determinante neste êxito econômico.

Os juízos que se quer transmitir são reiterados, até com ingenuidade, e aceitos por força do hábito. Constrói-se o mito e o grupo dominante o manipula em seu proveito. O mito como unidade do discurso<sup>26</sup> : signo lingüístico apropriado para significar outra coisa, de modo que instaura uma duplicidade de entendimentos, inocenta as violações à regra social e a mantém viva ainda quando desmentida pelos fatos. Construções míticas - necessariamente ambíguas - servem à preservação dos ideais de família, ainda quando esta se desintegra na sociedade

---

<sup>26</sup> BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo, Difel, 1975, p. 169s.

industrial (*namorar, transar, sair com*, a palavra *motel* nas fachadas), da ordem econômica (*classe média, desenvolvimento*), da ordem política (*direitos humanos, nacionalismo, pan-americanismo, abertura, globalização*).

Há, por outro lado, limitações específicas de sentido: quantos referentes tem tido a palavra *democracia*? Por que consideramos *liberdade* no sentido de possibilidade legal (discursiva, dos códigos) e não de possibilidade concreta (material, de recursos)? Palavras são proibidas, perigosas, cheias de ameaças; a polícia de sua escolha é sutil e interessada. Que distância há entre *advertência, ameaça* e *ultimato*? Entre *convite, convocação* e *chamado*?

Eduardo Prado Coelho<sup>27</sup>, escrevendo logo após o movimento de 25 de abril, que pôs fim à ditadura em Portugal, alinhou alguns itens lexicais interditados na imprensa durante os 46 anos de salazarismo: *comunista, fascista, luta de classes, orgasmo, virgem, censura, Partido Comunista Português, tortura*. No Brasil, estiveram suprimidas do uso habitual dos jornais palavras como *camponês* (em seu lugar, *lavrador*), *latifundiário* (*grande fazendeiro*), *amante* (*parceiro*), *Partido Comunista* (salvo se precedido da palavra *extinto* ou referido a países remotos), *greve* (*paralisação do trabalho*), *socialismo* (quando não sinônimo de *comunismo*), *burguesia* (*classes produtoras*), *parentes* (*familiares*) e até *pobre* (*modesto, humilde*). Algumas delas, sintomaticamente, ainda causam certa estranheza.

A indústria das interdições lingüísticas ataca também pela esquerda (ou por aquilo que se supõe esquerda), querendo que se chame a um sujeito negro *afro-americano*, ao sexo *gênero* (o que nos levaria a imaginar estranhas transações de cadeiras e armários, vassouras e enxergões nos escritórios desertos) e outras tantas invenções *politicamente corretas*.

Muitas destas limitações contrariam a experiência e consciência do mundo.

#### 4. Ordem narrativa e ordem expositiva

Pressupomos que o texto, e não a sentença, constitui a menor unidade lingüística dotada de significação plena. Isto nos obrigará a considerar toda descrição lingüística fundada na sentença ou no período como incapaz de dar conta das línguas naturais como códigos que possibilitam a comunicação de mensagens completas.

A primeira objeção a tal critério parte da precedência da comunicação oral na História e nas experiências individuais. Eventualmente se alegará que não há texto na comunicação oral. No entanto, definiremos texto como um tecido de proposições seqüenciadas com alguma

---

<sup>27</sup> COELHO, Eduardo Prado. "Aplicar Barthes". In: Barthes, Roland. *O Prazer do Texto*. Lisboa, Edições 70, 1974, p. 18.

ordem e determinação, e este é também o caso da conferência, da conversa, do diálogo.

Uma segunda objeção a tal critério é que a sentença *pode* ter significação plena. De fato, um texto pode limitar-se a uma única sentença, ou mesmo a uma única palavra. Na conversa, o texto pode apresentar configuração descontínua, se o registramos, por exemplo, com gravador; mas, neste caso, a situação do contexto permitiu certas elipses e intercalações que a gravação não pôde registrar ou justificar.

Mais difícil de responder, a partir de nosso pressuposto, é a razão da escolha do texto, já que ele é produzido em situação ambiental e histórica única, na qual se integra. As muitas interpretações do *Édipo*, a diferente avaliação do mesmo texto filosófico ou científico em diferentes épocas parecem apoiar a convicção de que nenhum texto é a tal ponto transcendente que possa ser visto fora do tempo e do espaço - e não encerraria, assim, uma significação.

Ocorre, porém, que o texto é o dado. Ainda que a distância cultural torne necessária uma explicação do que ouvimos num depoimento de um indígena ou na palestra de um especialista em algo que conhecemos pouco, o texto mantém sua integridade. O que nos falta é outro texto, metalinguístico: a História ou a Antropologia podem fornecer esse discurso subsidiário, mas o fato é que o produzem a partir de textos ou objetos documentais. Queremos dizer que tudo o que o mundo nos oferece são fatos, seres e textos.

A escolha do texto como menor unidade de significação plena encerra um perigo: o de retornarmos à estilística normativa. O estilo era então definido por suas qualidades, como clareza, correção, concisão e harmonia; ensinava-se a dissertar, narrar e descrever. Tudo o que se conseguia, afinal, era impor uma escrita, derrogando todas as possibilidades de comunicação não previstas pela ética e estética dominantes.

O objeto da investigação que intentamos é diverso. Talvez um prolongamento mais ambicioso nos levasse a considerar o conjunto das relações - lógicas, analógicas e dialéticas - capazes de gerar textos na comunicação técnica, científica e jornalística. Não é, porém, o caso. Trabalhamos com vistas a um texto de produção industrial - o texto da notícia. Partimos de uma característica sua: comunicabilidade ou a possibilidade de compreensão da mensagem por número variável de receptores dispersos, com repertórios diferentes.

A notícia exclui a argumentação, salvo quando a reproduz de outro texto (de um depoimento, por exemplo). Isto elimina de nossas cogitações os discursos dialéticos, tanto quanto o raciocínio silogístico. A notícia não questiona, afirma; não contrapõe formulações contraditórias, embora possa apresentá-las; não investiga causas ou conseqüências, embora possa ser o resultado de uma investigação.

Com essas características, há duas modalidades clássicas de texto, o que *expõe* e o que *narra*.

#### 4.1. Texto de forma narrativa

Nos limites do que nos interessa, textos de estrutura narrativa são aqueles que se organizam a partir de seqüências de acontecimentos.<sup>28</sup> Tais seqüências relacionam-se entre si temporalmente - por sucessividade, simultaneidade ou antecedência. A realidade consecutiva é detalhada no interior da seqüência e os lapsos e inversões ocorrem entre uma seqüência e outra. Paralelamente ao nível da narrativa, decorre o nível das informações pertinentes a tudo que age na história; tais informações ora são implícitas (*era uma noite escura, era um brutamontes*), ora implicadas no núcleo narrativo (sempre se poderá ler *o homem estrangulou a criança por o homem era estrangulador de crianças* ou *o homem era cruel*). Um terceiro nível dá conta dos recursos de carpintaria, ou seja, de funções que operam para manter o interesse ou a eficiência da leitura, como ocorre com as pistas da narrativa policial ou com a previsão dos oráculos na tragédia grega.

Na estrutura corrente na comunicação social (influenciada ainda pelas técnicas cinematográficas), o nível narrativo é marcado pela perfectividade verbal. O nível dos actantes é tipicamente nominal e adjetivo (portanto, dos verbos de ligação e dos imperfeitos); evidencia-se ainda nos advérbios e no próprio conteúdo semântico do verbo da narrativa, quando ele expressa o modo da ação ou movimento. Para as notícias, no nível do discurso, têm importância particular as funções que fornecem o efeito de real, isto é, dados que, embora não significativos para a história (como o número do jazigo em que alguém foi enterrado ou a chapa do automóvel que bateu no poste), afiançam a validade do testemunho.

Exemplificando, tomemos um *lead* narrativo hipotético:

O carro esporte vermelho chapa ABC-1234, dirigido por um rapaz barbudo que vinha de um baile, subiu ontem às 8h30min o meio-fio da Praça Paulo de Frontin, na Tijuca, derrubou a carroça de um pipoqueiro, passou entre o poste e uma árvore e foi esmagar contra o muro o carrinho vazio de Marcelo, de cinco meses. O menino nada sofreu.

O nível narrativo é expresso pelos verbos de movimento (*subiu, derrubou, passou, foi esmagar*); note-se que a conjunção *e*, bem como as vírgulas que a substituem, tem o sentido de *e depois*, levando de um núcleo (um verbo da narração) a outro núcleo (o verbo seguinte da narração). O nível dos agentes aparece indicado por notações como *esporte, vermelho, barbudo, que vinha do baile, Praça Paulo de Frontin, Tijuca* (bairro residencial de classe média), *manhã, esmagar* (o conteúdo sêmico expressivo, ou modal, do verbo), *de cinco meses*, etc. O nível dis-

---

<sup>28</sup> BARTHES, Roland. "Introdução à análise estrutural da narrativa". In: \_\_\_\_\_ *et alii. Análise Estrutural da Narrativa*. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 22s

cursivo se evidencia na antítese sugerida pela cor do carro e descrição do motorista, de um lado, e o ambiente da praça, o pipoqueiro, o bebê, de outro; pela relação emocional e, em certo sentido, política, entre os estereótipos do agressor e da vítima (*vermelho, vinha de um baile, barbudo* significam o perigoso, o suspeito, o proibido; *carrinho, cinco meses, sol fraco da manhã, carroça de pipoqueiro* significam o inocente, o desprotegido, o familiar-desejável); pela improbabilidade da quase tragédia sem vítimas (*entre um poste e uma árvore, o carrinho vazio*). São funções com efeito de real a placa do carro, a hora exata, o nome do bebê, já que esses dados pouco valem como referência no contexto de uma cidade com a dimensão do Rio de Janeiro – e, menos ainda, para o público de qualquer outro lugar onde o texto fosse publicado.

Observa-se que, embora a narrativa seja articulada pelos verbos de ação e movimento, seu interesse se institui mais pelas interpretações em nível mais profundo, vinculadas a estereótipos, à antítese e à improbabilidade (que o leitor, no caso, poderá entender como reforço de seus próprios sentimentos). Não foi por acaso que inventamos exemplo desprovido de qualquer substância informativa capaz de mascarar o valor dessas relações; isto ocorreria, por exemplo, se o bebê estivesse no carrinho e morresse.

Poderíamos introduzir ainda a idéia de plano, ou perspectiva da narração. No sistema de notícia, porém, onde a estruturação narrativa não é dominante (seu emprego mais óbvio ocorre no texto *romanceado* do desenvolvimento das matérias nos jornais populares, ou na documentação minuto-a-minuto de certos desenvolvimentos importantes), a perspectiva é, em geral, de um narrador *informado*, que omite os dados que desconhece e se oculta na impessoalidade do discurso. Este é indireto, com possível intercalação do discurso direto dos personagens, a título de autenticação, anedota ou valorização expressiva.

O lugar essencial da estrutura narrativa simples é hoje a novela policial, o melodrama e a história de guerra. Gêneros mais literários (no sentido de *artísticos*) podem ampliar a informação sobre os agentes (ambiente, personagens), como ocorre no romance psicológico e em certos romances históricos, ou operar mais ou menos criativamente no nível do discurso, com o que o esqueleto narrativo se esgarça ou quase desaparece.

Tomemos como exemplo um trecho da novela *A Águia Pousou*, de Jack Higgins<sup>29</sup>, *best-seller* de construção industrial:

Devlin virou-se e viu, do outro lado da curva da estrada, além do bangalô de Joanna Grey, um carro-patrolha White e três jipes. Acelerou a moto e abriu-se num grande sorriso. – Certo, e se eu não for agora, poderei pensar melhor e isso nunca dará

---

<sup>29</sup> .HIGGINS, Jack. *A Águia Pousou*. São Paulo, Círculo do Livro, 1975, p. 351.

certo. Desceu em linha reta a colina, derrapou de lado entrando no Prado da Velha, deixou a trilha metros depois e tomou o caminho mais reto através do campo na direção da ponte sobre a represa. Pareceu decolar uma segunda vez quando a moto cruzou as touceiras de grama, enquanto Ritter, observando o do portão coberto, maravilhava-se por ele ainda permanecer no assento.

Observa-se o predomínio do nível da narrativa (*virou-se, acelerou, abriu-se num sorriso, desceu, derrapou, deixou a trilha, tomou o caminho, cruzou as touceiras*). Há duas sequências, cuja separação é marcada pela representação em discurso direto da reflexão do personagem; esta fala cumpre uma função importante - a de explicar o comportamento - e, discursivamente, remete a certos valores consensuais sobre o heroísmo, como a crença em sua irreflexão, sua proximidade da loucura. Uma representação em três trilhas poderia ser feita (as indicações são dadas por palavras-chaves):

S <sub>1</sub>						S <sub>2</sub>
N		virou-se	viu	acelerou	e abriu-se num sorriso	
A	Devlin	...carro-patrolha e jipes... ...além do bangalô			num grande sorriso (sobre Devlin)	Certo, e se eu não for agora, poderei pensar melhor e isso nunca dará certo (informa o ânimo do personagem)
D		Joanna Grey um... três... ( <i>efeito de real</i> )				Certo, e se eu não for agora, poderei pensar melhor e isso nunca dará certo (propõe heroísmo como superação de estimativa racional)

S <sub>3</sub>					
N	desceu	derrapou de lado	entrando no prado	deixou a trilha	tomou o caminho
A	a colina em linha reta			metros depois (indica preferência tática ou ética)	mais reto através do campo na direção da ponte sob a represa
D					

...S <sub>3</sub>		
N	pareceu decolar	cruzou as touceiras de grama observando-o
A	(quando) a moto	(enquanto) Ritter maravilhava-se de ele ainda permanecer no assento (era hábil, causava admiração)
D	uma segunda vez	

N= Narrativa; A= Actantes; D= Discurso; S= Sequência

#### 4.2. Texto de forma expositiva

Ao contrário do texto de forma narrativa, o texto expositivo (que também relata acontecimentos e não deve, portanto, ser confundido com a descrição ambiental) não se organiza, no aspecto central, em torno de seqüências de acontecimentos, com lapsos entre seqüências. A palavra *e* significa, aí, *e mais*, não *e depois*. A organização é predominantemente atemporal, no sentido de que destrói a temporalidade dos eventos: redundante e articulada por uma lógica de exclusão, inclusão, complementaridade – em síntese, pertinência.

A estrutura se monta através de tópicos frasais e documentações, estas reiterando aqueles, de modo redundante ou metalingüístico (explicação de um enunciado por outro, do mesmo código); e das relações lógicas entre um tópico frasal e outro, de modo que o encadeamento deles forma unidades de sentido que podem ser consideradas de *per si*.

O texto expositivo tem mais importância do que o texto narrativo na estruturação das notícias construídas classicamente; poderíamos dizer que são as relações lógicas entre os tópicos frasais e destes com as documentações que geram o texto. A dissemelhança das matérias tratadas e do material semântico não elimina a possibilidade de uma ordem comum, o que, na essência, é o princípio mesmo do conceito de estrutura.

Os tópicos frasais são de natureza muito variada e o mesmo ocorre com as documentações; no discurso científico moderno, sobretudo naqueles textos com intenção didática, há o predomínio de tópicos frasais de natureza *mais abstrata*, introduzindo expressões menos conhecidas ou passíveis de entendimento ambíguo, e de *documentações mais concretas*, exemplares, que especificam o sentido do tópico ou de notações nele utilizadas.

Com a notícia, a realização ocorre de modo diferente; os tópicos ou *leads* são classicamente sentenças completas, contendo uma proposição declarativa e suas circunstâncias mais notáveis ou gerais; as documentações requalificam o sujeito e a ação, detalham as circunstâncias, historiam antecedentes, conseqüências, modos, tempo e lugar. A reiteração, se não se dá com a proposição em seu conjunto, verifica-se, por certo, no circunstanciamento e qualidade.

Dentro dessa estrutura geral expositiva, nada impede que a documentação (e até, embora muito raramente, o *lead*) assumam forma narrativa ou que, no corpo da notícia, apareçam tópicos frasais de outro tipo, como proposições atributivas ou circunstanciais. A narrativa é, aí, uma estrutura menor que se encaixa eventualmente no conjunto expositivo da notícia, tal como pode acontecer com a descrição ordenada (da esquerda para a direita, do centro para a periferia) de um ambiente ou lugar.

Desta parte, concluímos que:

- a) o texto é tomado como unidade mínima significativa, até porque a gramática das sentenças não daria conta da estrutura da notícia, que interessa, aqui, em particular;
- b) embora não contenha uma argumentação, salvo quando se refere a um texto que a contenha, a notícia é uma construção lógica;
- c) como construção lógica, a notícia, em sua forma clássica, se relaciona com uma organização tradicional do texto, baseada em asserções determinantes, ou tópicos frasais, e asserções determinadas, ou documentações. É este seu ponto de contato com o texto didático e didático-científico;
- d) a organização expositiva dominante não impede que na notícia surjam séries narrativas cronológicas, quer nos *leads*, quer nas documentações de *leads*, nem que outras formas de tópico que não o *lead* apareçam, determinando documentações, no corpo da notícia;
- e) as relações entre os tópicos (ou *leads*) e as documentações articulam-se com a noção de redundância, com as de enunciado *geral* e *particular*, com a idéia de conjunto e subconjunto; as relações entre os tópicos referem-se a vários construtos lógicos, excluindo-se, no caso da notícia, aqueles que envolvem explicitamente silogismos, implicações ou deduções.

## 5. O texto de alta comunicabilidade

Definimos comunicabilidade como a capacidade de um texto relativamente complexo ser compreendido pelo máximo de receptores diversos, com repertórios diferentes. Será mais comunicável, assim, o texto mais durável, resistente às mutações históricas do código; e extensivo, resistente a traduções e diferenças de experiência cultural.

Vários textos de importância histórica atendem a essas condições. No entanto, estamos interessados em investigar uma teoria aplicável à notícia, e isto nos leva a excluir textos diretivos, que estabelecem normas de conduta, alinham princípios ideológicos ou apoiam sua eficácia em efeitos poéticos ou dramáticos. Desconsideramos, aqui, portanto, textos como Declarações (dos Direitos do Homem, da Independência dos Estados Unidos), preceitos (Código de Hamurabi, mandamentos religiosos), a poesia lírica e o *slogan*.

Os sistemas de comunicabilidade aplicáveis à redação de notícias deverão ser investigados em textos, ou partes de textos, que apresentam dada versão de fatos, surpreendente ou complicada, alcançando divulgação universal e duradoura. Destes, tomamos trechos de dois famosos documentos:

- a) O Gênesis, da Bíblia, cuja forma poética tradicional em hebraico perdeu-se nas sucessivas traduções. Utilizamos a tradução oficial da Igreja Católica Romana adotada no Brasil, diferente em vários aspectos dos textos propostos por outras religiões; a significação, no entanto, e preservada em linhas gerais. Oferece uma versão complexa, e no entanto admiravelmente organizada, da origem das coisas e do homem.
- b) Os primeiros parágrafos do Manifesto Comunista de 1848<sup>30</sup>, em que Marx condensa, para público não atento a filosofia e eventualmente desconhecedor da teoria econômica, a visão da História que desenvolvera laboriosamente, com base em crítica dialética e materialista.

O fato de ambos os textos – o primeiro por milênios, o segundo por mais de um século – terem fixado em indivíduos das mais diversas culturas as concepções que portavam não é o mais significativo; o que principalmente nos importa é que contaram de modo claro acontecimentos além da percepção comum, sem banalizarem seus relatos mas estabelecendo a máxima difusão possível.

### 5.1. A organização do Gênesis

Do Gênesis, consideramos a “História da Criação”.<sup>31</sup> Transcrevemos alguns versículos:

*"No princípio, criou Deus o céu e a terra. A terra, porém, estava vazia e nua; e as trevas cobriam a face do abismo; e o espírito de Deus era levado por cima das águas."*

*"Disse Deus: Faça-se a luz; e fez-se a luz. E viu Deus que a luz era boa; e dividiu a luz das trevas. E chamou à luz dia, e às trevas noite; e da tarde e da manhã se fez o dia primeiro."*

*"Disse Deus: Faça-se o firmamento no meio das águas e separe umas águas de outras águas. E fez Deus o firmamento, e dividiu as águas, que estavam por baixo do firmamento, das que estavam por cima do firmamento. E chamou Deus ao firmamento céu; e da tarde e da manhã se fez o dia segundo."*

*"Disse também Deus: As águas que estão debaixo do céu ajuntem-se num mesmo lugar, e o elemento árido apareça. Assim se fez. E chamou Deus ao elemento árido terra, e ao agregado das águas mares. E viu Deus que isto era bom".*

.....

---

<sup>30</sup> MARX, Karl et ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro, Vitória, 1954, 62

p.  
<sup>31</sup> *Bíblia Sagrada*, Rio de Janeiro, Barsa, 1964.

Os trechos sublinhados correspondem aos tópicos frasais e o restante, às documentações. Isso nos permite estabelecer, de início, a natureza da relação entre cada tópico e sua documentação como uma relação de dependência, de modo que a documentação é subministrada, *significa* a partir do tópico. A estrutura será, assim:

$$\mathbf{T_1D_1 + T_2D_2 + T_3D_3 + \dots T_nD_n}$$

É necessário registrar que, após ter criado a luz, o firmamento, as águas, o céu, o solo, as árvores, as estrelas, o sol, os seres aquáticos e aéreos, Deus criou os animais terrestres e o homem. A criação conclui com a frase: “Assim foram acabados o céu e a terra com todos os seus ornamentos”. De posse desses dados, podemos estabelecer relações:

- a) o conjunto dos tópicos forma um possível resumo do texto, já que eles encerram os sentidos principais; as documentações são, portanto, conjuntos de notações reiterativas;
- b) resumo ainda mais sumário poderia ser feito com o primeiro tópico, já que “céu e terra” englobam a totalidade das coisas cuja criação será detalhada nos tópicos seguintes;
- c) isto implica dizer que a relação entre os tópicos, do segundo em diante, é uma relação de complementaridade, e que o primeiro tópico contém todos os demais;
- d) a primeira documentação é de natureza descritiva, o que se evidencia pela presença de verbos no imperfeito: *estava, cobriam, era levado*;
- e) um detalhe serve para mostrar como funciona o sistema de redundâncias: a palavra traduzida por *criou* é, em hebraico, *bará*, forma passada do verbo *livrá*, que significa *criar do nada*. Esta especificidade é uma das muitas coisas que se perderam; no entanto, a documentação encerra tal volume de reiterações (*vazia, nua, trevas, face do abismo, espirito, por cima das águas*) que não pode restar dúvida sobre a natureza da criação (a partir do nada) a que se refere o tópico;
- f) da segunda documentação em diante, as documentações são narrativas (o *e*, por exemplo, passa a significar *e depois*, e não *e mais*); as seqüências de eventos são paralelas, o que, por si só, permitiria a restauração aproximada de notações que por acaso se perdessem;
- g) em leitura mais atenta, observa-se que Deus sempre divide para então nomear os elementos assim opostos; de onde o significado por oposição é bem anterior na cultura à sua formulação destacada na lingüística contemporânea;
- h) de qualquer forma, a ordem, nas documentações, começa por *ver*, segue *dividindo*, separando ou opondo; completa-se

com a *nomeação* e a *marcação no tempo*. As modificações nesta série são irrelevantes;

- i) além de complementares, os tópicos, do segundo em diante, são referidos a uma seqüência, como se vê pela sucessividade indicada em cada documentação;
- j) os tópicos obedecem a aproximadamente à mesma ordem intuída pelo evolucionismo contemporâneo; a energia (luz) precede a criação da matéria (água, terra); os animais aquáticos aos aéreos e terrestres e estes ao homem. Tal coincidência coloca a questão de que ou o texto é premonitório ou a própria idéia da evolução reflete perspectiva cultural anterior. Neste caso, a ordem dos tópicos (ou dos instantes da criação) no Gênesis se confundiria com a série “do mais simples ao mais complexo”, usualmente aceita nas proposições evolucionistas.

## 5.2. A organização dos primeiros parágrafos do Manifesto

Do *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels<sup>32</sup>, tomamos os primeiros parágrafos do Capítulo I, “Burgueses e Proletários”, que apresentamos já com proposta de divisão em tópicos frasais e documentações:

- T<sub>1</sub> *"A história de toda a sociedade tem sido, ate os nossos dias, a história das lutas de classes.*
- D<sub>1</sub> Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre-artesão e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminava sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.
- T<sub>2</sub> *"Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma divisão hierárquica da sociedade,*
- D<sub>2</sub> uma escala graduada de posições sociais. Na Roma antiga, encontram. os patrícios, cavaleiros, plebeus e escravos; na Idade Média, senhores, vassalos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais.  
.....
- T<sub>3</sub> *"Entretanto, a nossa época, a era da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes.*
- D<sub>3</sub> A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas classes inimigas: a burguesia e o proletariado.

---

<sup>32</sup> MARX, Karl et ENGELS, Friedrich. *Op. cit.*, p. 21s

A parte pontilhada corresponde a um parágrafo intermediário, redundante em relação a T<sub>3</sub>, e que não foi transcrito para permitir análise mais sucinta. Nela, podemos estabelecer:

- a) a relação entre os tópicos é tal que o primeiro totaliza os dois outros, sendo estes complementares, e a complementaridade, *primeiras épocas/nossa época*, marcada pela sucessividade temporal;
- b) os tópicos são de natureza geral, abstrata, introduzindo termos essenciais para a construção da teoria: *sociedade, luta de classes, burguesia, antagonismos de classes*;
- c) as documentações, pelo contrário, não falam de abstrações, porém de entidades e indivíduos concretos: *homem livre, escravo, Roma antiga*. Na realidade, trata-se de exemplificar os termos obscuros do tópico;
- d) esse mecanismo pode ser ilustrado com as séries da primeira documentação: (1) *homem livre e escravo*; (2) *patrício e plebeu*; (3) *barão e servo*; (4) *mestre-artesão e companheiro*; (5) *opressores e oprimidos*. Observa-se que se trata de uma seqüência do tipo *a* está para *b* assim como *a'* para *b'*, assim como *m* está para *n* em que a última relação instaura a natureza do termo relacional. Evidentemente, a série explícita, em pares, com exemplos, a natureza do que são classes e do que o Autor pretende chamar de luta de classes. Como requinte de elegância, as relações são ordenadas na seqüência temporal dos eventos, de modo que (1) precede historicamente (2) etc., até (4);
- e) do mesmo modo, na segunda documentação, encontramos as séries correspondentes às divisões hierárquicas da sociedade ordenadas interiormente do cume à base e exteriormente do anterior ao posterior; uma das conseqüências disso é que, se o leitor não sabe o que é *plebeu*, não perderá o sentido global e, pelo contrário, poderá definir *plebeu* como “classe que, na Roma antiga, ficava imediatamente abaixo dos cavaleiros e imediatamente acima dos escravos”;
- f) a última documentação, lacônica, quase um prosseguimento do tópico, ganha essa característica por referir-se a época presente, que, por certo, o receptor imaginário da mensagem conhecia;
- g) note-se que a noção de tópico como o termo crucial da ordenação é interior, estrutural do texto. No caso, a segunda parte da primeira documentação poderia ser julgada por um dialeto mais importante do que tudo o mais, já que ali se encerra o conceito da alteração qualitativa, que é o instante crucial da oposição dialética. No entanto, o texto instaura sua própria ordem e destaca aquilo que o organiza como construto lógico.

## 6. Seleção e ordenação de informações

A realidade é múltipla, simultânea. A língua, linear e seqüencial. A realidade é infinita em seus aspectos perceptíveis e, ainda quando esgotados os recursos de um observador a olho nu, mecanismos, como a câmara lenta, os efeitos de iluminação, o estudo de radiações, as lentes e os gravadores sensíveis permitem ampliar ilimitadamente o número de dados, para além da capacidade humana de estruturá-los.

Para a construção de um texto, portanto, é necessário selecionar os dados e ainda ordená-los, o que envolve a consideração de *importância* ou *interesse*. A técnica de produção industrial de notícias estabeleceu com este fim critérios de avaliação formal, considerando constatações empíricas, pressupostos ideológicos e fragmentos de conhecimento científico. As transformações da sociedade são detectadas como tendências, para cuja satisfação se produzem bens simbólicos de novo aspecto; os estudos de mercado informam com freqüência sobre a penetração da ideologia no público e viabilizam penetração ainda maior.

Alguns critérios de avaliação referem-se a impulsos psicológicos inatos<sup>33</sup>, de agressividade (libertação), sexualidade, possessivismo (alimentar) e protetivismo; métodos de sublimação, redução e desvio compõem-se para a sociabilização dos indivíduos.

Não é difícil compreender, por exemplo, as relações entre o debate parlamentar e o conflito físico; as palavras substituem, numa escala tolerável, a agressividade da ação, que se sublima desta forma. O vínculo permanece na metáfora corrente da *luta* partidária, da *batalha* eleitoral, da *campanha* política. Pelo mesmo critério, a grande violência da sociedade industrial será reduzida a episódios de violência individual (familiar, de grupos) no noticiário de polícia, ou ao intimismo das narrativas existenciais que projetam, na neurose dos indivíduos, essa violência mesma: a assimilação é tal que as causas essenciais se perdem e as ocasionais revoltas perante a violência instituída serão as únicas chamadas correntemente de violentas. Técnicas de desvio podem ainda limitar a agressividade a regras, como no boxe ou no futebol, e ritualizá-la, produzindo, no espaço do ringue ou do campo, situações ideais de iguais oportunidades, regras consentidas e pronto castigo a suas violações.

Na indústria cultural, a agressividade encontra sua projeção mais comum na violência; a sexualidade, no erotismo ou na pornografia (o primeiro definido como sublimador, idealizante, substitutivo; a segunda, redutiva, materializante, fetichista); o possessivismo, no consumo e em representações como o progresso (individual, regional, nacional), avaliado pelo acúmulo de bens ou índices quantificáveis, ascensão

---

<sup>33</sup> TCHAKHOTINE, Serge. *A Mistificação das Massas pela Propaganda Política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

na *escala* social, aquisição de *padrões*; o protetivismo, em certo sentimentalismo aplicado às crianças em geral, aos animais, aos povos *primitivos* e a sua *natureza* ou *cultura* selvagens.

Daí se inferem possibilidades de estudo conteudístico do texto noticioso, considerando-se a variação histórica e geográfica desses conceitos: o grau de violência autorizada aqui e ali, antes e agora; o limite mutável do que é considerado erótico ou pornográfico; as pressões para maior ou menor simbolização do prestígio social ou o grau mais ou menos eficaz e concreto das ações protetivistas (caritativas, ecológicas).

No campo das avaliações empíricas, alguns itens são consideráveis: a *proximidade*, a *atualidade*, a *identificação*, a *intensidade*, o *ineditismo*, a *oportunidade*. Na realidade das empresas de comunicação, esses fatores influem segundo a ordem de interesses de classe ou grupo dominante; secundariamente, operam ainda gostos individuais de pessoas que dispõem momentaneamente de algum poder, ou estratégias fundadas em avaliações prévias quanto a efeitos, conseqüências ou desdobramentos de um fato noticiado.

### 6.1. Proximidade

O raciocínio corrente é de que o homem se interessa principalmente pelo que lhe está próximo. No entanto, esta proximidade varia tanto com as trocas materiais (o comércio) quanto com as trocas culturais ou populacionais (migrações). Esta é a razão por que os assuntos internacionais interessam sobretudo aos segmentos mais prósperos e aos mais informados de uma população; em outras palavras, aos segmentos capazes de significar prestígio para um veículo. E é também a razão pela qual se obterá a resposta de audiência numericamente positiva se abrirmos espaço ou tempo para os assuntos locais.

Sistemas de comunicação muito amplos, como jornais nacionais ou redes de televisão, podem ser enfrentados por sistemas infinitamente menos poderosos, porém de mensagem mais próxima, como os jornais locais ou de bairro, os *shows* de clube e as estações de programação regional. Tal confronto depende, é claro, de circunstâncias políticas, econômicas e técnicas, mas a tendência teórica é que se abra espaço para iniciativas limitadas de comunicação na medida em que o processo de concentração monopolista atinge o auge.

Relações culturais ou comerciais instituídas como dependência facilitam a penetração de mensagens provenientes de produtores hegemônicos: o interesse é maior, no caso atual do Brasil, pela produção literária da Europa e dos Estados Unidos do que pela das nações vizinhas da América Latina, a qual só despertará atenção se sancionada pelos críticos *formadores de opinião*, eles mesmos voltados para os centros europeus e norte-americanos. Fenômeno idêntico ocorrerá com as cidades menores em relação às metrópoles: um artista, ou uma canção, de São Luís do Maranhão chegará a Belém do Pará, como produto de consumo, a partir de sua aceitação no Rio de Janeiro ou São Paulo.

## 6.2. Atualidade

O raciocínio corrente é de que o homem se interessa principalmente pelos fatos mais próximos no tempo. No entanto, o novo às vezes se confunde com o ainda não conhecido, embora de ocorrência remota.

Por outro lado, tal como os fatos novos se revestem de forma antiga (“os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada”, escreve Karl Marx<sup>34</sup>), certos instantes históricos podem adquirir interesse por sua semelhança à situação presente: a *transatualidade* tornará Petrônio (*Satiricon*) mais interessante do que Virgílio para um europeu ou um norte-americano na etapa de desgaste da civilização industrial, tanto quanto o apogeu romano adquiriu particular fascínio para o público dos Estados Unidos no surto imperial que se seguiu à Segunda Grande Guerra (tal como Roma, os EUA dominavam então todo o mar conhecido e de importância estratégica – as rotas oceânicas da década de 50, o *mare nostrum* do apogeu romano – e impunham seu poder sobre todos os povos, exceto os *bárbaros* do Leste europeu, os estados comunistas, ameaçadores como outrora o foram os hunos de Átila).

Tal como ocorreu com a proximidade, a repressão social pode tornar atraente o que é exatamente oposto e contraditório à situação vivida, mas corresponde a desejo ou aspiração comum. Tanto na transatualidade quanto na busca coletiva de conteúdos alienatórios, a percepção do que é mostrado altera-se, de modo que as fábulas se transformam em paráfrases da situação atual ou expressão substituta do que é idealmente pretendido.

O senado romano dos filmes da década de 50 será uma espécie de senado norte-americano dos tempos da guerra fria, dada a semelhança de instâncias de poder; ao contemplar a pluralidade religiosa e a desagregação do Estado na decadência romana contada no *Satiricon*, o leitor contemporâneo deparará algo que pode descobrir na realidade que o cerca. Tarzã repôs o angustiado leitor dos anos 30 no centro e comando de uma selva deliberadamente posta de cabeça para baixo.

A ficção científica reproduz, em cenários de técnica premonitória, realidades e sonhos humanos contingentes: Flash Gordon e seu oriental inimigo Mongo; a sociedade e seu sistema representados em Hal, o panóptico, onipotente, onipresente e obstinado computador de *Uma Odisséia no Espaço*. É desta natureza o interesse que ilumina o noticiário sobre especulações da Astronomia, viagens, pesquisas arqueológicas ou paleontológicas.

---

<sup>34</sup> MARX, Karl. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosófico e outros Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril, 1978, p. 329.

### 6.3. Identificação social

Admite-se que a identificação social processa-se de baixo para cima da pirâmide que costuma representar sociedades divididas em classes. Os novos produtos são introduzidos geralmente no segmento mais próximo do ápice e cumprem um ciclo de popularização que os leva ao maior número de pessoas no instante em que são declarados obsoletos pelos seus consumidores primitivos.

Neste trânsito atuam considerações de natureza econômica: algumas vezes o preço, a disponibilidade limitada de crédito ou a própria intenção dos produtores limita o grupo consumidor; em outros casos, são produzidos sucedâneos e imitações capazes de atender ao público menos apto a consumir. Assim, certas propostas literárias reproduzem-se em modelos mais acessíveis, porém similares em linhas gerais.

Mas é importante considerar que a identificação não se processa súbita e universalmente, porém, pouco a pouco, por contiguidade, de modo que um grupo como o dos executivos imitará o dos capitalistas, antes que a inovação de consumo chegue aos gerentes e chefes de seção. De qualquer modo, o que determinará a identificação não é uma situação real na escala da sociedade, porém projeções ideais desta situação; o modelo em que se espelha um trocador de ônibus é possivelmente o do rapaz que anda de motocicleta, não o do dono da empresa de ônibus. As cidades pequenas constróem tobogãs, teleféricos ou discotecas, em seguida à adoção da moda pelas cidades maiores, mas a freguesia pretendida nestes casos não é a mesma dos clubes privados, das salas de massagens para cavalheiros ou dos cursos de defesa pessoal. Apenas a motivação mimética torna homólogos os processos de adoção dessas instituições nos ciclos da moda.

Outra questão é que as modas são formas, que frequentemente se desligam de seus conteúdos primitivos; em outras palavras, adquirem conteúdos diferentes em situações sociais distintas. A discoteca de uma cidade do interior, onde predominam relações de vizinhança, em meio de população menos densa, poderá ter todos os requisitos formais – som, iluminação, trajes – da discoteca metropolitana, porém será o espaço do divertimento dos namorados e noivos, da alcovitice, da exibição do poder aquisitivo capaz de significar a importância familiar. Nada ali haverá, de realmente semelhante à individualidade, solidão e padronização extrema, dentro da ordem discursiva capitalista, que se constata na discoteca nova-iorquina que serviu a todas de modelo. Falta à cópia uma aura do original, que é a sua essência patética.

Como produto, os jornais, a programação das rádios e das TVs tendem a evoluir da mesma maneira; será sempre mais fácil retocar a diagramação, que é forma, do que a técnica de produção do texto, e ainda esta mais simples de adaptar do que os critérios de seleção de temas e edição de notícias.

#### 6.4. Intensidade

Considera-se que, admitindo dois eventos equivalentes, é mais notável o que tem maior intensidade aferida em números. Se duas pessoas morrem, uma vítima de um choque de dez mil volts e outra de um choque de um milhão de volts, a segunda morte parecerá mais trágica do que a primeira, por absurdo que isto seja. Algumas vezes é na coincidência que reside o ponto focal de interesse: a morte de cem crianças no incêndio de um circo é mais espetacular que a morte de outras cem crianças, por fome, nas comunidades pobres de uma metrópole. O notável aí é que as cem crianças tenham morrido de uma vez só, coincidente e inesperadamente; em outro plano, que tal morte tenha ocorrido num ambiente que se supõe alegre, o do circo (uma situação de *cúmu-lo*).

Os números muito grandes e os muito pequenos em relação à experiência cotidiana do público têm grande valor retórico simplesmente porque as pessoas não conseguem dimensioná-los. Cinquenta bilhões de dólares podem ser considerados muito na frase "o país atingiu um PIB de quase 50 bilhões de dólares" e pouco na frase "o país não superou ainda um PIB de 50 bilhões de dólares". Idêntico fenômeno ocorrerá com unidades cuja definição não é corriqueira, com os quilowatts ou os anos-luz: milhões e bilhões têm sentido grandiloquente, a tal ponto que diferenças substanciais perdem o sentido (entre 10 e 11 mil megawatts na potência instalada da usina de Itaipu, por exemplo) e grandezas expostas em subunidades tornam-se mais impressionantes (10 milhões de quilowatts parecerão mais de 10 mil megawatts, embora a potência seja a mesma).

Números relativos refletindo acréscimos na economia são, nos países do Terceiro Mundo, espetaculares não porque correspondem a aumentos substanciais em si, mas pelo pauperismo dos índices anteriores: um aumento de 50 por cento na produção industrial de um pequeno país do Terceiro Mundo pode ser muito pouco em termos absolutos, ou comparado a produção de outros países, ou em face das necessidades locais. Recordes e primazias apontam para distorções equivalentes: se dois corredores de maratona chegam segundos de diferença um do outro, ao campeão caberão todas as honras e ao segundo colocado o maior amargor da derrota. No entanto, como atletas, são equivalentes.

#### 6.5. Ineditismo

A raridade de um acontecimento é fator essencial para o interesse que desperta. Tal fato encontra paralelo na Teoria da Informação, que estipula a relação entre a improbabilidade de um evento e sua taxa de informação, definida como o número (teórico, muitas vezes fracionário) de escolhas binárias de que se precisa para chegar a determinado evento de um conjunto. Este número correspondente ao logaritmo de

base dois da improbabilidade do evento em causa, isto é, do inverso de sua probabilidade.

Se o conceito é importante no universo das notícias, a expressão matemática dificilmente terá sentido prático. Em geral, operamos com um número de escolhas muito grande, ou situações de virtual continuidade. Assim, *ontem*, num texto de jornal, não se opõe apenas a *hoje* e *anteontem*, mas também a *ontem às 10h35min*, *ontem antes do almoço* ou *ontem duas horas depois do desastre na Via Dutra*. Por outro lado, a probabilidade que consideramos em jornalismo não é a dos fatos da natureza, mas do conhecimento que presumivelmente o público tem deles (e a palavra público já esconde variação notável de repertórios). Queremos dizer que a chegada do homem à lua pode ter sido muito provável para alguém atualizado em ciência, espantosa para o indivíduo medianamente informado de uma cidade, inacreditável para católicos ingênuos e absolutamente sem interesse para o indígena que, diante da notícia, comentou: “Para vocês que tem aviões deve ser fácil chegar lá”.

Algumas faixas de quantificação devem, no entanto, ser estabelecidas:

- a) o *fato inevitável*, de que se julga ter certeza, absolutamente previsível (probabilidade tendendo ao infinito) não encerra, por esse aspecto, valor de notícia;
- b) o *fato provável*, tal como o desastre sem vítimas numa grande cidade na era do automóvel, encerra interesse abaixo do limiar da notícia (se não houve grande alteração no trânsito ou qualquer outro aspecto relevante);
- c) o *fato improvável*, como o mesmo desastre numa cidade pequena, ou o incêndio de um arranha-céu numa cidade grande, adquire importância noticiosa. A repetição (das mortes, numa guerra; dos assaltos a barcos, num surto terrorista) conduzirá, no entanto, a redução do ineditismo, ao tornar o novo evento mais provável;
- d) o *fato de extrema improbabilidade*, como (para os conceitos de nosso tempo) os discos voadores ou a aparição de fantasmas, será recebido com descrédito ou crença, o que depende do prestígio do veículo; em caso de crença, sugerirá ambigualmente o cômico ou o trágico, na dependência do repertório das pessoas e da situação em que se produz o enunciado. No caso do programa radiofônico com que Orson Welles provocou pânico anunciando a invasão de Nova Iorque por naves de outro planeta, a aceitação da notícia como verdadeira nutriu-se da confiança que o rádio adquirira, como instrumento de informação sobre feitos da Segunda Guerra Mundial, já, por si fantásticos.

Em jornalismo, a improbabilidade é sempre aferida de uma perspectiva humana. Se o tijolo cai de um prédio em construção sobre o

pátio apinhado de pessoas, a probabilidade de que ele atinja alguém é enorme; no entanto, da perspectiva particular daquele que é o atingido, a probabilidade se reduz à sua presença na multidão, sem considerarmos a questão suplementar do descuido que fez cair o tijolo. A notícia escolhe, obviamente, o segundo enfoque.

A improbabilidade nem sempre se realiza entre o fato noticiado e aquilo que as pessoas sabem do mundo, ou de seu universo específico de realização (a ciência, a política, uma categoria já nomeada). Pode haver uma relação de improbabilidade entre duas notações presentes na notícia mesma, o que Roland Barthes<sup>35</sup> localiza na estrutura do *fait divers*. A coincidência aberrante (um bispo preso num cabaré, uma loja assaltada grande número de vezes), a causalidade ou instrumentalidade empobrecidas, inusitadas (alguém mata o amigo por uma dívida de tostões, alguém enforca a mulher com uma corda de violão) são variações desta estrutura fechada, que se aproxima do conto no seu desprezo pela história e pela cultura estabelecida, no seu interesse imanente. Apontase, aí, como no prodígio (a aparição de um santo, o disco voador), para uma espécie de ilogicidade genérica do mundo e neste sentido alimenta-se uma forma de oposição passiva ao racionalismo dominante; por isso mesmo, a classe dominante e os intelectuais desprezam tal abordagem dos fatos.

Nota Barthes que, no caso de antítese de baixa improbabilidade, *fracas* (o desastre na cidade grande), o interesse noticioso irá apoiar-se na *pessoa dramática* eventualmente envolvida – mulher grávida, criança, velho – sobre a qual se aplica, em geral, identificação fundada no impulso protetivo. O *fait divers* opõe ao que o autor chama de *informação* (um conceito a mais para esta palavra polissêmica): o evento que se propõe como fragmento de romance, dentro de uma categoria de conhecimento, com seu interesse relacionado a um saber exterior, como acontece em geral na notícia política, científica, econômica, de artes etc.

A *informação* (ainda no sentido que Barthes dá à palavra) remete à compreensão de causa e efeito, ou à estruturação sincrônica dos eventos; o crime político à história do país, ou a negociação *de paz* à configuração estratégica das tropas em combate num dado instante. Isto, porém, não assegura maior *verdade à informação*. É, por exemplo, comum que os fatos econômicos sejam relacionados imediatamente a eventos políticos, embora tais relações *a posteriori* possam ser admiravelmente enganosas: dizer que uma revolução decorre de uma crise na balança de pagamentos é muito pouco, quando a mesma crise seria invocada como causa de um golpe de direita, de uma greve ou da vitória de um partido populista. No caso, escamoteia-se o modo de relação entre a economia e a política, ignorando-se toda a escala de intermediações que une o determinante à superestrutura. O grau de perplexidade, neste gênero de *informação*, não é muito diverso do que se obteria esta-

---

<sup>35</sup> BARTHES, Roland. "Structure du fait divers". In: \_\_\_\_\_. *Essais Critiques*. Paris, Seuil, 1964, p. 188s.

belecendo qualquer coincidência ou causalidade compreendida na categoria do *fait divers*.

A aproximação de notações contraditórias (a rainha e o plebeu, o santo e o endemoninhado, o sol e a lua) constitui ainda recurso estilístico corrente quando se trata de despertar o interesse para uma explicação (no texto didático, na divulgação cultural) ou obter efeitos fantásticos, catárticos, de sobrevivência do ideal (como nas lendas e dramas populares). Ainda aí, a notícia não inovou coisa alguma: como outras formas de produção industrial de bens simbólicos, emprestou apenas certo acabamento uniforme, tipológico, técnico, ao que preexistia no interior de outros discursos.

#### 6.6. Identificação humana

O universo dos ídolos vivos, daqueles que Edgard Morin chama de *olimpianos*<sup>36</sup>, encerra um gênero de atração especial. Tal especificidade é atingida quando um grande atleta, uma cantora notável, um cirurgião habilíssimo passam a despertar interesse mesmo entre os que não apreciam (ou entendem de) esporte, canto, competência médica.

Ocorre como que uma universalização do particular de cada uma dessas *pessoas notáveis* que, por algum motivo, se tornam a concretização de um ideal humano, e não mais desportivo ou artístico. É banal dizer que o olímpiano é sempre interessante; como transcende à imagem particular de seu ofício (ou daquilo em que teve desempenho admirável), sua presença e suas palavras adquirem transcendência messiânica - e disso bem sabem os profissionais das relações públicas e os editores de revistas ilustradas.

A identificação, fora da pirâmide social e das motivações protetivas, ocorre também por semelhança (dos velhos com um velho, dos jovens com um jovem, dos tristes com um triste) em algum aspecto considerável e real; ou ainda por semelhança entre o *real* proposto (o líder na fábrica, o cidadão acompanhado por uma mulher bonita) e as aspirações, fantasias, desejos do consumidor (o operário, o burocrata de meia idade). Gente como a gente, gente como gostaríamos de ser.

### 7. **A forma da notícia clássica**

O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso; por extensão, a abertura do texto nos noticiários radiofônicos. Trata-se do relato sumário e particularmente ordenado do fato mais interessante de uma série e não do resumo da notícia toda, como aparece em algumas descrições.

Chamaremos de *lead* clássico:

---

<sup>36</sup> MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro, Forense, 1967, p. 111s.

- 1) aquele ordenado segundo o princípio da precedência da notação mais interessante;
- 2) aquele constituído (estruturalmente ou na forma manifesta) de um único período, ocupando de três a cinco linhas datilografadas de 72 toques por linha (em casos excepcionais, dependendo do ritmo fonológico e sintático, um pouco mais ou menos do que isto);
- 3) aquele constituído, pelo menos em nível de concepção, de uma única oração principal, isto é, de uma proposição declarativa cujos termos podem ser palavras isoladas, locuções ou orações subordinadas (substantivas, adjetivas, circunstanciais).

Tomemos como referência a classificação de 12 tipos apresentada por Mário Erbolato<sup>37</sup> :

- 1) os que ele chama de *lead* simples, *lead flash* (introdução lacônica de uma notícia), *lead* integral e *lead* direto, são estruturalmente redutíveis ao modelo do *lead* clássico;
- 2) os chamados *lead* composto de *lead-resumo* são essencialmente a mesma coisa: uma proposição em que o sujeito, o complemento do verbo ou uma circunstância são compostos de vários termos, que são orações coordenadas entre si. A estrutura do período é ainda por subordinação e temos aí o modelo do *lead* clássico. O mesmo ocorreria com o *lead* em itens, a que Erbolato não se refere;
- 3) o *lead* contraste, o *lead-chavão* e o *lead* pessoal (em que se dá a ilusão ao receptor de que a mensagem de serviço lhe é dirigida particularmente) correspondem a usos estilísticos, e não diferem do modelo geral.

Restam o *lead* suspense ou dramático, que corresponde ao *lead* narrativo exemplificado em 4.1: e o *lead*-citação. Quanto ao primeiro, tão do agrado de Hohenberg, seu uso é restrito a situações peculiares, que possibilitam a estruturação de uma série de eventos em ordem de intensidade crescente, apontando para desfecho inesperado ou brutal e contendo funções discursivas relevantes – tudo isso no pequeno espaço do *lead*. Do *lead*-citação, cuidaremos à parte, ao tratar dos *leads* com verbos *dicendi*.

Quanto ao método de descrição do *lead* clássico, estabelecemos alguns pressupostos:

- a) admitamos a existência de níveis de realização da língua, dos quais privilegiamos o nível sintático, a partir da sintaxe de ordenação;

---

<sup>37</sup> ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de Codificação em Jornalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 63s.

- b) no interior do nível sintático, admitamos um nível de ordenação jornalisticamente determinado, sobre o qual atuarão as regras de realização;
- c) em síntese, pretendemos formalizar estruturas jornalísticas corretas capazes de gerar *leads* clássicos. Tais estruturas relacionam-se com os textos reais da imprensa através de um elenco de possibilidades transformacionais;
- d) admitamos que a sentença em português se compõe de um sujeito na voz ativa, ou *locução nominal 1* (LN<sub>1</sub>); de um *predicado verbal*, de vez que excluimos de nossas cogitações, no *lead*, as proposições existenciais; e de *locuções circunstanciais* (LC<sub>n</sub>);
- e) quanto ao predicado, admitimos que é composto de um verbo ou *locução verbal* (LV) e seu complemento, ou *locução nominal* (LN<sub>2</sub>) de adição direta, ou objeto direto. Poderá ser este inexistente (LN<sub>2</sub> = Ø) no caso dos verbos intransitivos; eliminamos, porém, as hipóteses de dupla complementação nominal do verbo, ou de sua complementação indireta, por não ser significativa para o elenco de formulações a serem propostas. Destes casos trataremos no item 7.2 c);
- f) admitimos que as locuções nominais (LN<sub>1</sub> e LN<sub>2</sub>) podem reduzir-se a um núcleo, incluir núcleo e grupo adjetival, ou núcleo, grupo adjetival, determinante e quantificador; cada um desses termos pode ser expresso por vocábulo, locução ou oração. A estrutura da locução nominal não é, porém, pertinente para a nível de formalização pretendido;
- g) admitimos que as locuções circunstanciais (LC<sub>n</sub>) podem limitar-se a um vocábulo, uma locução ou uma oração transformada por um relacionador (conjunção, preposição). São circunstâncias consideradas para uma proposição completa as de tempo, modo, instrumento, lugar, causa e consequência (finalidade);
- h) dos elementos descritos acima, todos, à exceção do verbo, podem estar ausentes, ou tecnicamente, ser substituídos por Ø. Ocorrem orações em que o verbo não pede complemento e supressão de circunstâncias por serem óbvias ou desconhecidas;
- i) empregamos a formalização linear. O diagrama em árvore não parece vantajoso para a amplitude deste trabalho;
- j) a articulação central da oração (LN<sub>1</sub> e LV) será representada por (.), bem como a articulação das locuções circunstanciais que se referem ao verbo, mas podem eventualmente expressar estados de LN<sub>1</sub> ou LN<sub>2</sub> e admitem transposições tais que se refiram, como circunstâncias externas, ao conjunto da sentença; a articulação do verbo com seu complemento (objeto direto) será representada por (+); a indicação de independência das circunstâncias entre si será expressa por (,).

## 7.1. Formalização das estruturas

Operamos com três hipóteses distintas, a cada uma das quais corresponderá uma fórmula de ordenação:

*1ª hipótese* – o interesse recai sobre LN<sub>1</sub> ou sobre a ação em si, isto é, sobre LV. A estrutura será:

LN<sub>1</sub> (LV + LN<sub>2</sub>) (LC<sub>1</sub>, ... LC<sub>5</sub>)

*2ª hipótese* – o interesse recai sobre LN<sub>2</sub>. A estrutura será:

LN<sub>2</sub> (1/LV + kLN<sub>1</sub>) (LC<sub>1</sub>, ... LC<sub>5</sub>)

em que 1/LV indica a voz passiva do verbo e k é o relacionador que introduz o sujeito da voz ativa na oração passiva (agente da passiva);

*3ª hipótese* – o interesse recai sobre uma das locuções circunstanciais, seja um LC<sub>1</sub> qualquer:

LC<sub>1</sub> (LN<sub>1</sub> (V + LN<sub>2</sub>) (LC<sub>2</sub>, ... LC<sub>5</sub>))

em que a locução circunstancial foi tornada externa e precedente ao sujeito da oração principal. Poderá, ocorrer ainda:

LC<sub>1</sub> (LN<sub>2</sub> (1/LV + kLN<sub>2</sub>) (LC<sub>2</sub>, ... LC<sub>5</sub>))

## 7.2. Observações sobre as estruturas propostas

a) As estruturas propostas correspondem ao conceito tradicional do *lead*<sup>38</sup> mediante as seguintes equivalências de nomeação:

que, quem	}	LN <sub>1</sub>
o que		LV + LN <sub>2</sub>
como	}	LC <sub>n</sub> , em que 1 > n > 5
quando		
onde		
quando		
como, com que		
porque	}	
para que		

<sup>38</sup> BARBOSA, Gustavo et RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro, Codecri, 1978, p. 276.

- b) Na primeira hipótese, em que o interesse recai sobre o sujeito ou sobre a ação verbal, a frase se iniciará pelo sujeito seguido do verbo. Não se tornou necessário decompor LN<sub>1</sub> em seus possíveis componentes (o núcleo N, o adjetivo A e o quantificador Q) porque, em português, a ordenação é quase sempre determinada em LN<sub>1</sub>; a anteposição de A a N altera o sentido de LN<sub>1</sub> (*grande casa/casa grande*), atua sobre a intensidade de A (*inquérito rigoroso/rigoroso inquérito*) sobre seu valor de verdade (*casa verdadeira/verdadeira casa*) ou é impossível (*casa de Pedro/\*de Pedro casa*);
- c) caso o interesse recaia no objeto indireto, isto é, no complemento do verbo obrigatoriamente precedido de um relacionador (preposição), é comum usar-se uma forma verbal que guarde com a do primeiro enunciado correspondência de antonímia recíproca (*dar/receber, bater/apanhar*); a partir daí, o procedimento estrutural iguala-se à voz passiva sintática: o complemento indireto ocupará o lugar do sujeito na nova oração.

### 7.3. A realização dos leads

A descrição feita até agora é de natureza teórica. Na prática, ao serem realizados os períodos, ocorre uma série de transformações, determinadas pelas regras fonéticas ou pelas tendências estilísticas. O texto industrial tende a um estilo consensual, de modo a não chamar a atenção para sua própria estrutura; certas construções, de uso mais freqüente ou coloquial, tornam-se, portanto, virtualmente obrigatórias.

Algumas transformações são de natureza genérica. É, por exemplo, estranho o acúmulo de circunstâncias no fim do período. Eles se redistribuem de vários modos: (a) os sintagmas de tempo e, eventualmente, os de lugar, costumam deslocar-se para junto do verbo, sobretudo se constituídos de uma palavra ou locuções curtas; (b) sintagmas de modo ou instrumento podem estar implícitos no verbo escolhido ou se transformar em adjetivos aplicados ao sujeito; (c) causa e consequência confundem-se por vezes, se o móvel da ação (causa) é algo concretamente expresso pela consequência da ação (resultado).

A série mais notável de transformações na estrutura do período decorre do transporte de um sintagma circunstancial para a condição externa (3<sup>a</sup> hipótese). A idéia de consequência pode ser associada à coincidência temporal ou consecutividade (dez pessoas morreram *quando* o avião caiu); a idéia de instrumento transposta para uma oração adjetiva do sujeito (armado de faca, o assaltante matou)... Ocorre ainda a transformação da circunstância em oração principal do período. Para isto, utiliza-se um verbo relacionador (*causou, determinou, fez que; foi a*

consequência, resultou; serviu para, foi utilizado para, etc.) e nominaliza-se a oração principal originária.

Eis alguns exemplos, obedientes às normas clássicas:

I. *O taifeiro Joaquim da Rocha/matou a mulher (Marlene)/ com dois tiros/num barraco da favela da Rocinha/ por ciúmes (viu-a com outro homem, na casa)/ontem à tarde.*

Não havendo notabilidade de qualquer notação, o interesse recai sobre o verbo e teríamos, na estrutura jornalisticamente determinada, a forma teórica:

*O taifeiro Joaquim da Rocha matou a mulher, Marlene, com dois tiros, num barraco da favela da Rocinha, ontem à tarde, porque a viu com outro homem dentro de casa.*

Outra ordenação, atendendo à tendência de aproximar a circunstância de tempo do verbo e substituindo a relação de causa pela de coincidência:

*O taifeiro Joaquim da Rocha matou ontem à tarde, com dois tiros, num barraco da favela da Rocinha, sua mulher, Marlene, ao encontrá-la em casa com outro homem.*

II. *Lee Oswald (então, um desconhecido) /matou John Kennedy (então, presidente dos Estados Unidos)/ ontem à tarde/de uma janela (o assassino)/num automóvel conversível (a vítima)/em Dallas, Texas/com dois tiros de um fuzil com mira telescópica/por motivo ainda não claramente estabelecido.*

III.

Neste caso, a circunstância de causa poderia ser eliminada do *lead*, dado o princípio geral de que o que se ignora não deve ser destacado. Poderíamos ter:

*O Presidente John Kennedy foi morto ontem com dois tiros, durante um desfile em carro aberto, em Dallas, Texas, por um franco-atirador chamado Lee Oswald, que disparou da janela de um edifício um fuzil com mira telescópica.*

A notícia está ordenada a partir do termo de maior interesse – John Kennedy, o objeto direto, LN<sub>2</sub>.

III. *Um avião Boeing 707 da Aerolíneas/caiu/ontem à tarde, durante uma tempestade/ nos Pireneus /por causa de in-*

*cêndio num dos motores/causando a morte de todos a bordo, 90 pessoas, entre tripulantes e passageiros.*

Poderíamos ter:

*Noventa pessoas, entre passageiros e tripulantes, - todos os que estavam a bordo - morreram ontem na queda de um Boeing 707 da Aerolíneas, durante uma tempestade, nos Pireneus, perto da fronteira França-Espanha.*

A oração principal foi nominalizada (caiu/queda) e adicionou-se um aposto informativo da localização dos Pireneus na geografia política. Poderíamos ter também:

*Noventa pessoas, entre passageiros e tripulantes, morreram ontem quando um Boeing 707 da Aerolíneas caiu com um dos motores em chamas...*

A relação causa-efeito foi substituída, na realização, pela coincidência, ou consecutividade, no tempo.

#### 7.4. Leads com verbo dicendi

A menção da fonte no *lead* estabelece problemas de outro tipo. De modo geral, sempre que algo é comunicado, interessa mais o conteúdo comunicado do que o fato em si da comunicação (uma exceção seria o caso de um mudo, fantasma ou objeto que falasse); isto ocorre no caso de conferências tanto quanto em outras formas rituais de comunicação, como *o desembarque, a entrevista coletiva* ou *o discurso de campanha*.

A fonte é, no entanto, mencionada no *lead* quando se trata de declaração opinativa ou interpretação cujo alcance depende do enunciador; quando, no caso de uma informação, há dúvida quanto a sua veracidade ou, então, polêmica na qual irá inserir-se como tema interessante. Nestes casos, há duas proposições que devem ser articuladas:

- a) a proposição *P*, do conteúdo declarado (que pode ser existencial ou não);
- b) a proposição *D*, pela qual *P* se enuncia. Trata-se de uma proposição declarativa, cuja principal característica é a de se construir sobre um verbo do campo semântico de *dizer* (*declarar, afirmar, negar, manifestar, confirmar, elogiar, criticar, protestar, apoiar, rejeitar* etc.).

Duas ordens são possíveis:

1. D + kP
2. P, D.

No caso 1, *P* é transformado pelo relacionador (em geral, *que*) em parte integrante da proposição *D*, ajustando-se seus termos à concordância geral do período. Aplica-se quando o interesse recai no sujeito falante de *D* ou no próprio fato da declaração; ou ainda quando ao conteúdo de *P* é altamente dependente de quem seja o sujeito de *D*.

Assim:

*O arquiteto Oscar Niemeyer manifestou-se contra (disse que é contra) a perseguição a presos políticos...*

ou

*O presidente da Cruzada Anticomunista elogiou ontem (disse que é bom) o comportamento do Governo soviético ao...*

No caso 2, *P* e *D* estão justapostos ou relacionados por expressões do tipo “segundo” ou “ao que”:

- I. *Setenta por cento da população brasileira estará residindo em cidades até o final do século, segundo disse (ao que disse ou, simplesmente, disse) o presidente do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, no simpósio sobre desenvolvimento urbano que se realiza em Curitiba.*
- II. *“Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico”, declarou o Príncipe Regente D. Pedro à multidão reunida em frente ao Paço Real, a 9 de janeiro de 1821, abrindo o caminho para manter-se na liderança do processo de independência política do Brasil.*

### 7.5. A fórmula de ordenação

A estrutura da notícia clássica apoia-se na distinção entre *leads*, que são tópicos frasais particularmente formalizados, e suas documentações. Estas são usualmente reiterativas e se apresentam como narração, descrição ou transcrição textual de algum documento cuja linguagem está transposta ou interpretada no *lead*.

As duplas de *leads* e documentações apresentam-se comumente de duas formas:

- a)  $L_1D_1 + L_2D_2 + L_3D_3... + L_nD_n$
- b)  $L_1L_2 + D_1 + D_2 + L_3D_3... L_nD_n$

A preferência pela forma *b* justifica-se no jornalismo impresso brasileiro, como decorrência do planejamento gráfico que costuma (ou costumava) destacar em medida mais larga ou corpo de letra maior os

dois primeiros parágrafos do texto de uma notícia. O segundo *lead* (L<sub>2</sub>) poderá ser então chamado de *sublead*, embora esta designação apareça frequentemente aplicada a um parágrafo de documentação do primeiro *lead*, revelando a sua origem gráfica, e não estilística.

Dos *leads* de uma notícia, só o primeiro costuma ser completo e rigorosamente formalizado. Os demais têm elementos suprimidos (frequentemente por estarem implicados no restante do texto) ou podem ser simples tópicos frasais de natureza existencial.

Eis um exemplo hipotético capaz de conter algumas destas formas (foram suprimidas as documentações do primeiro e segundo *leads*):

(fevereiro de 1979)

- L<sub>1</sub> Investimento suplementar de perto de 3,4 bilhões de dólares ao ano (o equivalente a uns 30 por cento das exportações brasileiras de 1978) seria necessário para manter em condições mínimas de vida os 30 milhões de brasileiros em situação de “pobreza absoluta”, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- L<sub>2</sub> O limiar da miséria foi estabelecido pelo IBGE em pouco mais de Cr\$ 5.322 de renda anual, dos quais a metade (Cr\$ 2.661) deveriam destinar-se à alimentação: comparação desse valor com a renda por pessoa nas 361 regiões físicas e econômicas do Brasil revelou que em 170 delas o rendimento médio não permite a sobrevivência de um indivíduo adulto.
- L<sub>3</sub> Os estudos coordenados pelo Professor Ângelo de Souza servirão, se houver interesse oficial, para orientar uma política de combate à pobreza absoluta.
- D<sub>3</sub> “Este é um primeiro passo para tratar a fundo do problema da pobreza no Brasil, assunto de que se fala muito mas do qual se conhece muito pouco”, declarou o coordenador.
- L<sub>4</sub> A dieta mínima considerada inclui farinhas de trigo e mandioca, feijão preto e mulatinho (que é mais barato), couve, fígado (que é também a carne mais barata, embora certamente deixasse de ser, caso tivesse procura), carne-seca, sal, leite, óleo de soja, pimenta do reino e vinagre.
- D<sub>4</sub> A Fundação Getúlio Vargas imaginou ainda uma refeição mais barata, porém ela teria que excluir qualquer condimento e limitar ainda mais a variedade. O sociólogo José Machado Lopes admitiu sua irrealdade absoluta:

“É difícil imaginar como uma pessoa pode ficar comendo só isso, e sem sal, durante muito tempo”.

- L<sub>5</sub> A distribuição das áreas de pobreza absoluta não poupa qualquer região brasileira, embora o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste concentrem a maior superfície pintada de negro no mapa do IBGE.
- D<sub>5</sub> Dos estados brasileiros, apenas Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Acre, e mais os territórios de Rondônia e Roraima asseguram à média dos habitantes, em qualquer de suas regiões físicas e econômicas, condições de sobrevivência. O pior índice numérico é o da Bahia, com 6,3 milhões de famintos, embora no Ceará a pobreza extrema se concentre ainda mais dramaticamente – das 22 microrregiões consideradas, 19 não alcançam nem a metade da renda média mínima para custear a dieta e só uma, Fortaleza, a capital, consegue superá-la.
- L<sub>6</sub> “É claro que nem todos os habitantes dessas regiões têm renda igual, sem falar que não têm necessidades iguais”, disse o Professor Ângelo de Souza.
- D<sub>6</sub> Lembrou ele as limitações do conceito de renda *per capita*, observando que, mesmo na mais pobre das regiões, há quem ultrapasse – eventualmente de muito – a renda-limite. Isto apenas sublinha a dramaticidade da situação dos demais habitantes. E, mesmo nas regiões mais ricas, como a Grande São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro, há parcelas da população na miséria. “Quanto a isto”, conclui, “basta pensar nas populações dos subúrbios e das favelas das metrópoles brasileiras”.

## 8. O gênero reportagem

Como estilo de texto (não como departamento das redações), a reportagem é difícil de definir. Compreende desde a simples complementação de uma notícia – uma expansão que situa o fato em suas relações mais óbvias com outros fatos antecedentes, conseqüentes ou correlatos – até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente, como acontece com o relato da campanha de Canudos por Euclides da Cunha (em sua obra *Os sertões*).

Na prática contemporânea do jornalismo impresso, existe a tendência de transformar em reportagem (sobre a construção naval, as vias navegáveis, a indústria pesada) cada fato programado (o lançamento de um novo cargueiro). Mesmo um fato inesperado (um desabamento)

pode ser complementado eficientemente por uma reportagem (sobre as mazelas da construção civil), à medida que a indústria jornalística desenvolve técnicas e processos bastante rápidos para coleta e processamento de dados.

Do ponto de vista da produção, podemos considerar gêneros de reportagens as do tipo *investigação*, em que se parte de um fato para revelar outros mais ou menos ocultados e, através deles, o perfil de uma situação de interesse jornalístico (como em Watergate, ou no levantamento do episódio de Mi Lai, na guerra do Vietname); do tipo *interpretação*, em que o conjunto de fatos é observado da perspectiva metodológica de dada ciência (as interpretações mais freqüentes são sociológicas e econômicas); e as do *novo jornalismo* (uma escola americana, geralmente associada aos nomes de Truman Capote e Normal Mailer) que, investindo justamente na revelação de uma práxis humana não teorizada, busca apreender a essência do fenômeno aplicando técnicas literárias na construção de situações e episódios narrados.

O jornalismo norte-americano tem a investigação em alta conta, o que se deve tanto a fatores históricos quanto à acumulação geral de conhecimentos no campo do processamento de informações, para uso militar, técnico-científico e administrativo. Já a reportagem interpretativa, em sua forma quase pura, é mais freqüente no jornalismo europeu, contemplando certa tradição humanística. Em 1979, a aplicação de técnicas literárias à reportagem, que não é em absoluto novidade, ganhava certo *status* acadêmico, que se manifesta, no Brasil, com a recuperação de trabalhos do início do século, como os de João do Rio (Paulo Barreto) no âmbito das faculdades de Letras.

De qualquer forma, como acentua Marcos Faerman<sup>39</sup>, será sempre um problema para a crítica literária que alguma coisa efêmera como o jornalismo possa produzir literatura de qualidade e que esta sirva não só para nutrir um conceito de *belo* ou de *arte* mas também para testemunhar, de modo inigualável, a experiência humana. Hans Magnus Enzensberger, teórico da Escola de Frankfurt e poeta, considera a literatura, na linha de Bertold Brecht, algo “através do qual se tornará possível ao leitor produzir verdade”.<sup>40</sup> Se julgarmos assim, será tão difícil desconsiderar certas narrativas jornalísticas da categoria de literatura quanto certa literatura (de Rubem Fonseca ou João Antônio, por exemplo) da categoria essencial de jornalismo.

Nada disso deve ocultar a circunstância de que, para que uma boa reportagem se realize, é necessário que a indústria tenha interesse em produzi-la – eventualmente por questão de sobrevivência na luta pela conquista de leitores ou de prestígio. Nem é possível considerar as limitações da interpretação que se funda, na melhor hipótese, em um

---

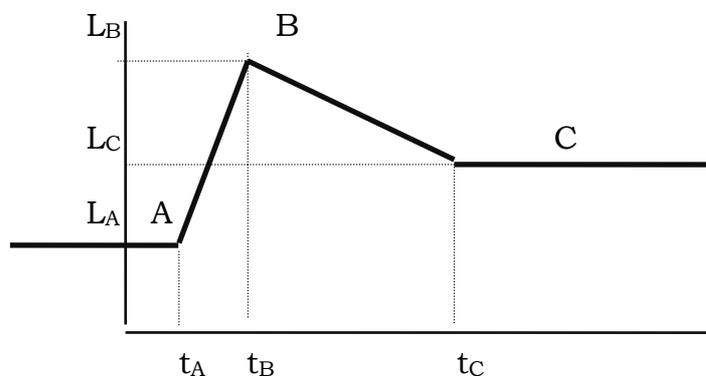
<sup>39</sup> FAERMAN, Marcos. "A proposta de uma receita nova, com corações conscientes". *Cadernos de Jornalismo*, n. 2. Porto Alegre, Sindicato dos Jornalistas Profissionais, novembro de 1977, p. 37.

<sup>40</sup> ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Elementos para uma Teoria dos Meios de Comunicação*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.

campo de conhecimento instituído (a sociologia, a economia, a estratégia) e proporciona, em decorrência, visão parcial dos fatos. Tomando como referência o trabalho de Carlos Castello Branco na crônica política – onde ele fez, e bem, reportagem interpretativa, particularmente no período de regime militar que se sucedeu ao golpe de 1964 –, constatamos que o melhor trabalho não dá conta da integridade do assunto, isto é, que a mais perfeita interpretação do ângulo jurídico e legal é incapaz de traduzir a realidade do Estado, na medida em que esta incorpora aspectos de economia, geográficos e até de ciências naturais (na questão das opções energéticas, por exemplo) que por definição, escapam ao ângulo de análise escolhido.

O estudo da reportagem pressupõe a consideração do que seja *oportunidade jornalística*. Certa ocasião, descobri-me pesquisando e escrevendo um texto enorme sobre o efeito Doppler, que é uma distorção do registro da radiação em corpos em movimento, para uma revista ilustrada bastante superficial – isto porque havia uma nave espacial a caminho da lua. A oportunidade, neste caso, refere-se especificamente a um *fato gerador de interesse*. Sobre isso podemos desenvolver uma hipótese teórica:

Admitamos que o grau de interesse por um assunto (aferido pelo índice de leitura do texto especializado, ou por uma averiguação genérica de conhecimento da matéria pelo público) seja representado como  $L$  na escala vertical de um diagrama cartesiano, e o tempo como  $t$  na escala horizontal.



No instante A, divulga-se um *fato gerador de interesse* bastante intenso (improvável, atual, próximo etc.). O segmento AB refere-se à difusão do fato na comunidade; dependerá tanto do grau de interesse do fato quanto de certas variáveis da sociedade, como a capacidade dos veículos eletrônicos, a contiguidade dos indivíduos (que transmitem a novidade uns aos outros) e a compatibilidade dos códigos culturais coexistentes no corpo social. B é o ponto de interesse máximo pelo fato e, na sociedade industrial, segue-se imediatamente à primeira cobertura dos jornais diários. Daí em diante, o interesse tende a decrescer lentamente até C, à medida que o fato se desdobra, motivando recuperações pelas revistas, livros, cinemas e programas didáticos.

O que há de notável é que, após o instante  $t_B$ , o interesse tende a alargar-se do fato ao assunto, e aos assuntos correlatos, como ondas que partem de um centro; desta forma, a ida do homem ao espaço interessa inicialmente pelo fato em si, mas logo tornará interessante o que há de atual em astronáutica, em astronomia, em sistemas de propulsão de foguetes, em comunicações eletrônicas, na psicologia da solidão cósmica, nas grandes conquistas, nas cosmogonias etc. Foi assim que o efeito Doppler, algo tão especializado, chegou a interessar a leitores de uma revista amena.

Certamente, são possíveis metáforas: a solidão do homem no espaço poderá ser aproximada da solidão do homem na sociedade industrial, que é coisa inteiramente distinta, através de projeções que vão nutrir tanto textos quanto ilustrações e imagens (televisivas, filmicas) a partir da ambigüidade do conceito *solidão*.

Por outro lado, a oportunidade não importa apenas para os jornalistas; é um fato de *marketing*. Agirá bem o editor que, no dia mesmo de um espetacular feito espacial, providenciar a reedição e redistribuição de livros como *O Universo*, de Isaac Azimov, ou *A Psicologia do Cosmos*, de Yuri Gagarin; o decorador que incluir motivos espaciais em suas estamparias, o programador de televisão que relançar pela enésima vez a série *Jornadas nas Estrelas* e o fabricante de perfumes que acrescentar o adjetivo celestial no apelido de uma essência similar ao almíscar silvestre.

### 8.1. O estilo magazine

A literatura de base semiológica sobre jornalismo é pouco extensa; particularmente incomuns são os estudos que tratam de revistas-magazines.<sup>41</sup> No entanto, revistas formam um universo atraente, onde se encontram a fotografia, o *design* e o texto. Com periodicidade semanal, quinzenal, mensal ou circulando a intervalos maiores, compreendem variedade grande de estilos e constituem, sem dúvida, prática jornalística diferenciada.

A revista-magazine reflete uma proposta discursiva engendrada socialmente e é raro que sobreviva à superação dessa proposta. Sua existência é, por outro lado, marcada pela contínua adaptação aos aspectos emergentes da sociedade. Isto é fácil de constatar folheando velhas publicações periódicas, seja *A Vida Doméstica*, *O Cruzeiro*, *Manchette* da década de 50, *A Careta* ou aquele interessantíssimo *house organ* que foi a *Revista Sul América*: mais do que técnicas superadas, qualquer revista antiga guarda aspecto reminescente, nostálgico, que reflete valores, pensamentos e aflições de tempos idos. Se pretendermos explicar esse fenômeno, teremos que nos socorrer de signos exteriores: *Vida Do-*

---

<sup>41</sup> Entre os textos especializados destaca-se “Le Hibou” (“O Mocho”), de Eliseo Veron, publicado na revista *Communication*, n. 28.

*méstica* / sociedade de vizinhança / cidade voltada para o centro comercial / famílias numerosas prestigiadas pelo nome; *O Cruzeiro* / país agrícola / identificação com o fato humano deslocado de hierarquia social (o *homem-da-capa-preta*, que seqüestrava criancinhas; a *fera da Penha*, que matou a filha do amante) / ocultação de classes / populismo / temática nacional / reportagem agressiva, centrada na figura do repórter, sujeito narrador; *A Careta* / Phimatosan / Galeria Cruzeiro / bondes e seus anúncios (ainda os remédios: A Saúde da Mulher, Biotônico Fontoura, Elixir 914, Rhum Creosotado) / o vagar dos despojados salões de barbeiro / a crítica política centrada na pessoa dos políticos; *Manchete* / o desenvolvimentismo / a classe média ascendente e suas ilusões / o cosmopolitismo / a fantasia tecnológica / a cor / a euforia do concreto, da indústria automobilística, da liderança continental / a bossa-nova, o *design* construtivista, a aspiração universal da arte abstrata / a exclusão das massas (os negros, as macacas-de-auditório) e a reinclusão de personagens míticos compensatórios (o *candango* ideal em lugar dos *candangos*, o *cantor* ou *jogador* de *futebol* negros em lugar dos *negros*).

Teríamos eventualmente a mesma sensação folheando jornais antigos. No entanto, a diferença reside no simples fato de que os jornais que sobreviveram, e ainda circulam hoje, não estão em absoluto marcados por esse estigma nostálgico que impregna tanto o título quanto a forma e o modo de ser das revistas. De fato, as novas configurações da ideologia costumam corresponder novas revistas, e é usualmente mais fácil lançar um título – grafismo, conjunto de formulações textuais e composições fotográficas – do que recompor, remoldar títulos antigos. Se estes, na avaliação corrente, se articulam de modo tão íntimo com a representação de consciência de uma época, não há como fugir da comparação: os nomes das revistas, sua diagramação, seu critério de escolha de assuntos e de modelos fotogênicos compõem um conjunto significativo arbitrariamente vinculado a algo mais amplo. Nada de extraordinário: o mesmo ocorre com a arte aplicada da arquitetura, da decoração e das embalagens.

Embora permaneçam mais tempo nas bancas, as revistas são em sua essência simbólicas produtos menos duráveis do que os jornais. Se estes costumam usar em seu proveito a tradição, os magazines promovem habitualmente sua contemporaneidade, seu atualismo. Para a imprensa diária, a atualização do modelo gráfico faz-se espaçadamente e o mesmo ocorre quanto à linha editorial. Já as revistas adaptam-se amiúde até o esgotamento de sua proposta.

Quando, no final da década de 50, o *Jornal ao Brasil* experimentou a sua reforma radical, trouxe o aporte do título conservador e da aura aristocrática, (o falecido dono era conde, a viúva condessa) a uma proposição social que se formulava. Tentou-se várias vezes fazer renascer *O Cruzeiro*; como, nos Estados Unidos, ressuscitar *Life* e *Look*. É bem menos provável o êxito. A reimpressão de antigos títulos de revistas mostra-se em geral viável apenas como recuperação, já não pelo

mercado em geral, mas pela cultura elitizada, do objeto-antigüidade (as histórias em quadrinhos da década de 30, almanaques e folhetos do começo do século). Ao que tudo indica, aplica-se às revistas um princípio muito conhecido em biologia genética: são fatais as mutações de grande amplitude. E outro ainda mais conhecido da biologia geral: o do envelhecimento e morte.

Entre jornal e revista há superposições: certas revistas especializadas (em artistas de televisão, por exemplo) costumam conter noticiário à maneira dos jornais e estes procuram fazer revista em seus segundos ou terceiros cadernos. Certos jornais incluem ainda páginas, tablóides ou cadernos de ensaios (antigamente literários, hoje mais sociológicos ou econômicos), mas isto não os transforma em tratados ou manuais. Está claro que o que caracteriza o veículo é o que nele domina, não o que carrega nos suplementos, por mais que tais apêndices contemplem a qualidade ditada pelas modas culturais.

É necessário lembrar que a revista é *mais literária* que o jornal, no que se refere ao tratamento do texto, e *mais artística* quanto aos aspectos de programação visual. Nisto não vai qualquer juízo de valor: tal literatura e tal arte são aqui consideradas como meras formações ideológicas. Mas nos importa que a revista admita usos estéticos da palavra e dos materiais gráficos de modo bem mais flagrante do que os jornais.

A síntese disso tudo é que a revista dá ao que publica o sentido do que ela mesma pretende. Um artigo sério sobre comportamento numa revista de variedades é apenas mais uma variedade. Uma entrevista de Sartre numa revista de negócios é apenas uma apropriação de Sartre. Heidegger, Marx, Fidel Castro ou João Paulo II valem, na *Playboy*, como contrapeso à exuberância das *play-mates*. Uma transcrição de Quevedo pode servir, numa publicação pornográfica, como pano de fundo para acentuar o sabor dos cometimentos nela descritos; como se sabe, é o interdito (padre, freira, criança, velho) e a palavra interditória (o discurso moral, o escândalo) que melhor estimulam a volúpia desse grupo carente que se chama de perverso.

Costuma-se classificar as revistas-magazines em três grupos: *ilustradas*, de *informação geral* e *especializadas*. A interpretação dessas categorias é evidente. Primeiro, qualquer revista é, de certa maneira, especializada, uma vez que pretende determinado *público*, formação pré-configurada pelo discurso social. Por outro lado, a especialização ora se apresenta temática (*Casa & Jardim*, *Psychology Today*, *PC Magazine*), ora segundo os presumíveis leitores (masculinos e femininos, juvenis e adultos). Divulgando ou não certa ordem de matérias – isto é, guardando relação temática com práticas como a decoração, a psicologia clínica ou a operação financeira – os magazines *sempre* se destinam a grupos de leitores. Isto corresponde a dizer que as revistas fazem parte do grande aparato classificatório que nos dispõe em escaninhos segundo o que *necessariamente* nos interessa, a partir de nossas rendas,

idades, o lugar em que vivemos ou qualquer outro critério aparentemente *natural e espontâneo*.

A divisão em classes A, B, C, D articula-se com outros critérios, como os de idade ou grau de instrução, num processo de progressivo fracionamento que tende à atomização. Já há muito foi demonstrado que a aparente diversidade das mensagens em tais *sistemas discretos* (revistas, rádios) corresponde a uma unidade de intenções que implica extrema padronização a serviço da ordem produtiva. As divisões de fundo mercadológico, a partir da constatação estatística das faixas de renda, impõem padrões de consumo de bens materiais e simbólicos, estabelecendo correlações arbitrárias; ocultam, assim, a contraposição real, econômica e política, das classes sociais e, por outro lado, escamoteiam distinções culturais (não apenas de escolaridade) e regionais que organizam a diversidade humana.

Considerando-se os estilos, ainda aí serão raras as publicações *integralmente* “ilustradas”, de “informação geral” ou “especializadas”. O repertório (lingüístico, gráfico) de um magazine é tão mais restrito às formas tradicionais, confirmadas socialmente, quanto mais amplo e mais de *massa* se pretenda ser o público. Linguagem e grafismo compõem uma estilística que tende para uma gramática própria do gênero da revista.

Publicações norte-americanas do tipo *Time* ou *Newsweek* (em *Time* com maior rigor) formularam as escolhas léxicas incluindo, além do habitual repertório formal-coloquial do jornalismo, expressões tomadas da literatura ou da técnica e assim transpostas para o uso corrente, e construções populares (jargões, neologismos); conseguiram, por esse meio, fixar novo estilo de inglês escrito, ao mesmo tempo erudito e popular. Mas tal critério, na medida de seu êxito editorial, foi sendo imitado não só pelas reproduções estilísticas que brotaram por todo o mundo ocidental (*L'Express*, *Panorama*, *Veja*) mas também por magazines especializados.

*Psychology Today*, por exemplo, mistura o jargão da psicologia clínica com vocábulos de diferentes escolas de estudos psicológicos (do comportamentismo à psicanálise) e mais toda sorte de neologismos; o efeito é bastante interessante quando se lê, por exemplo, um artigo a propósito de drogas. Neste caso, o texto permitirá catalogar vocábulos e locuções científicos (*canabis*, *vasiconstricção*, *periférica*), de referência literária (*admirável mundo novo*, *universo baudelairiano*), culturalistas (*a exclusão do pensamento analógico*) e de gíria (*submarino amarelo*, *viagem às estrelas* e expressões em geral de etimologia eufemística).

A abertura do repertório léxico e gramatical para incluir ao mesmo tempo cometimentos exageradamente formais ou técnicos e outros de uso coloquial (gíria, palavrões, criações populares) cumpre, na revista feita para as elites (e consumida pelos que pretendem ser da elite) uma função precisa: fornece a ilusão de domínio. Revistas para o público restrito costumam usar tipologia escolhida segundo reminiscência ou pretensões de recuperação histórica (o *Garamond* pelo *clássico*

co da Coluna de Trajano; letras digitais na matéria de *science fiction*; o *helvético* como uma espécie de ponto de neutralidade significativa, grau zero de significação relacionado embora ao modernismo *funcionalista, objetivo, despojado*), separação nítida dos assuntos. Empregam fotos trabalhadas em laboratório segundo técnicas cujo desenvolvimento se deve muito à publicidade, produzindo efeitos surpreendentes (o trágico-estético, o sensual-sublime das ninfetas de David Hamilton), ou ainda fotografias jornalísticas propositalmente granuladas e desfocadas para simular a urgência com que deveriam ter sido tomadas, se o equipamento disponível não fosse tão moderno e os fotógrafos tão competentes.

Podemos agora esclarecer que a ilusão de domínio relaciona-se justamente à incorporação de toda a história da tipografia, do *design*, da ilustração fotográfica. O estilo da época passa a ser a representação da época. O estilo nacional a representação do nacional. Para quem dispõe do poder, nenhuma interdição estilística, geográfica ou histórica deve existir. Todas as coisas podem ser manuseadas, organizadas, possuídas, decompostas e erigidas em unidades simbólicas; usadas. Os seres: a mulher da capa, o cavalo de raça. As formas: o arco gótico, a diagramação pré-renascentista, o belo e o feio. Como se trata de representação ou farsa, é preciso não exagerar tais apropriações ou aberturas: elas se destinam a indicar a categoria *nobre* do produto. Daí os nomes que assinam certos textos serem mais importantes do que o conteúdo dos textos.

A matéria-prima jornalística tende a ser acondicionada na revista como elemento de um espetáculo e um discurso moral que é a própria revista.

Por isto, recursos que seriam rotulados como impróprios em jornal adquirem viabilidade na revista. É o caso das poses e montagens fotográficas ingênuas (a artista cortando bifés na cozinha, o galã fazendo cara de surpresa ao sair do chuveiro, enrolado na toalha) ou da abundância de adjetivos de significação testemunhal. Também, pelo mesmo motivo, a revista não se obriga a registrar ocorrências jornalisticamente notáveis que não se enquadrem em seu apelo, em sua intenção de leitura; pode assumir claramente, diante dos fatos do mundo atitudes críticas, pungidas, comovidas, de distanciamento ou entusiasmo. O planejamento editorial de uma revista envolve questões como o ritmo (gráfico, visual, semântico), a sustentação do interesse, a produção de uma capa em que os fatores de atração se aproximam mais da preparação de uma embalagem do que do simples julgamento de importância jornalística.

Dentro dessas premissas, não devemos esperar que as revistas tenham fórmulas de redação tão rigidamente estabelecidas quanto as notícias de jornal. Encontram-se, no entanto, regularidades que se devem considerar:

*Nas revistas ilustradas*, a palavra escrita é com frequência mera acompanhante, necessária porém discreta, da exposição fotográfi-

ca. Quem realmente produz a matéria e quem seleciona as fotos. A técnica é audiovisual, como a do cinema ou da TV. A fotografia de abertura e o elenco fotográfico de cada *layout* darão o mote para as glosas do título e do texto; trata-se, assim, de uma organização fundada na redundância.

Tomemos uma matéria do *Paris Match* sobre repressão à rebelião sandinista na Nicarágua. A foto principal, sangrada, mostra dois cadáveres calcinados e uma mulher que os olha com a mão na boca, horrorizada. O título corre por baixo, junto a outra foto menor, mostrando um carro de combate e soldados. Proclama "A vingança feroz de Somoza". E o texto? Não há muitas variações possíveis: "Dois cadáveres calcinados numa rua de Esteil, cidade de 16 mil habitantes, ao norte da Nicarágua. Esta imagem de horror é o símbolo da guerra civil que dilacera o país. As vítimas dos combates são queimadas por lança-chamas para evitar epidemias..." A legenda específica a razão dos corpos queimados e relaciona esta "primeira tarefa" dos soldados do governo com a segunda (e a segunda foto): "patrulhar as ruas". Eis um exemplo do tipo de integração em que a literatura se põe a reboque da evidência fotográfica que, aliás, é tão manipulável como qualquer outra.

Não surpreende que a proporção de fotos publicadas sobre as fotos obtidas, num magazine contemporâneo, ultrapasse usualmente um por cem: para contar significados, é preciso dispor de ampla variedade de unidades semânticas. O texto circunstancia as fotos, não o contrário, mas o sentido da mensagem estará determinado, ou pelo menos circunscrito, pela seleção fotográfica.

*Nos magazines de informação geral*, a estrutura do texto recupera a organização do discurso em tópicos frasais e documentações. Como ocorre indiscriminadamente com as revistas, trata-se de abordar o assunto e não o fato; este fica por conta dos jornais e, hoje, do rádio e da televisão, quando o controle social o permite. A matéria abre eventualmente com uma narrativa climática, que antecede o primeiro tópico frasal. Este é organizado com base em uma antítese, ou contradição entre notações, muito similar ao que Roland Barthes descreve no seu artigo *A estrutura do fait divers*: o fato e sua causa surpreendente, a aproximação aberrante de dois casos, do fato e sua circunstância, do fato e sua conseqüência.

Tal relação inesperada conduz a uma angústia que é a motivação de leitura das proposições seguintes; estas em geral explicam a antítese, desmontando a sua arquitetura mediante a explicitação de seus termos ou o fechamento ideológico do espaço aberto pela relação aberrante das notações iniciais. Pode ocorrer de se excluir a narrativa climática; o início será então a própria frase antitética – e isto nos faz lembrar a constatação de um editor do *Jornal da Tarde*, de São Paulo, lamentando que, ao acabar com os "fazedores de *leads*" em sua redação (trata-se de um vespertino que tende ao texto interpretativo, ou à narrativa sofisticada dos eventos), tenha motivado o surgimento de muitos "fazedores de frases". Pode acontecer também de a antítese realizar-se

entre a proposição simples e algo não escrito, porém pressuposto no conhecimento ou experiência dos leitores. Tomemos alguns textos ao acaso, na revista *Time*:

1. (29 de janeiro de 1979, *A Cautions \*Senate Begins*)

*The first day of a new session of Congress is like no other. (Por quê? Que coisa fará o primeiro dia diferente do segundo, do terceiro? Diferente em quê?)*

*... The Capitol and the House and Senate office buildings are bursting with people and pride. Rooms overflow with the families and friends of newly elected members, with well-wishers, autograph hounds and those who like to brush up against power, however briefly.<sup>42</sup>*

Após a narrativa climática (ela mesma iniciada por uma proposição deliberadamente incompleta, angustiantemente amputada da causa, do motivo), especifica-se o texto através de um tópico frasal e sua documentação:

*...so it was last week as the 96th Congress convened. Virginias's new Republican Senator, John Warner, hoisted his famous wife, Elizabeth Taylor, onto a table so that she could greet the crowd; later she blew kisses to her husband (... ) The Senate's only woman member, Nancy Kassebaum, pleaded (... ) Republican Jake Garn, the senior Senator from Utah, dropped by to offer (...)<sup>43</sup>*

Trata-se de um processo lógico que consiste em arrumar fatos classificáveis como exemplares da proposição do tópico (“So it was last week as the 96th Congress convened”). Um entomologista usaria critério similar para organizar e nomear uma relação de insetos e uma arquivista para distribuir em pastas papéis de expediente.

2. (12 de fevereiro de 1979, *The Zhomeini Era Begins*)

*The chartered Air France 747 circled over the city and past the nearby Elburs Mountains three times before settling*

---

<sup>42</sup> “O primeiro dia de uma sessão legislativa do Congresso é como nenhum outro. Os edifícios-sede do Capitólio e do Senado regurgitam de gente e de pompa. As dependências se superlotam de famílias e amigos dos membros recém-eleitos, parabenizadores, caçadores de autógrafos e daqueles que gostam de tomar contato, embora rápido, com o poder.

<sup>43</sup> “Assim foi na semana passada quando se reuniu a 96ª sessão do Legislativo. O novo senador republicano da Virgínia, John Warner, colocou sua famosa mulher, Elizabeth Taylor, sobre uma mesa para que ela pudesse saudar a multidão; depois ela atirou beijos para o marido (...) O único membro feminino do Senado, Nancy Kassebaum, pleiteou (...) Jake Garn, decano da representação de Utah ao Senado, curvou-se para oferecer...”

*down gently on the tarmac of Tehran's Mehrabad Airport. As aides and reporters milled about, the frail old man...*<sup>44</sup>

E assim seguem as 20 linhas de composição da narrativa climática inicial. Observe-se, do ponto de vista estilístico, o uso de informações surpreendentes (a palavra *chartered*, que se traduziria por *fretado*, adquiriu valor conotativo distinto com a voga dos fretes de baixo custo para viagens de grupos, em particular com finalidade de turismo; *gently*, embora aplicada ao modo de pouso do avião, entra em tensão com a turbulência política no Irã à chegada do líder religioso que logo empolgaria o poder). A ordenação sucessiva dos acontecimentos (*a* e depois *b* e depois *c*) opõe-se à estrutura, por exemplo, do último parágrafo transcrito do exemplo anterior (*a* e mais *b* e mais *c*). Temos em seguida o tópico frasal:

*After all the demonstrations of anger and mourning that have punctuated the year-long crisis, Iran went wild with joy.*<sup>45</sup>

A antítese inquietante realiza-se entre notações tais como *anger* e *mourning*, *punctuated* e *crisis*, de um lado, e, de outro, *wild with joy*. Relacionando-as, a preposição *after*. Que mudança terá havido? Qual a alegria? Como se mudam tão subitamente os sentimentos de tanta gente (embora seja corriqueira tal instabilidade das paixões, ela sempre parecera *ilógica* ao pensamento ocidental que é maniqueísta no sentido de afastar os termos opostos, desde Parmênides – *ou ser ou não-ser* – e Aristóteles; uma estrutura de pensamento que a língua reflete e que abomina a dialética)? A explicação documentará o tópico frasal:

*From all across the country, millions of people thronged into the capital (...) "The holy one has come!" they shouted triumphantly. "He is the light of our lives!" So heavy was the crush of people...*<sup>46</sup>

Está explicado: a fé faz da tristeza e da revolta alegria. Na essência da explicação, em seu nível mais profundo de substância, a reiteração do preconceito: *como são fanáticos esses muçulmanos, como são irracionais, primitivos*. E o não dito do leitor: *como eu sou racional, equilibrado, evoluído*.

---

<sup>44</sup> "O Boeing 747 da Air France especialmente fretado deu voltas sobre a cidade, até às Montanhas Elburs, três vezes antes de tocar suavemente no Aeroporto Mehrabad, em Teerã. Enquanto auxiliares e repórteres circulavam em torno, o velho frágil..."

<sup>45</sup> "Após todas as demonstrações de ódio e de luto que pontuaram a crise de um ano, o Irã passou a viver em alegria selvagem".

<sup>46</sup> "De toda parte do país, milhões de pessoas afluíram à capital (...) "Chegou o prometido!" gritava triunfante a multidão. "Ele é a luz de nossas vidas!" Tão forte foi a pressão do povo..."

3. (12 de fevereiro de 1979, *The Cuban coffee Caper*)

*As Cuba's ruler for the past 20 years, Fidel Castro obviously wasn't born yesterday. He has triumphed over attempted invasions, coups and assassinations. He has felt confident enough to send troops to Africa to stir up trouble. Yet he has now been taken in a huge swindle brought off by a group of men accused of selling Cuba a cargo of non-existent coffee.*<sup>47</sup>

A estrutura do conjunto reduz-se à antítese: (1) Fidel Castro é um homem esperto, (2) Fidel Castro caiu no conto-do-vigário. Relacionando as proposições, a palavra *yet*. A esperteza está implícita nos fatos: Fidel governava Cuba há 20 anos, superara tentativas de invasão, golpes e assassinatos, enviara tropas a Angola (notem a tendenciosidade desse “to stir up trouble”). No entanto, há que notar que as frases iniciais oferecem já um dado de interesse (certo grau de informação) considerando o caráter aparentemente elogioso, ou de reconhecimento de méritos, contraposto à orientação ideológica da revista e do poder que ela representa. Por outro lado, a última das proposições do primeiro termo da antítese (“he has felt confident enough to send troops to Africa”) cumpre o que chamaríamos de *função explicativa*: ela introduz a queda de Fidel no conto-do-vigário sugerindo seu *excesso de confiança*.

Nada disso deve nos vender os olhos à falácia básica do texto, ilustrado com uma foto em que Fidel Castro aparece comendo e com a expressão aparvalhada, num instantâneo; a mentira fundamental consiste na confusão dos sujeitos Cuba (comprador de café) e Fidel Castro (governante de Cuba). É claro que não se pode atribuir o papel de otário neste conto a Fidel Castro, mas à repartição cubana que cuida das compras de café, se é que alguém realmente se comportou com ingenuidade. O aproveitamento político se faz exaltando por sugestão a ingenuidade (a burrice) da vítima (Cuba, Fidel) quando se poderia sugerir a esperteza (incomum, logo genial) dos vendedores do café inexistente.

Uma relação exaustiva de exemplos desta natureza foge aos objetivos deste texto, que é simplesmente o resumo de alguns aspectos de uma linha de pesquisa. Se, no entanto, fôssemos aprofundar qualquer das análises, ela nos desvendaria o mecanismo do processo de reiteração ideológico em que se engajam os textos da revista de informação geral.

É certo que tais modelos formais não são os únicos existentes neste gênero de magazines: há outros. Por exemplo, a construção decla-

---

<sup>47</sup> “Governante de Cuba há 20 anos, Fidel Castro obviamente não nasceu ontem. Triunfou sobre tentativas de invasão, golpes e assassinatos. Adquiriu confiança bastante para enviar tropas à África e criar problemas. Contudo foi apanhado numa enorme trama armada por um grupo de homens, acusados de vender a Cuba um carregamento de café que jamais existiu”.

radamente interpretativa que nominaliza um fato qualquer para qualificá-lo, ou propõe uma essência significativa (no mecanismo da interpretação jornalística e, supomos, em outros tipos de interpretação, cuida-se de tratar o acontecimento como aparência, isto é, como significante de um significado essencial, político, econômico, cultural, apontado para um futuro imediato ou remoto). Esquematizando o que dissemos num exemplo banal poderíamos supor algo assim:

*A ascensão do líder religioso Khomeini ao poder, no Irã, gerou em todo o mundo nova febre do petróleo, não em busca dele, mas pela falta. Ainda que o Irã restabeleça sua produção habitual, o veto às exportações a países como Israel e África do Sul provocará demanda suplementar em certos mercados, apressando medidas de contenção de consumo nas nações industrializadas. Paralelamente, ocorrerá um remanejamento das estruturas de poder, afetando...*

A proposição (Khomeini ascendeu) nominaliza-se (ascensão de Khomeini) e, substantivada, adquire a condição de agente de transformações de natureza econômica (febre de petróleo) e política (remanejamento). O fato aparece como evidência de um fenômeno essencial (a disputa econômica pelos combustíveis, a disputa política das estruturas de poder) que o insere no universo da Economia ou da Ciência Política e fornece, portanto, possibilidades de interpretação segundo os métodos vigentes na atualidade destes campos de conhecimento. O exemplo foi inventado para sintetizar estes aspectos que, não obstante, encontram-se difundidos em *corpora* reais de matéria jornalística sujeita a exame analítico.

*Na revista especializada*, por fim, a categorização do público e do assunto preside a organização estilística. Este processo de tomar os fatos como significantes de uma essência adquire aí condição axial: é o próprio eixo do tratamento textual. Por outro lado, na medida em que as hipercategorizações do público não correspondem à realidade no plano da sócio-economia, será necessário reiterá-las através de simbolização e exaltação da feminilidade (na revista feminina) ou da masculinidade (nas revistas desportivas); da criação e aproveitamento de heróis ou astros que eventualmente operarão como elementos de absorção simbólica de intenções de libertação previsíveis nos leitores. Tudo isto se irá compor com a intenção fundamental de jamais esgotar o assunto.

Numa revista para jovens mães, deveremos escrever mil textos sobre cada coisa, fraldas ou chupetas. Será, portanto, necessário decompor a fralda, ou a chupeta, em substâncias tais como a fabricação das fraldas e fabricação das chupetas, a psicologia do uso da fralda e a psicologia do uso da chupeta (do ângulo da mãe, do ângulo da criança), a fisiologia implicada nas finalidades da fralda e da chupeta, os novos *designs* de fraldas e de chupetas, a simbologia da fralda e da chupeta,

as questões de consumo relacionadas à aquisição de fraldas e de chupetas, a patologia que pode determinar usos especiais (abundantes, raros) da fralda e da chupeta etc. Assim passaremos anos e anos divagando sobre fraldas e chupetas...

## ***Investigação sobre a verdade nas notícias***

Cada coisa ou enunciado que se diz ser verdade é antes coisa verdadeira ou enunciado verdadeiro. A primeira tese a considerar, quanto a esse aspecto, refere-se à lingüística: que *verdade* provém do atributo *verdadeiro* e o designa como *beleza* de *belo* e *liberdade* de *livre*; não o contrário, como *atômico* de *átomo* ou *caseiro* de *casa*. A reificação do atributo, quando se diz *a verdade*, corresponde à transformação do adjetivo em substantivo, categoria cujo modelo é, com maior freqüência, o de coisas ou ações perceptíveis no mundo, como *árvore*, *ângulo*, *vôo* ou *beijo*.

A verdade é uma abstração que existe objetivamente como qualidade. Subjetivamente, existirá ainda como memória do instante fugaz de uma descoberta ou revelação. Nessa memória e nesse instante residem a experiência da verdade; da mesma forma está a liberdade na libertação e a beleza no deslumbramento do belo. São quadros mentais de grande intensidade, porém eventualmente enganosos; pode-se investigar (por exemplo, na pesquisa de mercado) ou criar condições para que surja (por exemplo, certa propaganda, códigos de conduta morais e religiosos) demanda de certezas, descompressões ou encantamentos para satisfazê-la mediante a oferta de bens materiais ou simbólicos, sucedâneos ou sublimações. Afora isto, interrogando-se uma cultura sobre o que é verdade, ela responderá com signos de abstração equivalente ou com exemplos de coisas *verdadeiras*.

A autonomia da palavra *verdade* é, pois, relativa; seu significado e valor variam de modo peculiar com a instância de uso. Esta e outras (como *beleza* e *liberdade*) são palavras, digamos, de *polissemia aberta*: ampliam-se, reduzem-se, ganham conotações e as perdem de acordo com o tempo histórico e o lugar cultural. Diferentemente de *largura* ou *grandeza*, alteram sua natureza com a natureza do que é dito verdadeiro, belo ou livre; em última análise, com a necessidade de estabelecer discriminações na teoria. Com a liberdade, acrescenta-se outra variável: a natureza do ser-livre dependerá tanto da natureza do que é livre quanto da forma do constrangimento anterior ou potencial.

Não surpreende, portanto, que se diga de um enunciado que é verdadeiro para dizer que *corresponde*, no código da língua, a um fato

observado empiricamente (as condições dessa adequação admitem discussão técnica); de outro enunciado que é verdadeiro por estar *implicado* em uma ou mais verdades anteriormente estabelecidas; de um fenômeno que é verdadeiro por não resultar de fraude ou ilusão, mas ser *real*; de um sonho que é verdadeiro por não o termos conscientemente inventado, porém *vivido na experiência*; de um material que é verdadeiro para nomeá-lo como *autêntico*, isto é, semelhante, por algum aspecto considerado, em substância, forma ou procedência, a um modelo ou descrição de modelo (tal conformidade também é um problema técnico); que se proponha a verdade de um fato como expressão de sua *probabilidade muito elevada* de ocorrência; que se proclame verdadeiro um sentimento *intenso*, porém pouco duradouro; que se suponha verdade algo que acontecerá *com certeza*, em face das regularidades do código ou do conhecimento que ele organiza. Assim, na ordem, é verdadeiro que Gétúlio Vargas morreu; que duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si; a aurora boreal; que eu sonhei com nuvens; o aço sueco de um punhal; uma folha de araucária; um uísque escocês; que todo homem é mortal; o amor de um apaixonado; que quatro mais dois são seis; e que uma corda de cânhamo com meio centímetro de diâmetro se romperá se a usarmos para erguer um peso de vinte toneladas.

Também é verdade que o conceito de verdadeiro atribuído às pérolas modificou-se, adquirindo discriminação complexa, ao surgirem as pérolas cultivadas; a transformação decorreu de motivos comerciais perfeitamente claros para nós e, supomos, para o leitor eventual deste texto. Tomando-se o período acima, encontramos *verdadeiro* para expressar a correspondência entre um enunciado e fatos (*transformou-se*) ou teorias sobre fatos (*decorreu de*); para falar da autenticidade (das pérolas); para evidenciar a subordinação de um conceito aparentemente *natural* (a autenticidade das pérolas) a uma necessidade ditada pelas contingências histórica, econômica e pela técnica (a competição comercial; os interesses de negociantes de pérolas prejudicados pela técnica japonesa de cultivo; a atribuição de maior valor ao que é raro; a possibilidade de deflagração de um processo biológico na ostra pela intervenção humana etc.). Quando espero que o leitor comungue da minha crença na evidência dessas explicações, não dou por verdadeiro que seja o caso de todo leitor; baseio-me na probabilidade de que o leitor tenha alguma informação geral a respeito e na presunção de que concorde. Verdadeira é, pois, minha suposição; ela é *real* tanto quanto pode ser um raciocínio ou sentimento, não como pode ser uma pérola.

## 1. A verdade histórica é prevalecente

Ao admitirmos a verdade como atributo, iniciando daí a discussão, partimos da materialidade da coisa ou do enunciado para sua eventual condição de verdade. Nada impede, por ora, que tomemos as verdades das ciências em particular com seus próprios critérios de ava-

liação; e, fora da cientificidade desses critérios, uma verdade peculiar à História, que seria a verdade – ou *adequação histórica* – das teses nas ciências humanas. Tal distinção parece ser justamente necessária no presente momento da produção teórica, já que se torna imperativo extrair os conceitos de verdade das relações concretas com o mundo real, que é um mundo de fatos naturais e culturais.

Este imperativo conduzirá, no entanto, a reavaliações que não parecem tão óbvias. O mundo em que se movem os cientistas e em que se formam seus critérios de verdade é um mundo de violenta abstração. Queremos dizer com isso várias coisas. Primeiro, seguindo Foucault (e Nietzsche), que as ciências não se originam da descoberta de seus objetos e métodos, embora tais descobertas possam demarcar seu nascimento; foram inventadas.<sup>48</sup> A partir de quê? De desejos. Mas o *desejo* ou nada e ou e a projeção de uma necessidade, em algum nível. As necessidades históricas continuam sendo a última instância.

O que quer que pensem de si mesmas, as ciências são produtoras de técnicas e servem a interesses. Assim, algumas ciências sabidamente relacionam-se com a Revolução Industrial. Permitiram acelerar incrivelmente a acumulação tecnológica iniciada na Idade Média; transferir às máquinas o encargo motriz antes atribuído à força muscular dos trabalhadores e, sempre que possível, decompor o *savoir-faire* deles (seu saber integral da produção) na impessoalidade do *know-how*. Os músculos eram de quem fazia; as máquinas de quem detinha o capital acumulado na fase mercantilista e, a partir daí, mais intensa e complexamente multiplicado. O *savoir-faire*, algo possuído pelo trabalhador; o *know-how*, mercadoria que se vende como qualquer outra e que se pode fracionar e reproduzir, aos pedaços, em escolas profissionais, sem que qualquer dos aprendizes se habilite a dominar a integridade do processo produtivo.

O parto das ciências é histórico. O esplendor de seu nascimento assinalado por uma frase, uma experiência ou um livro; o rigor de suas formas; a vitalidade com que denunciam o saber anterior acumulado em seu campo não devem permitir que se esqueçam a paternidade e a condição de invento. Os cientistas nunca se libertam da História; ela não só condiciona a ética do conforto máximo e da felicidade individual como transforma, por exemplo, em mercadoria carente os alimentos criados pelo geneticista que esperava com eles saciar a fome do mundo (se sobram nas zonas produtoras, é preciso queimá-los, para que o preço não despenque), da mesma forma que hoje distancia os povos no sentido oposto ao avanço das tecnologias de transporte e telecomunicação.

Os critérios de verdade gerados no interior de cada ciência têm, pois, validade particular. Estabelecidos no campo específico de sua

---

<sup>48</sup> FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro, PUC, 1974, p. 10.

formulação, obedecem, na aplicação ao mundo real, a outras verdades mutáveis e menos formalizadas – verdades que se evidenciam na luta pelo poder e, em última instância, nas relações da economia. A contradição entre a verdade privada de uma ciência e a verdade social é também um fato histórico, sujeito, portanto, à crítica histórica.

As próprias ciências naturais, originadas de interesses dominantes em dado tempo e lugar, representam um diálogo do homem histórico com uma natureza aparentemente não-histórica. É isto que permite a proposição da verdade como oposição radical ao erro. No entanto, a validade dessas verdades estabelecidas não é absoluta, porque a natureza também tem uma “história”, embora lenta, onde se confundem tempo e espaço. As proposições da Física de Newton não foram revogadas pelas teorias mais abrangentes – da relatividade, dos quanta – porém entendidas como caso particular em que certas variáveis se tornam constantes e certos fatores desprezíveis. Isto ocorre numa instância dada da “história” da natureza, que os homens abriram à curiosidade científica em dado momento de sua história. As ciências da natureza, uma vez instituídas, parecem progredir pela ampliação ou aprofundamento do campo da verdade, em lugar de fazê-lo pela negação crítica das verdades anteriores, como ocorre com a Filosofia.

As ciências puras (penso, agora, na Matemática), sendo um projeto que se busca derivar do pensamento grego, não se evidenciam tão *puras* assim, a julgar pelas aplicações que têm tido nos últimos séculos. A aparência de “pureza”, ou desinteresse, nutre-se da relativa demora e incerteza do elo que une pesquisa e aplicação; os dados da pesquisa pura guardam-se como um arsenal de armas possíveis, de que se tirará o necessário. Na prática, os cientistas *puros* recebem certa gratificação e prestígio, como se fossem filósofos – no sentido etimológico de *amigos da ciência* – num mundo corrompido pelo utilitarismo. Mas isto é ilusório: não importa o sítio em que estejam ou a idéia que façam de si mesmos, o produto do trabalho dos cientistas será apropriado – eventualmente de modo surpreendente ou contrário às intenções do produtor – por quem tiver condições e no momento em que surjam essas condições.

Um cientista de país periférico que tenha descoberto um princípio teórico, uma partícula ou propriedade de radiação dará talvez a seu povo apenas a glória duvidosa de participar, sem dividendos reais, do desenvolvimento, pela potência hegemônica, da tecnologia de uma nova arma, um sistema de transporte de energia ou uma caixa-preta de qualquer outro tipo. Por detrás da verdade da descoberta, da ironia da participação, estará, vitoriosa, a verdade das relações históricas entre os países. Porque a História contém nesses limites a suposta universalidade e fraternidade de uma suposta Ciência voltada para o benefício de todos os homens; nas duas vezes em que usamos a palavra *suposta*, está implícito o critério de verdade como *justeza* ou *adequação* – com base no qual denunciemos o erro dessa universalidade, dessa fraternidade e desse benefício genérico no presente estado de coisas do mundo.

## 2. Verdade, poder, conhecimento

O segundo aspecto de abstração do conhecimento científico refere-se à desconsideração sistemática de modos de ser relevantes da realidade; isto ocorre na estruturação do *saber-sobre* de cada ciência. A Psicologia fala do que há de psicológico nos homens; a Biologia, do que há de biológico neles; certa Sociologia e Antropologia, de sua existência gregária, de seus valores. Mas não se conhece nas cidades ou nos campos qualquer homem biológico, ou homem sociológico, ou homem psicológico. Do homem real nenhuma ciência fala e nada assegura que, por conhecer todos esses *homens ideais* das ciências, alguém termine conhecendo algum homem real.

As ciências ficam a meio caminho entre a unidade abstrata (que, na tradição grega e cristã, organizava todo o conhecimento) e a diversidade de práticas. Os físicos modernos podem encontrar raízes em Aristóteles, mas nada há na Física moderna que lembre a unidade do pensamento aristotélico. Por outro lado, o quadro atual das ciências é muito recente e se altera com rapidez; quanto a isso, basta considerar que, ainda no século XVIII, em sua *Introdução à Enciclopédia*, D'Alenbert mal as distinguia das artes e dos saberes normativos, como a gramática e a retórica. Fatores tão *assistemáticos* quanto a necessidade de produzir freneticamente (a Física, na revolução industrial); a possibilidade de ter uma arma decisiva na guerra (a Física Nuclear); a dificuldade de processar informações em alto volume (a Informática) atraíram interesse, recursos e deram autonomia a certos campos científicos.

Poderíamos dizer que há *práxis* e objetos materiais; há conhecimentos e métodos das ciências; novas *práxis* e objetos decorrentes desses conhecimentos e métodos. Poderíamos dizer também que, cada vez que uma ciência dá solução a um problema prático, cria novos problemas intrigantes para ela mesma ou para outras ciências. Mas nada disso é lamentável; o desequilíbrio só é um erro do ponto de vista ideológico. Cabe às ciências a participação, às vezes em primeiro plano, no processo histórico das acumulações. Mas é uma ilusão pretender que as ciências freiem a História, tanto quanto seria ilusório pretender particularmente da mecânica que sustasse o movimento dos astros para prolongar o pôr-do-sol. Por mais que o prestígio da mecânica tenha gerado metáforas mecanicistas, ou o prestígio da biologia motive metáforas biológicas, ou o prestígio da cibernética instaure metáforas que remetem ao computador, os problemas sociais e políticos não poderão ser reduzidos à mecânica, à biologia ou à cibernética porque é outro o seu gênero de verdade.

As ciências são fontes de poder na medida em que produzem conhecimentos praticáveis. A teoria dos reflexos é um poder apenas potencial; sua utilização na comunicação de massa, associada ao conhecimento do grau de repressão e motivação dos impulsos num dado momento e cultura, será um poder imenso e real apenas para quem domi-

nar os meios de comunicação de massa, conhecer suas linguagens e estiver em condições de operá-las. Isto significa a posse de recursos financeiros, técnicos e de hegemonia política de que não trata a teoria dos reflexos. A física do átomo não é um poder em si; mesmo as armas atômicas só representam um poder quando são utilizadas ou alguém ameaça utilizá-las, tendo condições para isso.

Essas intermediações entre o conhecimento e o poder nem sempre são evidentes para os especialistas. Se o campo de conhecimento é novo e se propõe um objeto muito extenso, é provável que o cientista crie uma realidade ilusória com base nos seus critérios particulares de verdade. Vimos que a mecânica, a biologia e a cibernética viveram esta espécie de sonho. Tais ciências *hegemônicas* servem muito bem ao poder político simultaneamente hegemônico. Assim, houve tentativas genéticas de sustentar o etnocentrismo europeu; o estruturalismo chegou a pleitear o abandono dos significados, como incoerentes, enfocando as realizações humanas como formas de que se poderia armar uma gramática; a ecologia serve hoje como arma para justificar as imponderáveis vantagens de os países pobres continuarem pobres. Não é esta, certamente, a tarefa da genética, nem do estudo de estruturas, nem da ecologia. Não há ciências reacionárias, mas usos historicamente reacionários das ciências.

Parece-me claro, a esta altura, que a *aldeia global* de McLuhan é uma fantasia hegemônica desse mesmo tipo<sup>49</sup>, na qual apenas uma fonte emissora e um código de imagens universais alimentam um sistema de domínio; fantasia de um especialista delirante ou, bem mais perigosa, de quem aspira ao poder global. A medida da realidade não está aí nas possibilidades teóricas, que existem, mas nas condições econômicas, políticas e estratégicas.

A ficção científica não está muito longe dessas proposições megalômanas. Os bons e maus fantasmas assim criados – a alimentação abundante, prevista pelos cientistas da nutrição, ou a destruição das culturas prósperas pelas multidões de famintos prolíferos, estimada por alguns demógrafos; a asfixia da Terra pela poluição, como temem os ecologistas, ou o gratificante e absoluto ócio das cidades futuristas cujos planos aparecem, de vez em quando, nas revistas – tudo isso também pode servir ao poder porque oculta problemas imediatos, justifica atitudes de força, império ou monopólio, mantém a coesão de sistemas nacionais. Não quer dizer que não haja problemas alimentares, demográficos, de contaminação; ou possibilidade de mecanização de uma infinidade de tarefas. Apenas esses fantasmas têm relação parcial com a realidade; os problemas são vistos fora de sua moldura cultural, social, histórica. E vemos, ainda aí, a apropriação interessada de conhecimentos particulares a serviço de interesses globais; de umas verdades por outra verdade, do poder, que alimenta assim a ideologia.

---

<sup>49</sup> MCLUHAN, Marshall. *La Galaxia de Gutenberg*. Madri, Aguillar, 1970.

### 3. Tensão entre novas verdades e formas antigas

A atribuição de autonomia semântica a palavras como *verdade* tem longa tradição. Decorre da postura idealista que busca a essência da realidade na estrutura e na razão (ora dita inacessível ao conhecimento humano, ora disponível aos homens) das aparências do mundo. Para que a essência da verdade seja autônoma, à falta de referente material, é necessário que anteceda a existência de toda coisa material, verdadeira ou falsa; ou que uma inteligência prévia faça as coisas serem conformes. Daí, os muitos usos da palavra *verdade* teriam que ser um só, em última análise, e o mesmo ocorreria com cada novo uso da palavra, ou com aplicações distintas dela em diferentes culturas. Os novos usos estariam predeterminados e os idiomas preconcebidos. A autonomia e a essencialidade da verdade, levadas à conseqüência extrema, demarcariam o destino dos homens como evidência de uma razão primeira.

De qualquer forma, temos aí uma discussão sobre modelos; não falamos do mundo das coisas, mas de um universo fundamentalmente humano e ainda indefinido, o do código lingüístico, e de seu grau de competência para organizar o conhecimento. No código lingüístico, composto de formas, conformidades e conformações, estão reunidas não só as possibilidades sintáticas e morfológicas como também significações referidas há ideologias e concepções do mundo; o que a cultura supõe de si mesma em termos políticos, jurídicos, filosóficos, religiosos e morais.

Este papel do código lingüístico como depositário de suposições ideológicas de verdade é provavelmente o responsável pela aplicação ampla de certas colocações da Fenomenologia na crítica literária, na Semiologia e no estudo dos meios de comunicação, bem como pelo intercâmbio de dados entre esses campos; de qualquer forma, tais apropriações são similares àquelas que uniram a gramática tradicional à Lógica aristotélica.

Admitir o papel dominante da linguagem, sua “relação fatal de alienação”, sua função de “subjugar” e uma atitude de verdade particular. Quando, em palestra no College de France<sup>50</sup>, Roland Barthes disse isso, estava evidenciando um impasse. “A língua”, declarou Barthes, “como *performance* de toda linguagem, não é reacionária, nem progressista; ela é simplesmente fascista, porque o fascismo não significa impedir de dizer, mas obrigar a dizer”. Considerando isoladamente esta frase, podemos investigar outros aspectos ambíguos do conceito de verdade. Um dos sentidos conjugados no enunciado é de que a língua consubstancia o legado da cultura e de seus controles; suponhamos que isto seja *adequado* à língua.

Retomamos assim a definição clássica do pensador judeu Isaac Israeli (século IX) que, considerando a verdade como “acordo íntimo

---

<sup>50</sup> BARTHES, Roland. "A língua é fascista". *Jornal do Brasil*, Cad. B. Rio de Janeiro, 30 jan. 1977.

entre a coisa e a inteligência” (*adaequatio rei et intellectus*), forneceu a Heidegger o material semântico para a oposição de duas variantes: *adaequatio intellectus ad rem* e *adaequatio rei ad intellectum*. Quando dissemos que a língua “consubstancia o legado da cultura e seus controles”, teremos formulado uma pró-posição adequada à língua ou teremos conformado o *objeto* língua ao enunciado que formulamos?<sup>51</sup>

Digamos o mesmo de outras afirmações críticas mais ou menos recentes: que a obra de arte perde a sua “aura” por força de reprodutividade técnica<sup>52</sup>; que a industrialização tende a determinar a máxima homogeneidade<sup>52</sup>; que o racionalismo, o moralismo, a prosperidade excluem os seus contrários, colocando-os por detrás dos muros dos hospícios, nas zonas fechadas do meretrício e da *vida noturna*, nos bairros miseráveis da periferia ou centro *deteriorado* das cidades<sup>53</sup>; que o acriticismo confina a atividade crítica no território dos *campi* universitários, de certos livros e revistas, nos limites fechados de certos jargões, na fase etária da juventude que precede o ingresso no mecanismo de produção etc. Estaríamos falando da língua, da obra de arte, da *industrialidade*, do acriticismo; ou simplesmente determinamos que as coisas serão conforme o que dissemos, isto é, por exemplo, que se chama contestatório ao confinado, *se e somente se?* Talvez a dúvida cresça pelo fato de estarmos formulando inadequadamente as perguntas. Ao falarmos da língua, da obra de arte, da *industrialidade*, do racionalismo, do moralismo, da prosperidade, do acriticismo, estamos falando *realmente* da sociedade.

De qualquer forma, por que essas *verdades* causam escândalos? E, se falsidades, ainda aí, por que o escândalo (a reação desencadeada pela palavra *fascista*, na frase de Barthes, é exemplar)? Eventualmente, porque as proposições deslocam a ideologia. Dizer, em todos esses casos, é entrar em tensão como o que foi dito antes, sacramentado nos códigos, na gramática, nas escritas e nos *bons* estilos.

À ideologia incomoda falar da aura perdida da obra de arte, do confinamento do pensamento analógico, da crítica e do prazer sexual porque tudo isso está em desacordo com os ideais formulados na História pela cultura. A medida do *erro* é esse idealismo. Incomoda, sobretudo, que o novo dito se torne, quase simultaneamente, um já dito; uma nova aura ilumine a arte consumida (compare-se um filme antigo a um quadro antigo); que o excluído se torne um concorrente igual. O prazer, a analogia e o conteúdo da crítica podem ser espantosos para uma cultura idealizada, axiomática. Mas, se deixarmos de considerar o indivíduo e sua perspectiva idealista para considerarmos a sociedade e seus processos reais, veremos que a dialética está contemplada.

---

<sup>51</sup> HEIDEGGER, Martin. "Sobre a essência da verdade". In: Sartre, Jean-Paul et Heidegger, Martin. *O Existencialismo é um Humanismo e Outros Textos*. São Paulo, Abril, 1973, p. 326.

<sup>52</sup> BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na época de sua reprodutividade técnica". In: Lima, Luiz Costa (org.) *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 215.

<sup>52</sup> ADORNO, Theodor W. et HORKHEIMER, Max. "A Indústria cultural". In: *ibidem*. p. 159.

<sup>53</sup> FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisa*. Lisboa, Portugal, s.d., p. 97.

O que é necessário é delimitar a competência do código (lingüístico, moral, jurídico, de valores) em que se diz que uma coisa ou enunciado é verdadeiro; sua capacidade de organizar o conhecimento do mundo, no qual as coisas ou enunciados serão ditos verdadeiros ou falsos – e fazê-lo a partir da materialidade das coisas e fatos do mundo.

Uma das mais conhecidas proposições a respeito figura na carta de Friedrich Engels a Joseph Bloch, de 21 de setembro de 1890.<sup>55</sup> Defendendo a tese de que a produção e reprodução da vida real é, em última instância, determinante da História, considera o autor que seria vazio, abstrato e absurdo considerá-las (a produção e a reprodução) como único determinante. Para ele, existe uma interação de muitos fatores: a situação econômica, na base; as formas políticas, as formas jurídicas, as teorias (políticas, jurídicas, filosóficas), concepções e dogmas religiosos. O movimento econômico, diz ele, “abre caminho como uma necessidade, através da multidão infinita de acasos”. E conclui: “Se assim não fosse, a aplicação da teoria a qualquer período histórico seria, quanto a mim, mais simples do que a resolução de uma mera equação do primeiro grau”.

Podemos supor que haja presentemente novos dados capazes de organizar alguns *acasos* dessa “multidão de coisas e acontecimentos cujo vínculo íntimo entre si é tão longínquo ou difícil de demonstrar que podemos considerá-lo como inexistente ou negligenciá-lo”. Será a cultura algo que vive a História produzindo a consciência dos homens como um espelho, interessado e deformante, da realidade? Será a tradição a medida dessas deformações? Terá a cultura um papel na forma e portanto na resistência ou fragilidade das leis, dos usos, na gestação das condições políticas peculiares?

É por entre um emaranhado de conceitos que a realidade abre seu caminho para evidenciar-se à consciência dos homens que fazem a História. Algumas vezes ela derroga escritas vigentes; por outras, é dita nessas mesmas escritas, tencionadas ao limite de sua capacidade de expressão ou exploradas em suas contradições pelo exercício crítico. No processo dessa luta, colocam-se questões de poder; alguns fios do emaranhado cedem, outros resistem e a alguns a própria realidade se conforma, na perspectiva do homem que vive o processo. Uma história das idéias não é autônoma, porém dependente da história real da sociedade objetiva; está longe, porém, de ser um símile dela, a ponto de a inferirmos por inteiro da realidade subjacente.

Os romantismos foram distintos em cada nação – pujantes, modestos, agressivos, disfarçados, compassivos. Ainda hoje, aqui a religião contém, ali contesta, para além se omite ou negocia. Na prática histórica, vemos projetos políticos terem conseqüência na periferia de sistemas de poder, onde a resistência é menor, e não no centro para

---

<sup>55</sup> ENGELS, Friedrich. “Carta a Joseph Bloch, 1890”. In: Marx, Karl *et* Engels, Friedrich. *Antologia Filosófica*. Lisboa, Estampa, p. 198s.

que se voltam as atenções gerais. E, por toda parte, a luta teórica tem autonomia relativa.

#### 4. A verdade da práxis e seus compromissos

Vimos que a verdade, de atributo que é, adquire rigor nas ciências, relatividade no meio social e instância derradeira na História. Devemos falar, agora, não de um *saber sobre* (como o das ciências), mas de um *saber fazer*. Em particular, do *saber fazer* dos jornalistas. No quadro das relações entre conhecimento e verdade, temos aqui uma nova dimensão. Falaremos de uma verdade comprometida com uma prática, confessadamente interessados em averiguar o que essa prática pode render para o esclarecimento útil da relação entre os muitos outros conceitos de verdade.

##### 4.1. Notícia e aparências

Notícias são relatos de aparências codificadas (a) pelo código semiológico (ou lingüístico), (b) pelas técnicas de nomeação, ordenação e seleção, (c) por um *estilo*. Obedecidas estas três ordens de restrições ao elenco de possibilidades do enunciado, a verdade se apresenta como conformidade do texto com o acontecimento aparente. Tal conformidade, supostamente, qualifica o jornalista como correto, honesto; a inconformidade o qualificaria como incorreto, desonesto. A obediência ao código e à técnica mede sua competência e domínio da expressão.

Mas a técnica, seguindo modelos formais frutos da experiência, dissimula relações de poder à leitura corrente. As nomeações preferenciais, os critérios de seleção de fatos e sua ordenação (a idéia que se faz sobre o *que interessa* ao leitor) estão previamente produzidos dentro de um código cultural. O enunciado mediante fórmulas tem a máxima clareza, a redundância máxima, permite produção rápida do texto (da *mensagem*) mas admite desvio mínimo em relação aos valores prévios. Daí outro conceito de competência do jornalista: sua capacidade de refletir a realidade de maneira mais *justa* (ou verdadeira) vencendo todas essas limitações através de domínio superior da técnica e das convenções da língua.

Por exemplo, como evidenciar que um suposto prisioneiro de guerra foi seviciado por seus captores, quando a nomeação previamente dada chama o prisioneiro de *terrorista* e os captores de *força de paz*? Como fazê-lo se o que supostamente mais interessa é a revelação feita pelo preso no interrogatório? Como conjugar essa informação brutal com o estilo “leve” de uma publicação destinada presumivelmente a leitores fúteis? Digamos agora que as evidências se multiplicam e que têm conseqüências graves – algo como aconteceu, por exemplo, na cobertura

das guerras da Indochina e da Argélia, pelos franceses; da destruição de Hiroxima e da campanha do Vietname, pelos americanos.

A competência ou habilidade consistirá, primeiro, em captar os indícios da verdade, o que envolve conflitos íntimos e com as fontes; em deixá-los transparecer em aparências esparsas, ou na omissão de dados esperados; de toda forma, o que assim é a princípio comunicado será perceptível apenas pelas pessoas mais atentas ou informadas. O mais difícil, o mais arriscado é que menos se percebe; mas a acumulação de palavras e vazios enigmáticos é frequentemente o único meio que o jornalista tem de tocar a verdade que ele próprio mal conhece.

Porque há outras dificuldades: o jornalista não escapa às contingências de controle dispostas pela propaganda, às atitudes padronizadas de classe ou grupo; carrega ele próprio preconceitos e prejulgamentos. Comumente não vê o que relata; baseia-se em testemunhos que expressam interesses; trabalha com rapidez sobre temas controversos, onde há pressões e contrapressões eficientes, e é levado a penetrar em informações técnicas de difícil transposição.

#### 4.2. A máscara dos estereótipos

Nas notícias, o ente é apresentado como actante. Isto implica aproximá-lo de estereótipos já, produzidos pela cultura; são estereótipos desse tipo, por exemplo, o homem-que-se-fez-por-si-mesmo, o administrador-dinâmico, o inimigo-público, a vítima-da-sociedade, o ladrão-romântico. Há estereótipos contraditórios: a mulher-de-negócio, a artista-boa-dona-de-casa, o poeta-dotado-de-senso-prático, o herói-modesto, o jovem-que-chegou-a-ser-qualquer-coisa, o velho-moço-de-espírito.

Tais modelos estão prontos; sua aceitação é garantida. Por isso, são bastantes alguns pontos em comum para que se funde um reconhecimento. É por esse meio que se instaura a generalidade do particular e as notícias tornam-se exemplos de algo sobre que há consenso ideológico. A variedade de coisas do mundo se organiza como uma espécie de regularidade – regularidade que as ciências sem dúvida formulam de maneira mais racional em suas taxinomias.

As figuras críticas, que não se enquadram por algum motivo nas rotulações, e os acontecimentos críticos que desafiam a ordem do mundo, merecem tratamento particular; ora são apresentados como ridículos (homossexuais, feministas), ora como trágicos (os crimes da alta sociedade, as rebeliões de povos coloniais), ora como deploráveis (o suicídio). Pode ser que haja muitos homossexuais, feministas, os crimes sejam muitos no *jet set* ou ocorra uma onda de suicídios. Não importa: se estatisticamente são fatos ou seres prováveis, sua improbabilidade relaciona-se com o que é esperado. A redação dessas notícias e o delineamento dos personagens, a hipocrisia da edição escandalosa, discreta ou quase lírica servem para descaracterizar o que há de temível nas ocorrências e pessoas. É como se o jornal estivesse dizendo: isto é o ab-

surdo porque é o não-permitido, o não-conveniente; existe, está aí, mas não devia existir.

No entanto, falar dos estereótipos e dos jornais é falar de um objeto falso; estaremos necessariamente falando da sociedade que produz os estereótipos, determina a linguagem dos jornais; na conversa corrente e nas ciências, há marcas igualmente poderosas dessas discriminações. Para evitar as acusações correntes de sensacionalismo ou subversão, ora se exageram ou amesquinham as notícias, ora se cuida de obter uma interpretação conveniente, o que no jornalismo à moda tradicional é conseguido através de um especialista ou técnico providencialmente entrevistado. A verdade particular desse especialista pode ser o instrumento adequado para instaurar perspectiva global errada do que aconteceu. Assim, o depoimento de um psicólogo (analisando, talvez, a infância do assassino) poderá descaracterizar o real sentido de um crime político; um antropólogo bem intencionado, ao citar uma lista exaustiva e universal de antecedentes, transformará o extermínio de uma tribo em algo “inevitável”.

#### 4.3. A luta na prática

A carpintaria dos jornais é, como se vê, rica de recursos, que encontram similares no jornalismo radiofônico e de televisão. No entanto, por que surgiram tais recursos? Por que não se deixou simplesmente de noticiar a revolução bolchevique, ou o *crack* da Bolsa, em 1929? Por que se fala, embora dissimuladamente, da pobreza e do atraso, quando a ideologia e de riqueza e desenvolvimento? As condenações vigorosas (do golpe leninista), o enfoque trágico (do *crack*), a surpresa cínica diante da pobreza e do atraso (*há pessoas que vivem assim, como mostramos; que bom que não vivemos assim!*) – por detrás de tudo isso as informações passam.

Eventualmente, porque o jornalismo é como a política, uma arte do possível, e como a filosofia, o cenário de uma luta em que a materialidade do mundo termina por se impor. O compromisso com esse aspecto material, real, do fato compõe um aspecto renitente, espontâneo e positivo do modo de ser dos jornalistas. Ele se opõe ao elenco das verdades acabadas que a sociedade propõe e o jornalista dispõe; à ilusão de que os fatos se bastam e conhecê-los é dominar o processo; à tendência de substituir uma teoria dos conteúdos pelo formalismo das técnicas, na produção de modelos particularmente fechados de diagramação e texto; em suma, ao idealismo genérico da profissão.

### 5. **Ainda assim, muitas verdades consistentes**

Apesar disso tudo, e por causa disso tudo, as notícias são tidas em geral como verdadeiras. Governantes, cientistas, jornalistas e gente de todo tipo lêem, ouvem e vêem notícias. O que podem encontrar?

- a) A primeira coisa que um jornal informa é sua ideologia. Num grande diário, será a ideologia de um segmento econômico bastante forte para suportar os custos (mediante publicidade ou financiamento, o que é comum, ou verbas diretas, na imprensa partidária, religiosa ou oficial). O grau desse óculo deformante e seu peso relativo tem importância.
- b) O compromisso do jornalismo com as visões particulares de cada ciência é, de modo geral, tênue. O que ele traduz é um contato prático, corrente e social: ao mesmo tempo, dados do que aconteceu e é noticiado e dados implícitos sobre o que predominantemente a sociedade (quem a domina) está pensando.
- c) Daí os técnicos e os cientistas terem espontânea desconfiança dos jornalistas. “Torcem o que se diz”, falam. E, de sua perspectiva, é certo. Algumas vezes, esses técnicos e cientistas procuram espaço nos jornais, rádios, televisões; se têm êxito como jornalistas, sofrem dos ex-colegas as mesmas críticas feitas aos demais jornalistas.
- d) O aprofundamento da investigação jornalística é generalizada abertura ao senso comum, mas também caminho único para a exploração do objeto.
- e) No jornal está a verdade da censura e do liberalismo, da dominação e da independência. Há corrupção, medo e esperança nos jornais, mas eles não são feitos com tais substâncias; fazem-se com relatos imperfeitos de acontecimentos. Fazem-se também com opiniões, e os melhores articulistas não são, certamente, os *imparciais*.
- f) O mundo fragmentário dos jornais apresenta a realidade (de uma guerra) em segmentos (combate a combate, vitória e rendição, avanço e recuo), mas não decomposta (a estratégia, a política). Mais do que falar sobre, falam de. A imparcialidade e a objetividade são máscaras eventuais que mal ocultam a presença humana, o engajamento e a participação.
- g) Dados os fatos, porém, pode-se inverter o sentido do texto jornalístico. Uma palavra, uma nota podem evidenciar com clareza tudo o que se quer esconder. A pequena nota reveladora costuma gritar mais do que a manchete espalhafatosa e conformista. Por isso os jornais são temidos e os próprios editores jamais abrirão o calhamaço de páginas com tranqüilidade absoluta.
- h) Quanto mais a verdade (essencial) se oculta numa notícia (nas aparências), mais ela se revela. Isto é uma interpretação livre de um fragmento Heráclito, filósofo eleata.
- i) Os eruditos queixam-se da superficialidade dos jornais, lamentam o laconismo das notas de rádio e *flashes* de televi-

são, esperam livros que talvez não leiam. Os educadores lamentam seu antididatismo, porque confundem cultura com transmissão pura e simples de procedimentos, conceitos. A indústria cultural é, no entanto, menos servil e bem mais problemática do que a escola formal e programada. Embora seu objetivo último seja preservar as relações sociais, ela pretende alcançá-lo conformando-se e dialogando com os fatos noticiados e com os fatos sociais que influem em sua estratégia.

- j) O saber dos jornais é extremamente superficial, mas extenso. Eles se confessam perecíveis; não tratam de fins ou princípios. Os espíritos positivos se irritam com a coragem com que os jornais afirmam o impreciso. Mas um jornal sem erros não se poderia escrever; um jornal que fosse rigorosamente preciso em tudo o que diz pesaria muitos quilos e seria de leitura intolerável. Por outro lado, só os ingênuos acreditam que não têm interesses capazes de levá-los a deturpar os fatos.
- 1) Os peritos apontam a propaganda oculta; mas é lendo que descobrem qual a propaganda. O sentido, tom e formas da propaganda, oculta ou ostensiva, são outras coisas que os jornais informam (e os noticiários de rádio e TV).
- m) Há, portanto, dois gêneros de verdade consideráveis nas notícias. Uma verdade está no acordo íntimo entre o que está sendo narrado e o que de fato ocorreu. Outra, disposta no paradigma da escolha de palavras, da ordem e seleção dos acontecimentos – dos lapsos entre uma e outra informação e das sugestões que deixa ao consumidor sobre como preenchê-los – é a verdade como adequação histórica.
- n) Os jornais, em suma, não tem saída: são veículos de ideologias práticas, mesquinhas. Mas têm saída: há neles indícios da realidade e rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza submetida, porém insubmissa.

## **Bibliografia**

1. ALTHUSSER, Louis. *Ideologie et appareils ideologiques d'Etat*. Paris, La Pensée, 151:3-38, jun. 70.
2. \_\_\_\_\_. *Elements d'auto-critique*. Paris, Hachette, 1974, 126 p.
3. \_\_\_\_\_. *Cours de Philosophie pour scientifiques*. Paris, apostila, E.N.S., 70 p.
4. AMARAL, Luis. *Técnica de Jornal e Periódico*. Rio, Tempo Brasileiro, 1969, 260 p.
5. BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo, Ibrasa, 1972, 248 p.
6. BARBOSA, Gustavo et RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de Comunicação*. Rio, Codecri, 1978, 498 p.
7. BARTHES, Roland. *O Grau Zero da Escrita, seguido de Elementos de Semiologia*. Lisboa, Edições 70, 1973, 180 p.
8. \_\_\_\_\_. *O Prazer do Texto*. Prefácio de Eduardo Prado Coelho. Lisboa, Edições 70, 1974, 120 p.
9. \_\_\_\_\_. *Mitologias*. São Paulo, Difel, 1975, 182 p.
10. \_\_\_\_\_ et alii. *Análise Estrutural da Narrativa*. Petrópolis, Vozes, 286 p.
11. \_\_\_\_\_. *Essais critiques*. Paris, Seuil, 1964, 280 p.
12. BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo, CEN, 1970, 462 p.
13. BERLO, David K. *O Processo da Comunicação*. Rio, Fundo de Cultura, 1972, 270 p.
14. *Bíblia Sagrada*, Rio, Barsa, 1964, 1100 p.
15. BOND, F. Fraser. *Introdução ao Jornalismo*. Rio, Agir, 1962, 374 p.
16. BOSI, Eclea. *Cultura de Massa e Cultura Popular: leitura de operárias*. Petrópolis, Vozes, 1972, 180 p.
17. BURNETT, Lago. "Quem tem medo do sublead?" In: \_\_\_\_\_. *A Língua Envergonhada*. Rio, Nova Fronteira, 1976, p. 37-43.
18. CANTERO, Francisco. *Arte e Técnica da Imprensa Moderna*. Rio, Jornal dos Livros, 1959, 254 p.
19. CARNAP, R. *Introduction to semantic*, Cambridge, Harvard University Press, 1959, 220 p.
20. CARPENTER, Edmund et MCLUHAN, Marshall. *Revolução na Comunicação*. Rio, Zahar, 1974, 248 p.
21. CASTRUCCI, Benedeto. *Elementos de Teoria dos Conjuntos*. São Paulo, Nobel, 1973, 130 p.

22. CAESAR, Caius Julius. *Commentarii de bello Gallico*. Leipzig, A. Klotz, 1921, 120 p.
23. CHAGAS, Carlos. *Resistir é preciso*. Rio, Paz e Terra, 1975, 124 p.
24. CHILDS, Harwood L. *Relações Públicas, Propaganda e Opinião Pública*. Rio, F.G.V., 1974, 187 p.
25. CHOMSKY, Noam. "Aspectos da teoria da sintaxe". In: Saussure, Ferdinand *et alii*. *Textos Seleccionados*. São Paulo, Abril, 1975, p. 235-286.
26. \_\_\_\_\_. *Le langage et la pensée*. Paris, Payot, 1970, 150 p.
27. \_\_\_\_\_. *Studies on semantics in generative grammar*. Haia, Mouton, 1972, 144 p.
28. COPI, Irving M. *Introdução à Lógica*. São Paulo, Mestre Jou, 1974, 488 p.
29. COSTELLA, Antônio F. *O Controle da Informação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1970, 156 p.
30. D'ALENBERT, Jean Lerond. *Introducción a la Encyclopaedia*. Madri, Aguillar, 1973, 180 p.
31. D'AMARAL, Márcio Tavares. *Filosofia da Comunicação e da Linguagem*. Rio, Civilização Brasileira, 1977, 136 p.
32. DINES, Alberto, *O Papel do Jornal*. Rio, Artenova, 1974, 145 p.
33. DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. São Paulo, Difel, 1963, 134 p.
34. ECO, Umberto. *A Estrutura Ausente*. São Paulo, Perspectiva/ E-DUSP, 1971, 426 p.
35. EDWARDS, Elwin. *Introdução à Teoria da Informação*. São Paulo, Cultrix, 142 p.
36. EMERY, Edwin. *História da Imprensa nos Estados Unidos*. Rio, Lida-dor, 1965, 822 p.
37. ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de Codificação em Jornalismo*. Petrópo-lis, Vozes, 1978, 214 p.
38. FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio, PUC, 1974, 102 p.
39. \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. Lisboa, Portugalíia, s.d., 380 p.
40. HIGGINS, Jack. *A Águia Pousou*. São Paulo, Círculo do Livro, s.d., 392 p.
41. HEIDEGGER, Martin. "Sobre a essência da verdade". In: SARTRE, Jean-Paul, et HEIDEGGER, Martin. *O Existencialismo é um Humanis-mo e Outros Textos*. São Paulo, 1973, p. 325-345.
42. HOHENBERG, John. *Manual de Jornalismo*. Rio, Fundo de Cultura, s.d., 536 p.
43. HUISMAN, Denis et VERGEZ, André. *La Connaissance*. Paris, Fernand Nathan, 1962.
44. JAKOBSON, Roman. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1974.
45. LANGER, Susane K. *Introducción a la lógica simbólica*. México, Siglo Veinteuno, 1972, 316 p.

46. LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. Rio, Acadêmica, 1970, 220 p.
47. LENIN, V. I. *Política*, organização e prefácio de Florestan Fernandes. São Paulo, Ática, 1978, 186 p.
48. LIMA, Luiz Costa *et alii*. *Teoria da Cultura de Massa*. Rio, Paz e Terra, 1978, 340 p.
49. LYONS, John. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge, CUP, 1971, 520 p.
50. LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma Estética Marxista*. Rio, Civilização Brasileira, 1968, 298 p.
51. MCLUHAN, Marshall. *La Galaxia de Gutenberg*. Madri, Aguilar, 1970, 320 p.
52. MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Escritos*. São Paulo, Abril, 1978, 404 p.
52. \_\_\_\_\_ *et* ENGELS, Friedrich. *Antologia Filosófica*. Lisboa, Estampa 1971, 214 p.
54. \_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio, Vitória, 1954, 62 p.
55. MEDINA, Cremilda de Araújo. *Notícia, um Produto a Venda*. São Paulo, Alfa Ômega, 1978, 194 p.
56. MIRANDA, Orlando. *Tio Patinhas e os Mitos de Comunicação*. São Paulo, Summus, 1976, 185 p.
57. MOLES, Abraham *et alii*. *Linguagem da Cultura de Massas*. Petrópolis, Vozes, 1973, 178 p.
58. \_\_\_\_\_. *Socio-dynamique de la culture*. Haia, Mouton, 1972, 220 p.
59. \_\_\_\_\_. *Teoria da Informação e da Percepção Estética*. Rio, Tempo Brasileiro, 1969, 308 p.
60. MORIN, Edgar. *Cultura de Massa no Século XX*. Rio, Forense, 1967, 208 p.
61. PAVLOV, I.P. *Experimental Psychology and other essays*, Nova Iorque, Philosophical Library, 1957, 654 p.
62. PENNA, Antônio Gomes. *Comunicação e Linguagem*. Rio, Fundo de Cultura, 1970, 166 p.
63. PONTES, Eunice. *Estrutura do Verbo no Português Coloquial*. Petrópolis, Vozes, 1972, 102 p.
64. POTTIER, Bernard *et alii*. *Estruturas Lingüísticas do Português*. São Paulo, Difel, 1972, 138 p.
65. RUSSEL, Bertrand. *Logic and Knowledge*. Londres, Allen & Unwin, 1971, 382 p.
66. RUTTKAY, Franco *et alii*. *Zurnalistka*, Bratislava, SPN, 1974, 280 p.
67. SCHILLER, Hubert L. *O Império Norte-Americano das Comunicações*, Petrópolis, Vozes, 1976, 188 p.
68. SODRÉ, Muniz. *A Comunicação do Grotesco*. Petrópolis, Vozes, 1971, 84 p.
69. SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, 584 p.